



FURG

Universidade Federal do Rio Grande



Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde

Associação Ampla FURG / UFRGS / UFSM

Projetos sociais esportivos: ensaios sobre uma proliferação na cidade do Rio Grande-RS

Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer
Orientadora: Profa. Dra. Méri Rosane Santos da Silva

Rio Grande, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA
DA VIDA E SAÚDE
ASSOCIAÇÃO AMPLA FURG / UFRGS / UFSM

LUIZ FELIPE ALCANTARA HECKTHEUER

**PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS: ENSAIOS SOBRE UMA PROLIFERAÇÃO
NA CIDADE DO RIO GRANDE-RS**

RIO GRANDE

2012

LUIZ FELIPE ALCANTARA HECKTHEUER

**PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS: ENSAIOS SOBRE UMA
PROLIFERAÇÃO NA CIDADE DO RIO GRANDE-RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Méri Rosane Santos da Silva

Rio Grande

2012

H449p Hecktheuer, Luiz Felipe Alcantara.
Projetos sociais esportivos : ensaios sobre uma proliferação na cidade do Rio Grande-RS / Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer. – 2012.

154 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e saúde, 2012.

Orientadora: Dr^a. Méri Rosane Santos da Silva

1. Projetos sociais esportivos. 2. Mapeamento cartográfico.
3. Vulnerabilização. 4. Ensaios. 5. Educação. 6. Esporte. I. Silva, Méri Rosane Santos da. II. Título.

CDU 37:796

Catálogo na fonte: Bibliotecária Alessandra de Lemos CRB10/1530

Ao Leopoldo e à Norma, meus pais que, com certeza, não saberiam precisar como me tornaram o que sou. Em memória de meu pai de quem eu não sabia que tinha aprendido tanta coisa até que falecesse. Com minha mãe que pacientemente sempre acredita nas escolhas que faço.

A minha esposa Carla e minha filha Bibiana, simplesmente por fazerem-me sentir amado. Mas, também, por me aturarem, incentivarem, calarem, sofrerem, festejarem e “matearem” comigo. Sem uma, com certeza, não teria a outra.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande-FURG e ao movimento docente (ANDES – Sindicato Nacional) que conquistou o afastamento docente remunerado para qualificação.

Aos colegas de unidade que, de alguma maneira, sempre “seguram as coisas” enquanto alguém “está fora”.

Aos alunos que já tive. Aos professores que já conheci.

À Rede CEDES – Ministério do Esporte, pelo apoio às pesquisas em que me envolvi.

Ao pessoal do Centro Esportivo: Valmor, Getúlio, Mirella, Méri, Berenice, Bete, velhos amigos, e a outros não tão velhos: o Ico e o Gustavo; ao Damico, novo amigo, mas que parece que sempre foi.

Ao grupo da pesquisa *Projetos Sociais Esportivos e a produção de uma Política Pública de Esporte* (Rede CEDES): Méri, Gustavo, Ico, Evandro, Eversom, Leani, Fernanda, Pedro, Mateus, Carla, Thiago. Especialmente ao Arisson, pelas interlocuções.

À minha orientadora Méri Rosane Santos da Silva, pelas interlocuções e pela confiança que sempre demonstrou ter em mim, o que não é pouca coisa.

Ao grupo de orientação: Josiane, Alessandra, Joice, Arisson, Gustavo, Ico, Carol, Micheli, Thiago, pelo espaço para ouvir, falar, pensar e comer. Especialmente à Francine, pelas traduções. Aprendi muito com vocês.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, pela acolhida e pelas experiências de ampliação do que sejam “educação” e “ciências”.

O que faz com que eu não seja filósofo, no sentido clássico do termo – talvez eu não seja filósofo de jeito nenhum, de todo modo, não sou um bom filósofo –, é o fato de eu não me interessar pelo eterno, não me interessar pelo que não se mexe, pelo que permanece estável sob o furta-cor das aparências; interessar-me pelo acontecimento. O acontecimento nunca foi uma categoria filosófica, exceto, talvez, para os estoicos, para quem ele apresentava um problema de lógica. Mas, aqui também, creio eu, Nietzsche foi o primeiro a definir a filosofia como sendo a atividade que serve para sabermos o que acontece e o que acontece agora. Em outras palavras, somos atravessados por processos, movimentos, forças. Não conhecemos esses processos e essas forças e o papel do filósofo é, sem dúvida, diagnosticar essas forças, diagnosticar a atualidade. (Michel Foucault)

RESUMO

Esta tese dedica-se a problematizar, através de diferentes modos de pensar e escrever, a proliferação, no presente, dos projetos sociais esportivos (PSE). Para isto, em termos de empreendimento, foi colocado em curso o que se denominou “operação cartográfica”, que consiste em mapear e ensaiar esses projetos, tomando-os como acontecimento, sendo que, para esta tese, utilizou-se, como delimitação, a cidade do Rio Grande-RS, no período entre 2008 e 2011. Tais projetos têm-se multiplicado na sociedade brasileira; em sua maioria, veiculam pretensões “salvacionistas” em relação aos indivíduos considerados em situação ou estado de vulnerabilidade social. Os indivíduos assim posicionados são visados por intervenções que se utilizam do esporte como meio para atingir seus objetivos. A hipótese que percorre os textos que compõem esta tese articula-se em torno da ideia de que tais projetos, mais do que se dirigirem a esses indivíduos – “vulneráveis sociais”, vulnerabilizam determinados indivíduos, “inventando” populações – de vulneráveis, e segmentando o “social” para fins de governo. O esporte pode ser considerado um segundo delimitador para a investigação, uma vez que, não houve dedicação para tratá-lo em suas entranhas e, sim, como veículo escolhido para colocar as propostas ditas “sociais” em funcionamento. A tese está dividida, para fins de apresentação, em duas partes: Na primeira, é tratado do que foi aqui denominado “lições de método”, seguindo três noções importantes com que o filósofo e professor Michel Foucault nos contempla em seus escritos como “questões de método”. São estas, a crítica aos universais, as noções de práticas e mecanismos estratégicos e a noção de paradoxo tomados como chaves para pensar; além disto, nesta primeira parte, está registrado o solo “teórico-metodológico” que tornou possível que se tenha qualificado o mapeamento da proliferação dos PSE como “cartográfico” – cartografia rizomática, isto porque não é de qualquer mapeamento que se trata; e, descritas algumas minúcias acerca de vinte e nove (29) projetos mapeados e alguns editais que visam colocá-los em funcionamento. A segunda parte ensaia a proliferação dos PSE, tomando-a como problema para o pensamento e a escrita; composta de textos que se pretendem independentes uns dos outros, nos quais são problematizados os modos de funcionamento desses projetos, a “invenção” de uma população para intervenção, a segmentação do “social”, a vulnerabilização dos indivíduos, de maneira que visam “fazê-los viver” e normalizar. Por fim, não se trata de um conjunto de “textos manifesto” contra os projetos sociais, mas algumas possibilidades de pensar esses projetos para além de sua condição necessária, ou seja, pensá-los no nível de seus “arranjos” estratégicos e contingentes explicitados nos documentos, nos quais se articulam mecanismos e técnicas e pensá-los tomando-os como “políticas da vida” que se caracterizam como coisas de educação e governo e, desta maneira, implicados na constituição e posicionamento de sujeitos.

Palavras-chave: Projetos sociais esportivos; mapeamento cartográfico; vulnerabilização; ensaios; educação ; esporte.

ABSTRACT

This thesis is dedicated to discuss, through different modes of thinking and writing, the proliferation of social sportive projects (SSP). For this, in terms of development, was put under way the called "cartographic transaction", which is to map and rehearse these projects, taking them as an event, and, for this thesis, was used as the city boundary Rio Grande-RS, in the period between 2008 and 2011. Such projects have multiplied in Brazilian society that mostly conveys claims "Salvationists" in relation to individuals considered in a situation or state of social vulnerability. Individuals are positioned targeted interventions that use sport as a means to achieve their goals. The hypothesis that runs through the texts that comprise this thesis is built around the idea that such projects, rather than approaching these individuals - "vulnerable social" – make vulnerable certain individuals, "inventing" people - the vulnerable – and a segmenting "social" for purposes of government. The sport can be considered a second delimiter for research, since there was no commitment to treat it deeply, but as a vehicle chosen to put the proposed so-called "social" in operation. The thesis is divided, for purposes of presentation in two parts: the first is treated to what was here called "method's lessons", following three important concepts that the philosopher and professor Michel Foucault addresses in his writings as "method's issues ". These are: a critique of the universal, notions of practical and strategic mechanisms and of paradox, taken as the key to thinking. Furthermore, this first part, is recorded the solo "theoretical-methodological" that has allowed us to qualify the mapping of the proliferation of SSP as a "cartographic" - rhizomatic cartography, this is not because of any mapping that it is, just as some details are given about twenty-nine (29) projects mapped and some projects that aim to put these announcements in operation. The second part of the thesis essays the proliferation of SSP, taking it as a problem for thought and writing. Composed of independent texts to each other, which are problematized the modes of operation of these projects, the "invention" of a population for intervention, targeting the "social", the increasing vulnerability of individuals and in ways that aim " make-live "and normalize. Finally, it is not a set of "manifest" against the social projects, but some possibilities to consider these actions as well as its necessary condition, in other words, think of them at the level of your "arrangements" strategic and contingent explained in the documents, which are articulated in the mechanisms and techniques and to think of them taking them as "political life" things that are characterized as education and government and, thus, involved in the creation and placement of subjects.

Keywords: social sportive projects, cartographic mapping, vulnerability; essay; education; sport.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Pontos de localização e distribuição dos projetos no mapa da cidade do Rio Grande-RS	44
Figura 02 – Linhas e nós extraídos dos projetos mapeados	50
Quadro 01 – Sobre os projetos mapeados: proposição e período de funcionamento	66
Quadro 02 – Sobre objetivos dos projetos e seu público-alvo	69

LISTA DE SIGLAS

BGV – Bairro Getúlio Vargas

CEDES – (Rede) Centro de desenvolvimento do esporte e do lazer

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CONSUN – Conselho Universitário

FIA – PETROBRAS – Fundo de Investimentos em Ações da Petrobras

FUNSERG – Fundação Sócio Cultural Esportiva do Rio Grande (SCRG)

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEE – Instituto Esporte Educação

IF – Instituto Federal

ME – Ministério do Esporte

OCUCO – Observatório de políticas públicas da cultura corporal

ONG – Organização não governamental

OSCIP – Organização social de interesse privado

PBM – Projeto Bairros em Movimento

PBR – Projeto Basquete de Rua

PCC – Projeto Craque Cidadão

PCOV – Você pode ser um campeão olímpico de vôlei

PCOCV – Projeto Campeões Olímpicos e Campeões da Vida

PECST IF-RS – Projeto Entrando em Campo Segundo Tempo IF-RS

PEE – Projeto Educando pelo Esporte

PELC – Programa Esporte e Lazer na Cidade

PET – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PF – Projeto Futsal

PFC – Projeto Formando Craques

PFT – Projeto Fertilizando Talentos

PHH – Projeto Hip Hop: ser em movimento

PI – Projeto Integração

PMA – Projeto Movimentação

PME – Programa Mais Educação

PMRG – Prefeitura Municipal do Rio Grande

PNJE – Projeto Núcleo Jovem do Esporte

PPE – Projeto Punhos da Esperança

PPEE – Projeto Praticando Esporte e Estudando

PPGEC – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências

PPJOVEMA – Projeto Projovem Adolescente: mudando conceitos transformando realidades

PPL – Projeto Papa-Léguas

PRF – Projeto Retrato Falado

PRGA – Projeto O Rio Grande em Ação

PRGRO – Projeto Rio Grande rumo às Olimpíadas 2016

PROESCI – Programa Estadual de Segurança e Cidadania/RS

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança e Cidadania

PS – Projeto Semear

PSAF – Projeto SESI Atleta do Futuro

PSE – Projeto(s) social (is) esportivo(s)

PSOIS – Projeto Semente Olímpica Investimento Social

PSP – Projeto Siri-Patola

PST1 – Projeto Segundo Tempo 1

PST2 – Projeto Segundo Tempo 2

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PVC – Projeto Verão Cassino

RG – Cidade do Rio Grande

RS – Estado do Rio Grande do Sul

SCRG – Sport Club Rio Grande

SESI – Serviço Social da Indústria

SMCAS – Secretaria Municipal de Cidadania e Ação Social

SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SMTEL – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer

SNDEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

SP – Estado de São Paulo

SUPRG – Superintendência do Porto de Rio Grande

ANEXOS

Anexo 01 – Sobre meios utilizados e “metodologias” extraídas dos documentos dos projetos (Quadro 03)	143
Anexo 02 – Sobre questões/problemas “sociais”, “missão” dos projetos e temas ativados por estes (Quadro 04)	150

SUMÁRIO

Antes de mais nada... ou depois de tudo? (Apresentação)	16
Referências	19

PARTE I

Texto 01 – Projetos sociais esportivos (PSE): o que há de problema com isto? (Introdução)	21
Ainda sobre decisões ou sobre escrever	24
Sobre mapear – a operação cartográfica	25
PSE: tema, problema, acontecimento	26
Lições de método em Michel Foucault: a crítica aos universais, as relações estratégicas e os paradoxos	29
Referências	36
Texto 02 – Mapeando projetos sociais esportivos a partir de uma cartografia rizomática	38
Por que cartografar?	39
A cartografia rizomática em Mil Platôs	41
Operações cartográficas – seguindo pistas	45
Ousar uma operação cartográfica em educação	47
Referências	52
Texto 03 – Operação cartográfica: movimentos de pesquisa	54
O mapeamento cartográfico como estratégia de pesquisa e a produção de um material empírico – mesquinhas e minúcias (Movimento I)	56
Sobre a cidade do Rio Grande – RS	57
Os editais e suas “mesquinhas”	59
Os PSE e suas minúcias	65
Do mapeamento cartográfico dos PSE à proliferação destes como problema – ensaiar (Movimento II)	76
Ensiar também é mapear	77
Referências	78

PARTE II

Texto 04 – Quem necessita de projetos sociais esportivos?	81
Da necessidade à contingência	83
Referências	86
Texto 05 – Projetos Sociais Esportivos: vulnerabilização e governo	88
Entre paradoxos	89
Invenção e morte do “social”	92
Responsabilizações	95
Segmentação dos seres vivos – produção de vulneráveis – vulnerabilização	97
Educar e governar	98
Referências	100
Texto 06 – Os projetos sociais esportivos e o paradoxo da vulnerabilidade e do “social”	102
A vulnerabilidade e o “social” nos PSE	104
Os modos de aparição das noções/expressões vulnerabilidade e “social” ..	106
Usos e abusos da vulnerabilidade e do “social”	108
Os vulneráveis: segmento do “social” – o “social” não é toda sociedade	110
Vulnerabilização e segmentação do “social”, eis o paradoxo	112
Referências	112
Texto 07 – Esporte e segurança em uma “sociedade de projetos”	114
Condições políticas produtivas	117
A parceria PELC/PRONASCI	119
Uma “sociedade de projetos”?	122
Referências	124
Texto 08 – “Fazer viver” e normalização nos projetos sociais esportivos (para tentar não concluir)	125
Chaves para pensar	126

Era do biopoder?	130
“Fazer viver” e normalização	132
Modos de intervir nos PSE	134
A invenção de uma população	135
Inclusão “social”	136
Considerações provisórias... para me arriscar mais um pouco	138
Referências	140
 Anexos	 142

Antes de mais nada... ou depois de tudo? (Apresentação)

Introduzir algo que virá, em um empreendimento de pesquisa, um artigo, uma dissertação, uma tese, só é possível porque e quando este algo já aconteceu. Tal afirmação talvez se mostre enigmática, quando se trata de um projeto ou plano no qual se fazem promessas e pretensões e se anunciam modos de tentar chegar aos objetivos. Este não é o caso de uma tese. Quando se chega ao ponto de apresentar para o leitor o que está por vir, em termos de escrita, é porque se trata de algo que nunca acontece plenamente, mas que passou, pelo menos no sentido de que chegou o momento de operar um decalque para contar como foi, suspender por um momento os movimentos de pensamento e de escrita, reconhecendo que este momento, por menos que dure, com muita probabilidade, impedirá de fixar o processo e voltar no ponto em que me encontrava. Apresentar esta tese é então este momento de suspensão que não interrompe os movimentos de pesquisa; por isto, produz em mim a sensação de que, quando eu der por acabado o decalque, este não estará mais do jeito que o deixei e que, como todo decalque, pode acabar fixando, colando algo.

Dito isto, reconheço que “simulei” momentos de suspensão durante a elaboração da tese em que pensava como apresentaria ao leitor o que acabava de produzir e a cada releitura sentia que deveria apresentar de modo diferente. Estas afirmações servem para “questões” de método, de estilo, de teorização, que só se “acalmam” com o reconhecimento de que este é apenas um momento, uma pausa; e que, o tema, o problema, o objeto que produzi, não são, nem mais relevantes, nem mais completos em sua abordagem do que tantos outros. Servi-me, nestes momentos, do velho conselho de que muito provavelmente esta tese não servirá para “salvar o mundo” e (parece mentira) isto acalma. Sendo assim, vamos ao que interessa.

Esta tese está organizada em duas partes: uma, que visa localizar e caracterizar para o leitor os delineamentos de pesquisa (mais conectada com o mapeamento dos PSE), e outra, que agrupa os ensaios ou modos de pensar e escrever sobre a proliferação desses projetos.

A primeira parte deve muito ao grupo de pesquisa¹ que produziu o mapeamento, sendo assumido aqui como contendo forte acento “coletivo”. A segunda parte agrupa os ensaios ou o que denomino de modos de pensar e escrever sobre a proliferação dos PSE e que dizem respeito aos investimentos produzidos a partir do mapeamento, ou melhor, seria mais adequado considerar isto como parte deste mapeamento, pois é impossível definir o que é coletivo no mapeamento do que é individual nos ensaios. Por isto diferencio as duas partes em termos de investimento e acento.

A primeira parte é composta de três textos: *Projetos sociais esportivos: o que há de problema com isto?* (Texto 01); *Mapeando projetos sociais esportivos a partir de uma cartografia rizomática* (Texto 02); e *Operação cartográfica: movimentos de pesquisa* (Texto 03). Estes textos visam apresentar e demonstrar ao leitor os movimentos de pesquisa que tornaram possível problematizar a temática dos projetos sociais esportivos. A segunda parte agrupa cinco textos: *Quem necessita de projetos sociais esportivos?* (Texto 04); *Projetos sociais esportivos: vulnerabilização e governo* (Texto 05); *Os projetos sociais esportivos e os paradoxos da “vulnerabilidade” e do “social”* (Texto 06); *Esporte e segurança em uma “sociedade de projetos”* (Texto 07); e *“Fazer viver” e normalização nos projetos sociais esportivos* (Texto 08). Estes últimos não pretendem compor um *continuum*, mas sim tratar de conexões possíveis, modos de se referir uns aos outros e até de repetir-se sobre a proliferação dos projetos sociais esportivos como multiplicidade², acontecimento³ e problema.

¹ Professores e acadêmicos que participaram da pesquisa *Projetos Sociais Esportivos e a produção de uma Política Pública de Esporte* vinculada ao Observatório de Políticas Públicas da Cultura Corporal – OCUCO e ao Núcleo FURG da Rede CEDES – Ministério do Esporte.

² Sobre a noção de multiplicidade, Deleuze e Guattari (2004, p. 45) registraram seu sentido, quando afirmaram que: “Ao nível da máquina literária, foi Maurice Blanchot quem soube pôr o problema com todo o seu rigor: ‘como produzir e pensar fragmentos que tenham entre si relações de diferença enquanto tal, que tenham como relações entre si a sua própria diferença, sem haver referência a uma totalidade original ainda que perdida, nem a uma totalidade resultante ainda que a realizar’? Só a categoria da *multiplicidade*, empregue como substantivo e superando tanto o múltiplo como o Uno, superando a relação predicativa do Uno e do múltiplo, será capaz de explicar a produção desejante: a produção desejante é multiplicidade pura, ou seja, afirmação irredutível à unidade. Estamos na idade dos objetos parciais, dos tijolos e dos restos. Já não acreditamos nesses falsos fragmentos que, como os pedaços de uma estátua antiga, esperam vir a ser completados e reunidos para comporem uma unidade que é, também, a unidade de origem. Já não acreditamos numa totalidade original nem sequer numa totalidade final. Já não acreditamos na velha pintura de uma enfadonha dialética evolutiva, que pensa que pacificou os pedaços porque lhes arredondou as arestas. Só acreditamos em totalidades *ao lado*. E se encontrarmos uma totalidade ao lado das partes, ela será um todo *dessas* partes, mas que as não totaliza uma unidade *de todas* essas partes, mas que as não unifica, e que se lhes junta como uma nova parte composta à parte.

³ Conceito utilizado neste conjunto de textos, num sentido utilizado por Michel Foucault, em que este se entrelaça ao conceito de atualidade. Entre outros sentidos que o filósofo se utiliza do conceito de acontecimento, um é empregado para caracterizar sua concepção geral da atividade filosófica implicada com

Em *Projetos sociais esportivos: o que há de problema com isto?* são tratadas as decisões sobre a escrita, construção do tema e problematização a partir do que denomino “lições de método” foucaultianas. No segundo texto, *Mapeando projetos sociais esportivos a partir de uma cartografia rizomática*, está registrado o solo teórico-metodológico que possibilitou qualificar a operação de cartográfica. E, no terceiro texto desta primeira parte da tese, em *Operação cartográfica: movimentos de pesquisa*, são apresentados os resultados do mapeamento, além dos movimentos de pensamento e escrita sobre a temática/problema dos PSE para este estudo.

O texto *Quem necessita de projetos sociais esportivos?* sugere que se pense, desde o início, os PSE de modo contingente, o que torna possível que se suspeite de sua necessidade ou de quem necessite dos mesmos. Na sequência, *Projetos sociais esportivos: vulnerabilização e governo*, partindo de interrogações sobre o “social” destes projetos, são abordadas algumas de suas dimensões como: a responsabilização da sociedade e do indivíduo, as possibilidades de intervenção em educação não formal, e o processo de segmentação de uma população de indivíduos nominados como vulneráveis - vulnerabilização. Tais dimensões, neste estudo, constituem esses projetos sociais como estratégias e tecnologias de governamento dessas populações. *Os projetos sociais esportivos e os paradoxos da vulnerabilidade e do “social”* detêm-se no que é central para esta tese, que é a função de “vulnerabilização”, que opera paradoxalmente nos PSE, quando esses “inventam” uma população para intervenção – os vulneráveis – e segmentam o “social”, já que, ainda que neles se trate de toda sociedade, apenas parte dessa é definida como alvo. O sétimo texto, *Esporte e segurança em uma “sociedade de projetos”* assume um tom de diagnóstico que visa, mais do que pensar o que está por vir, operar/trabalhar com evidências do presente, interrogando-se sobre a constituição/vigência de uma “sociedade de projetos”. Para isto, relaciona esporte e segurança, que se configuram como um núcleo comum dos projetos sociais mapeados por esta pesquisa e intervenções previstas para funcionar nesta região como as decorrentes do convênio PELC/PRONASCI. Por fim, mas com a proposta de não concluir, em *Fazer viver e normalização nos projetos sociais esportivos*, são tomadas as noções foucaultianas de biopoder e biopolítica de modo implicado como chave para pensar os PSE nesta tese.

uma arte de diagnosticar. As duas últimas frases citadas no prólogo desta tese registram este sentido: “Em outras palavras, somos atravessados por processos, movimentos, forças. Não conhecemos esses processos e essas forças e o papel do filósofo é, sem dúvida, diagnosticar essas forças, diagnosticar a atualidade.” (FOUCAULT, 2011, p. 225)

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Édipo*. Lisboa: Assírio & Alvin, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

PARTE I

Projetos
sociais
esportivos: o
que há de
problema com
isto?

Texto 01

Texto introdutório, que compõe com outros dois textos, a primeira parte da tese.

Ementa:

Ainda sobre decisões
ou sobre escrever;
Sobre mapear – a
operação cartográfica;
PSE: tema, problema,
acontecimento;
Lições de método em
Michel Foucault: a
crítica aos universais,
as relações
estratégicas e os
paradoxos

No que segue, acho que não foi feita outra coisa que não tenha sido tratar de aceitar convites. Isto se tomar por convite o desejo de operar algo parecido com o que outros e outras fizeram. Não para me colocar como tal ou colher os mesmos comentários; não para ser a esses e essas comparado ou considerado “tão bom quanto”. É de outra coisa que se trata. É de tomar por convite maneiras de pensar e escrever que não são mais do que pensamentos e escritas, ou seja, de tão encantadoras que são não podem “pertencer” a um autor ou autora, ainda que se diga que é uma maneira foucaultiana de pensar e escrever, não é a Michel Foucault⁴ que me sinto convidado a seguir, mas seus modos de pensar e escrever. Até porque, em relação a este autor, um convite instigante que faz, uma provocação que nos coloca, é experimentar o modo como pensamos e, com isto, ensaiar a transformação do próprio pensamento. Por isto permito-me usá-los, sem constrangimento nenhum de inveja ou autoelevação, mas me permito também colocar certas condições para aceitar tais convites. Isto significa aceitar, por exemplo, um *Convite à filosofia*⁵, com a condição de não ter que me tornar um filósofo para isto. Aceitar o convite a filosofar como coisa deste mundo sem ter que se defender de enquadramentos filosóficos. Se pode ser assim, se não preciso me tornar filósofo para filosofar, se isto me é permitido, então, eu aceito o convite. Aceito os convites de Foucault sobre pensar de outro modo, construindo outros problemas, sem “ter que” nem querer me tornar Foucault e muito menos buscar em sua produção um método.

Neste ponto, para mim, seus convites já são lições de como lidar de outro modo com a história, fazer história de outro jeito; como desconfiar daquilo que parece não poder ser de outro modo, porque sempre foi assim; pensar de outro modo, de fora, pensar o presente. É deste tipo de convite que se trata e isto para não descrever os convites que se recusa no caminho, por exigirem filiação ou conversão, ou por não me atingirem em termos de desejo. Por fim, talvez, o convite mais importante tenha sido a “lição” que Foucault nos dá: aprender a devorar⁶ outros modos de pensamento.

⁴ “Michel Foucault [1926-1984] é um dos pensadores franceses contemporâneos mais potentes, não apenas pela sua produção teórica, mas, sobretudo, pelo seu modo de conceber e afirmar uma posição para o intelectual. Nesse sentido, Foucault faz do pensamento uma prática ativa de problematizar as questões de seu tempo. Produziu teoria, muita teoria: mas também ajudou a pensar que há formas diversas de se relacionar com a teoria. Na esteira de Nietzsche, chamou a teoria de ‘caixa de ferramentas’; com isso, Foucault sugeria que nenhuma teoria tem valor em si própria, para além dos usos que lhe são outorgados. Trata-se, então, de uma pragmática – não utilitária – do pensamento: diz-me o que fazes com o pensamento e te direi o valor desses pensares...” (XAVIER; KOHAN; VEIGA-NETO; In: CASTRO, 2009, p. 11)

⁵ Jogo com o título do livro de Chauí (1995), *Convite à filosofia*.

⁶ No sentido que Sueli Rolnik utiliza em *Cartografia Sentimental* (ROLNIK, 2006).

Não é, porém só de convites que se trata. Escrever uma tese é tomar decisões. Faz-se isto o tempo todo e é isto o que mais se faz. As ideias são abundantes, chegam a ser exageradas em alguns momentos, como também são as possibilidades que as leituras abrem. Mas, ainda assim, é preciso decidir sobre elas. Estas me tiram do trajeto, oferecem vários caminhos, fazem perder-se, sentir-se em um labirinto, até que se dê conta que tudo é labirinto, mas que também tudo é rede e, assim mesmo, “preso” no meio do labirinto, estou conectado de alguma maneira à saída. As leituras, algumas, deixam-me sem chão e aí não é de decisão que se trata e sim de sobrevivência e muito trabalho, desde as fundações. Quando se vê, tem-se novamente onde pisar, mesmo que isto não dure muito. Já os *insights*, melhor dizer, as sacadas, são escassas, raras, chegam a desaparecer nos momentos mais difíceis; em outros momentos, vêm e vão sem que tenha tempo de “agarrá-las”; por isto, talvez, decidem mais por mim do que eu decido sobre elas.

Mas existe algo que nunca cessei de perseguir: fazer perguntas. Uma artistagem⁷ que não tem medida, sobre o que só se consegue alguma coisa perguntando, um pouco como: “só se aprende a ler, lendo”. As perguntas contêm dúvidas, mas isto não é sua principal positividade/produktividade para uma tese. As perguntas devem transformar certezas em problemas, torná-los possíveis, fabricá-los. Poderia, então, dizer que não acontece tese sem pergunta, porque não existe problema sem pergunta e uma tese movimenta-se por problemas e, perguntas. Problematizar então é uma arte de fazer perguntas, não qualquer pergunta, mas aquelas que retiram as coisas de onde elas se encontram. E, quando feitas, trata-se de pensar na próxima, pois perguntas dizem coisas novas, ou melhor, podem dizer ou não. Dizer isto agora pode parecer fácil, mas não consigo medir quantos dias, horas, noites, páginas, verões, debates, frios, mates... foi preciso para isto. Isto tudo não é de agora e, talvez, só sirva para mim mesmo e não para quem lê o que aqui está escrito. Estas perguntas não estão por aí como se uma pesquisa devesse se dedicar a respondê-las. É tarefa de qualquer pesquisa inventar perguntas que produzam movimentos no pensamento. Considerando que esta tese trata de um tema delimitado – os projetos sociais esportivos – a primeira pergunta que formulo é: o que há de problema com os projetos sociais esportivos? Mas, também caberia formular outras: perguntar pelos seus efeitos? Se são atingidos os objetivos que se colocam para si? Qual

⁷ No sentido proposto por Corazza (2002), quando define que artistar é uma estética, uma ética e uma política a se inventar junto a uma educação que procura o não sabido, o não olhado, o não pensado, o não sentido, o não dito.

sua validade? Mas não foi a estas últimas que me dediquei, para “fabricar”, a partir de um tema, um problema. Estas perguntas, com exceção da primeira, parecem que encaminham a uma operação de verificação, ao final da qual se possa avaliar se “valem a pena” ou não. Constatar que estamos experimentando uma inflação desse tipo de projeto levou-me a perguntar por modos de pensar sobre tal acontecimento. Como se dão seus funcionamentos? De que maneira se articulam para funcionar?

Ainda sobre decisões ou sobre escrever

Dedicar-se a escrever, aprender a escrever, destruir a escrita e o pensamento... Afinal, só se escreve uma tese, escrevendo. A primeira decisão que tive que tomar foi em relação à própria escrita. Isto porque, desde o início, desconfiei que tivesse que encontrar uma maneira de escrever que me permitisse pensar sobre o “assunto” ao qual a tese se dedicaria de modo aberto (ECO, 1991), pois já havia constatado que a proliferação dos PSE –meu tema de pesquisa– é um acontecimento que opera em rede. Isto não é uma opção metodológica, mas uma constatação com implicações de método, pois esses projetos são difusos, conectados, explosivos, geográficos. Que tipo de escrita daria conta de pensar tal acontecimento?

Cada vez de forma mais acentuada, desde o início, a noção de rede esteve associada ao modo de pensar e escrever os projetos sociais. O mapa também. Mapa, rede, carta. Pontos, nós, linhas, forças, intensidades. Desenhos para pensar e escrever sobre o tema/objeto. O hipertexto pareceu-me um caminho. Pensar em hipertexto, funcionamentos em rede, escrever em rede, desenhar, pensar. Tudo é rede! Uma obra aberta (ECO, 1991)! Obra? Não é disso que se trata. Funcionamentos em rede, projetos desconhecidos uns dos outros, por vezes tão parecidos, mas ainda assim constituindo redes. Nem tudo é tão intencional assim. Da rede para o mapa, mas não qualquer mapa, um mapa reticular, rizomático (DELEUZE e GUATTARI, 1995). Tudo porque não dava mais para separar o escrever do ler, do pensar, do re-escrever, do repensar, do reler; isto havia sido possível um dia quando não me propunha artistar. A escrita, ao seu jeito, fixa algo que já não é bem aquilo, ela produz sentidos, que desaparecem muito rápido.

Mas também não era de um mapa como estamos acostumados a lidar por aí de que se tratava; mas de uma operação, agora, cartográfica⁸. Um dos objetivos de todo este empreendimento é mapear os projetos sociais esportivos em funcionamento na cidade do Rio Grande num período determinado⁹; mas o próprio mapeamento assumiu uma dimensão diferente do esperado. Ao me colocar a mapear, surgiram, à minha frente, demandas sobre noções tomadas como certezas, sem que se tenha ao menos perguntado se sempre foram assim, se são assim mesmo ou se não podem ser diferentes do que são. Hipóteses saltam, explodem, invertendo os caminhos do pensamento. Demandas que me levam ao inusitado, ao paradoxal. Paradoxal porque pode comportar vários ao mesmo tempo, mas nunca uma totalidade. Já ia me esquecendo: certa operação cartográfica foi tornando isto tudo possível.

Mas tem também a questão da forma. Este é um empreendimento acadêmico e, neste tipo de exercício, temos lutas a travar. Nem tudo é aceito. Existem lá suas regras. Corre-se o risco de não se chegar a lugar algum e, com isto, não me refiro que seja possível encontrar um fim. A cartografia ajuda bastante no método, na metodologia, pelo que ela aponta de abertura, mas não dá para depois enquadrar tudo no pensamento único, na escrita regulada, reformatar a escrita e o pensamento para torná-los válidos, porque, ao cartografar, já estava escrevendo e pensando, pensando e escrevendo. Não me cabia mais decidir. Só me restava, logo de início, o ensaio. Ensaiai, artistar, tentar pensar de outro modo meu próprio pensamento. Logo o ensaio, tão mal visto pela academia!

A decisão sobre ensaiar foi consequência do que chamo de um convite feito por Larrosa (2003, 2004), em alguns de seus textos, quando me senti convidado a ensaiar. Corrijo, convidado a ensaiar-se. Esta é minha definição de ensaio para esta tese: modos de pensar e escrever sobre um acontecimento; ensaiar o próprio pensamento; ensaio sobre si mesmo, por isto, ensaiar-se. Debruçar-se sobre o pensado em busca do impensável. Sucinta definição que está mais ao lado de uma atitude do que de uma modalidade ou formato de pensamento e escrita. Então, ao mapear, ensaiava o próprio mapeamento.

Sobre mapear – a operação cartográfica

De onde parti, para onde me levou. De pontos geográficos onde “funcionam” os projetos mapeados, para planos que contêm linhas intensas e conexões dispersas; vários

⁸ Adjetivo tomado mais como perspectiva e atitude diante do tema de pesquisa e não como metodologia. O Texto 02, que compõe esta tese, *Mapeando os projetos sociais esportivos a partir de uma cartografia rizomática*, registra o solo teórico que possibilitou qualificar o mapeamento como cartográfico.

⁹ Durante os estudos de doutoramento, entre 2008 e 2012.

planos e, pior, não existe um método formulado para me dizer se estou no caminho certo. Uma operação que não equivale a um método. É claro que implica em método no sentido de *hódos-metá*¹⁰, mas não tem um que lhe seja equivalente, referente. O percurso cartográfico, depois de iniciado, está quase à deriva. Sou passageiro no barco que dirijo. Mas sinto, em alguns momentos, que, às vezes, não tem problema ser passageiro no barco, que não cabe somente a mim, neste sentido, capitaneá-lo. Assim, em termos de método, a cartografia é, nesta tese, uma atitude à qual corresponde uma operação, mas nunca uma totalidade cartografada; por isto, nomear tal operação de mapeamento cartográfico pareceu-me apropriado. Ao abdicar de nomear este empreendimento como cartografia tento escapar de qualquer pretensão de totalidade sobre a coisa mapeada e, se mantenho o cartográfico no mapeamento, é apenas para adjetivá-lo e afirmar que não é de qualquer mapeamento que se trata.

PSE: tema, problema, acontecimento

Nesta pesquisa, trabalho com a hipótese de que os projetos sociais, especificamente os PSE, são propostos e se estabelecem implicados na regulação e gestão de determinadas populações. O tema PSE, desde o início, é tomado como estratégia de governo, seja quando é proposto pelo Estado, como recurso governamental, seja quando parte da sociedade para minimizar situações consideradas de vulnerabilidade social ou risco a que a própria sociedade e os indivíduos se encontram submetidos/implicados/expostos. Assim, o objetivo central deste estudo é pensar a proliferação dos PSE na cidade do Rio Grande, especialmente em suas implicações estratégicas presentes em suas proposições (editais e projetos). A isto me refiro em termos de funcionamentos.

O que é, porém um PSE? Diferentes definições de projetos sociais podem ser elencadas, mas não assumo, a princípio, nenhuma delas, já que o manuseio dos documentos parece me indicar que temos “de tudo um pouco”.

O foco da tese não está localizado na definição do que tem sido mesmo cada um desses projetos, mas sim o problema da proliferação dos mesmos, ou pelo menos o que tem sido a opção inflacionária de uso deles como estratégia para fins diversos. Neste sentido, o

¹⁰ Ao defender que “toda pesquisa é intervenção”, Passos e Barros (2010, p. 17) afirmam que “a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão de sentido tradicional de método – não mais um caminhar pra alcançar metas pré-fixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um *hódos-metá*.”

problema não está relacionado com algo que se manifesta na sociedade ou a partir da sociedade ao qual nos dedicaríamos a tentar resolver; neste rol, entram os problemas sociais e algumas das condições tomadas por “questões sociais”. O problema aqui tem outro sentido. Está implicado em pensarmos se as coisas não podem ser de outra maneira pensadas e se, naquela região do pensamento onde não parecem caber dúvidas, justamente aí, não haverá espaço para o impensável. O impensável apresenta-se desta maneira como o outro da certeza, a que não raras vezes desemboca para uma arrogância nem sempre fácil de destituir. É o caso desses projetos sociais, nos quais aparecem precisões/certezas sobre “quem precisa do quê” para melhorar a situação em que se encontra. A vulnerabilidade, mais que os vulneráveis, torna-se, então, um campo de estudo e, assim, de ação. “Estudar”, “conhecer”, “definir” a vulnerabilidade, neste sentido, não é o mesmo que estudar os vulneráveis. Pelo contrário, o discurso e o conhecimento da vulnerabilidade fabricam os vulneráveis e contêm uma ambição considerável de colocar sob seu mando estados, situações, condições completamente heterogêneas de vida.

Estudar o tema dos PSE não se constitui, a princípio, uma novidade no Brasil, uma vez que autores como Zaluar (1994), Melo (2005), Gonçalves (2003), Guedes (2006), Thomassim (2010) e Thomassim e Stigger (2009), já o abordaram a partir de diferentes perspectivas. O que nesta pesquisa anuncio como novidade está vinculado com uma hipótese anunciada anteriormente e aqui ampliada. Tomar esses projetos como implicados com a gestão e regulação das populações, como estratégia de governo, como mecanismo, significa concentrar-se na vida, na vida do corpo individual e na vida do corpo da população ao mesmo tempo. Contemporaneamente, não é apenas o indivíduo o alvo do governo, mas sim a vida. Logo, ainda que a maioria dos projetos que se dizem “sociais”¹¹ dirijam-se às crianças e adolescentes considerados em situação ou estado de risco ou vulnerabilidade social, amplio a hipótese, pensando essa vulnerabilidade em termos de paradoxo, quando suspeito que esses projetos colocam-se na situação de produzirem não só a noção, mas a própria vulnerabilização¹² dos indivíduos a que dirigem suas práticas.

Sendo assim, indico qual é o objeto desta tese. Afinal, não é de qualquer projeto social que esta tratará, mas sim dos PSE. Trato de analisar os projetos sociais dirigidos ou em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS que tenham por público alvo de suas

¹¹ O tema “social” dos projetos sociais aparecerá ao longo da tese compondo diferentes problematizações. Anuncio que usarei amplamente esta grafia dada à desconfiança que mantenho ao emprego desta expressão pelos projetos “sociais”.

¹² Este tema encontra-se indicado, inicialmente, em Hecktheuer, Silva e Silva (2009).

intervenções as crianças ou adolescentes considerados em situação de risco ou vulnerabilidade social e que proponham o uso dos esportes como meio para atingir seus objetivos. Por vulnerabilidade social¹³ considero o estado ou “situação de pobreza ou de privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros), ou mesmo que tenham fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminação étnica, étnica, de gênero ou por deficiência, entre outras)”, atribuído a determinadas parcelas da população pelos projetos, programas, editais de financiamento de projetos etc. Como suspeito que intervenções como os projetos sociais esportivos não são apenas dirigidos a essas parcelas da população, mas implicados na sua constituição, tomo a expressão “vulnerabilidade” no que ela pode significar de delimitador do presente estudo e não como assumindo que exista uma situação vulnerável, em que indivíduos estejam à espera de ser interpelados.

Introduzir a temática e a problematização do acontecimento “projetos sociais esportivos” significa, também, assumir determinada perspectiva de abordagem, reconhecendo que a mesma já estava em operação produzindo o tema, fabricando o problema, definindo os acontecimentos. De que perspectiva se trata? Da perspectiva foucaultiana de problematização dos acontecimentos. Isto não quer dizer que esta pesquisa empreenderá uma análise genealógica dos projetos sociais, mas que só foi possível pensar esses projetos em seus mecanismos estratégicos, dedicar-se aos seus funcionamentos, através da operação de construção do tema já impregnado pelos estudos do filósofo, professor e historiador Michel Foucault.

A perspectiva foucaultiana estabelece um modo de olhar analítico que não pode e não deve ser tomado como um método, considerando que Foucault insistentemente indicou que não o usassem como teoria ou como método¹⁴, mas como “caixa de ferramentas”¹⁵. Por mais que algumas de suas ferramentas possam ter sido extraviadas, entortadas, deformadas por alguns usos e citações forçadas, insisto em usá-lo desta maneira, em segui-

¹³ Silva (2008) pesquisou e descreveu genealógicamente como são nomeados e produzidos discursivamente sujeitos vulneráveis, apoiada nessa concepção de vulnerabilidade social formulada pelo SUAS – Resolução nº 130/2005.

¹⁴ Pelo menos, não no sentido *hard* que Veiga-Neto (2009) atribui à teoria e método. “É porque se descartou da noção de sujeito fundante, núcleo e origem do *cogito*, que Foucault tece necessariamente de se descartar do conceito cartesiano de método. Então, já de início, o filósofo rompe com o sentido canônico moderno de método” (p.89).

¹⁵ Félix Guattari reivindica ser sua essa assertiva, que teria sido retomada por Michel Foucault. Guattari (2007, p. 33) propõe, em termos de provocação, “que os conceitos não eram, no fim das contas, senão ferramentas, e as teorias o equivalente de caixas contendo-as – sua potência não podendo exceder os serviços que prestavam em campos delimitados, por ocasião de sequências históricas inevitavelmente limitadas”.

lo no modo de olhar, por mais que este modo possa ser único e só dele. Assumo tal atitude com a preocupação de não danificar/desbeijar nenhuma das ferramentas de sua oficina¹⁶ por “mau uso”, tentando, quando necessário, fabricar outras; por exemplo, para executar cortes distintos, ou cortar diferentes objetos daqueles que o filósofo já manuseou. Isto significa assumir as relações que posso estabelecer entre “o que” e “como” é possível pensar neste momento, ou melhor, como consigo pensar o próprio pensamento ou o pensamento desta época. Ainda que Foucault reivindique que não o sigam (POL-DROIT, 2006), o filósofo prestou tributo a Jean Hipollity pelo que este havia produzido em seu pensamento.

É porque tomei dele, sem dúvida, o sentido e a possibilidade de que faço, é porque muitas vezes ele me esclareceu quando eu andava às cegas, que eu quis situar meu trabalho sob seu signo e terminar, evocando-o, a apresentação de meus projetos. É em sua direção, em direção a essa falta – em que experimento ao mesmo tempo sua ausência e minha própria carência – que se cruzam as questões que me coloco agora. (FOUCAULT, 1996, p. 78-79)

Seguir Foucault é “situar meu trabalho sob seu signo e terminar, evocando-o”, por que seus modos de operar as questões que coloca ao produzir seus objetos e as outras que se colocam em termos de método fornecem-nos lições dignas de um grande professor.

Lições de método em Michel Foucault: crítica aos universais, relações estratégicas e paradoxos.

Que tipo de implicação pode haver entre o que anuncio como lições “proferidas” pelo filósofo/professor e o tema/problema desta tese? Nesta parte do texto, abordo algumas implicações metodológicas decorrentes das leituras que tenho feito do filósofo e historiador¹⁷ Michel Foucault, relacionadas aos modos de pensar os projetos sociais, vinculados ao uso do esporte¹⁸, como estratégia para atingir determinados fins. Numa adequação à própria perspectiva foucaultiana, seria melhor, desde o início, referir-se a

¹⁶ Veiga-Neto (2006), ao referir-se à oficina de Foucault, amplia a noção de “caixa de ferramentas”, aproximando-a de outra: o uso de suas análises como “fogos de artifício”. Veiga-Neto faz isto quando se propõe a usar as ferramentas foucaultianas nos seguintes termos: “experimentar mais liberdade na visita que volto a fazer à oficina de trabalho de Foucault” (p.80).

¹⁷ O fato de Michel Foucault ser ou não um historiador é discutido por diferentes autores, mas o que o próprio autor afirma é que, se ser historiador significa partir dos “universais tais como são dados e em ver como a história, ou os modula, ou os modifica, ou estabelece finalmente sua não-validade” (FOUCAULT, 2008a, p. 5); então, ele não se considera um historiador. O tomamos aqui por historiador no sentido que Paul Veyne (1982) desenvolve em *Como se escreve a história - Foucault revoluciona a história*.

¹⁸ Anuncio, desta maneira, uma das delimitações do estudo, mesmo não sendo objetivo deste texto desenvolver sobre o que seria pontualmente o “projeto” de pesquisa. Assim, quando me refiro a projetos sociais como tema, não é de qualquer projeto social que se trata.

“questões de método” no lugar de tomar o movimento do seu pensamento, de suas operações analíticas, como uma metodologia.

Assim, é dos movimentos do pensamento que venho experimentando o que aqui se trata e, por precaução, assumo que talvez se trate objetivamente de um jeito ou estilo de análise, inspirado nas “questões de método” assinaladas por Foucault. Abordo os projetos sociais a partir de três questões que Foucault desenvolveu: a da crítica aos universais autoexplicativos, que o autor desenvolve em *Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2008a); das relações estratégicas que o autor explica no apêndice *O sujeito e o poder*, do livro de Dreyfus e Rabinow (1995); e do uso que fez do paradoxo como chave para pensar, frequentemente demonstrada nos cursos que lecionou no *Collège de France*.

Ao problematizar os projetos sociais deparei-me, logo de início, com outros temas que buscam explicar por si a necessidade e providência desses projetos, passando pela maneira pacífica como neles está identificado qual deve ser seu público-alvo e, por vezes, garantindo tais projetos como meio para atingir determinados objetivos. São esses outros temas (violência, inclusão, drogadição, insegurança, pobreza, vulnerabilidade, risco, carência, entre outros), que, em algumas análises, expõem e dão por explicados certos mecanismos de causa e efeito a que determinadas parcelas da população estão vinculadas e, quando tomados dessa maneira, produzem explicações e interpretações universalizantes e universalizadas das práticas sociais.

Dentre os temas exemplificados, refiro-me, principalmente, ao da vulnerabilidade, que aparece de modo constante na formulação e justificativa desses editais e projetos, sendo que, via de regra, está vinculado a determinadas demandas por direitos sociais e individuais. Trata-se, nesses casos, de uma situação de direitos “a menos” a que esses indivíduos – os vulneráveis ou vulnerabilizados – estão submetidos, ou seja, refere-se às demandas por direitos “a mais”, que esses projetos visam amenizar dentro de uma racionalidade liberal de governo. Abordo-os desta maneira, porque entendo que, no contexto brasileiro, não se pode pensar em “perda de direitos”; por exemplo, uma vez que grande parcela dos indivíduos desta “nação” não chegaram nunca a “possuí-los” ou deles usufruir. Quando assim colocado, a noção de vulnerabilidade apresenta-se de uma maneira autoexplicativa, que não carece de maiores complexificações. Parece que todos sabemos muito bem do que se trata e, desta maneira, torna-se muito fácil evocar esta noção para delimitar uma população-alvo quando se fala de projetos sociais. O mesmo apresenta-se

com relação à violência e à drogadição, por exemplo, quando estas são apontadas como fatores que constituem os indivíduos como em estado de vulnerabilidade ou risco, porque expostos a “ambientes”, “graus” ou “regiões” onde estas se manifestam. Daí que ser morador de determinado bairro da cidade pode valer como tomar esses indivíduos por vulneráveis.

Partindo de uma não satisfação relativa a essas formas de pensar, que classifico como “fáceis”, problematizo os projetos sociais naquilo que eles têm de estratégico e na maneira de tratar esses “universais”. Neste sentido, Foucault (2008a, p. 4-5), ao apresentar sua opção pela análise da prática governamental, afirmou que esta “é uma maneira de deixar de lado como objeto primeiro, primitivo, dado, certo número de noções, como, por exemplo, o soberano, a soberania, o povo, os súditos, o Estado, a sociedade civil” propondo, justamente, “partir dessa prática tal como ela se apresenta, mas ao mesmo tempo tal como ela é refletida e racionalizada, para ver, a partir daí, como pode efetivamente se constituir certo número de coisas, sobre o estatuto das quais será evidentemente necessário se interrogar, que são o Estado e a sociedade, o soberano e os súditos, etc.”

Não por uma analogia direta ou simplista, que seria desconsiderar as precauções que o próprio Foucault destaca, é que devemos ter ao tomar análises feitas por outros, sobre outros temas, em outros lugares e tempos, mas, por inspiração no seu estilo de análise, vislumbro uma maneira diferente de pensar esses projetos sociais. Uma maneira, ou estilo, que consiste numa postura analítica de desconfiança sobre princípios explicativos universais. Destaco, a seguir, algumas passagens em que Foucault explicita isto:

Em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas (...) Parto da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existem; e formulo nesse momento a questão à história e aos historiadores: como vocês podem escrever a história, se não admitem *a priori* que algo como o Estado, a sociedade, o soberano, os súditos existem? (...) Nada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer. (FOUCAULT, 2008a, p. 5-6)

Caberia, então, interrogar sobre a existência desta população de vulneráveis e, de forma desconfiada, formular a hipótese de que esses projetos sociais de que falo constituem tal população, à medida que delimitam, em termos de população, indivíduos heterogêneos, singulares, que não facilmente poderiam ser colocados sob a denominação geral de vulneráveis. Isto remete para a segunda lição que tomo de Foucault – sobre estratégias.

Foucault explicou esta noção em um texto¹⁹ específico e o fez no contexto das relações de poder, abordando o que denomina de relações estratégicas, nos seguintes termos:

A palavra estratégia é correntemente empregada em três sentidos. Primeiramente, para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um *objetivo*. Para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser dele; em suma, a maneira pela qual tentamos ter uma *vantagem sobre o outro*. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta; trata-se, então, dos meios destinados a obter a *vitória*. (FOUCAULT, 1995, p. 247)

Se o filósofo coloca neste nível o que seriam as relações estratégicas, é para falar de ações sobre ações, de agir sobre a conduta do outro, dos outros e de si mesmo. Podendo-se dizer, assim, que as relações estratégicas dão-se dentro de práticas que, visando agir sobre as condutas, podem ser tomadas como estratégias de governo. É desta maneira que tomo, então, os projetos sociais – como estratégias de governo. Não de um governo que somente parte do Estado ou que é dependente deste, mas um governo tomado a partir das práticas de governo.

Para este estudo, os projetos sociais são tomados como mecanismos estratégicos de governo. Mas de que maneira isto funciona? Ou seja, que características ou condições permitem ou tornam possível que se possa dizer isto acerca dos projetos sociais? A quem se refere o “social” dos projetos sociais? Como se segmenta uma população ou público sobre os quais estes projetos visam intervir? Como se constituem estratégias pedagógicas através destes projetos? Enfim, como se visa governar através dos projetos sociais esportivos? Se estas são perguntas que me ocorrem, não quer dizer que me dedicarei a responder uma a uma, mas sim que servem para fabricar o problema.

¹⁹ *O sujeito e o poder*, apêndice em Dreyfus e Rabinow (1995).

Vou tratar aqui de indicar de forma exemplar uma dessas maneiras de funcionamento que é a segmentação da população (dos vulneráveis) através desses projetos sociais. Talvez se possa falar da constituição de uma população a partir dos cadastros de indivíduos dispersos em ações programadas, intervenções projetadas, que são os projetos sociais. Considerando que os projetos são direcionados aos indivíduos posicionados em situação de vulnerabilidade social e que os critérios que possam ser aplicados na seleção dos indivíduos que serão “atendidos” por esses projetos são muitas vezes diferenciados²⁰, temos uma população de vulneráveis constituída, identificada, cadastrada, sobre a qual as intervenções serão “aplicadas”. Essa me parece a principal estratégia que opera nesses projetos ditos sociais e é isto que me permite tomá-los em termos de governo, buscando agir sobre as condutas desses indivíduos, mas que visa também conhecê-los, uma vez que estão identificados, localizados. Esse conhecimento, ou inteligibilização das coisas a serem governadas, permite ainda uma atualização intensa e permanente das estratégias a serem utilizadas. Permite também uma identificação e atualização permanente em relação às “entradas táticas”²¹ (FOUCAULT, 2008b), mas isto, para o alcance deste texto, não é possível explorar, porque corresponde a ampliar o escopo e tratar, por exemplo, dos modos como estes indivíduos podem não se submeter às intervenções estratégicas de governo que esses projetos pretendem colocar em operação.

Michel Foucault, principalmente nas aulas proferidas no *Collège de France*²² em que se dedica aos estudos das artes e racionalidades de governo, utiliza em diferentes passagens a noção de paradoxo²³ para operar a análise que se propõe. A maneira como o autor lida com as situações paradoxais que descreve é tomada por mim como uma terceira “lição de método” e um convite a, mais uma vez, devorá-lo. O trato da noção do paradoxo

²⁰ Alguns projetos têm, por exemplo, o objetivo de possibilitar o acesso de crianças e adolescentes de baixa renda a determinados “bens culturais” (como o acesso à prática de esportes) – nesse caso, o critério sócio-econômico pode prevalecer; outros têm por objetivo afastar esses indivíduos dos “riscos” da drogadição – nesse caso, o envolvimento com drogas ou a residência e circulação em locais “perigosos”, pode ser um critério importante; mas, na maioria dos projetos, esses critérios estão embaralhados, levando indivíduos heterogêneos do ponto de vista dos riscos a que estão submetidos a constituírem uma população muitas vezes tomada como homogênea – uma população de vulneráveis.

²¹ Em torno desta expressão, Foucault (2008b, p. 285) explica que conviria dizer: “toda transformação que modifica as relações de força entre comunidades ou grupos, todo conflito que os opõem em confronto ou que os faz rivalizar requer a utilização de táticas que permitem modificar as relações de poder e a introdução de elementos táticos que justificam ou fundam em racionalidade essas táticas.”

²² Publicadas no Brasil sob os títulos *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 1999), *Nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2008a) e *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2008b).

²³ Nos cursos do ano de 1976 - *Em defesa da sociedade* – Michel Foucault descreve como desde a época clássica as formas de poder têm se encarregado centralmente da vida. Na análise daquilo que ele denomina “racismo de estado” está exposto de modo paradoxal a maneira como se justifica a morte de uns para que outros vivam. Nesta equação, matar para viver é uma das formas de se exercer o direito da vida.

pelo autor coloca acento na simultaneidade de oposições, ao contrário do que seria operar com oposições dualistas autoexplicativas, nas quais são estabelecidos, em termos valorativos, o posicionamento positivo e o negativo dos sujeitos, das práticas e dos objetos em análise; ou de tratar de contraditórios a serem superados. No uso da figura de pensamento do paradoxo, o filósofo dá a entender que estes não são descritos para que sejam resolvidos; pelo contrário, os paradoxos constituem de determinada maneira aquilo em que estão implicados, estabelecendo situações ou estados paradoxais. Logo, pode ser esta uma atitude metodológica útil a um modo de pensar os PSE, uma vez que desde o início deparei-me com o que denomino “paradoxo da vulnerabilidade” hipoteticamente tratado nesta tese. Esta elaboração, logo no percurso inicial da pesquisa, fez com que atentasse para paradoxos em funcionamento nas propostas dos projetos sociais. Mas, ainda resta uma questão: por que paradoxos?

A esta pergunta respondo da seguinte maneira: não se trata de colocá-los – os paradoxos – como princípio, muito menos de perseguir uma linha de paradoxos à qual estariam “condenadas” todas as práticas, mas identificá-los e descrevê-los quando estes aparecem no caminho da pesquisa. Não para respondê-los ou apontar-lhes soluções; não para resolvê-los, mas para reconhecer a sua força analítica. Não estabelecer de antemão condições paradoxais, mas pensar de modo contingente sobre o que pode ser e não ser ao mesmo tempo. Utilizar o paradoxo como figura de linguagem, mas radicalizando-a como figura de pensamento, como forma/maneira de pensamento sobre os acontecimentos para, reconhecendo-os, operar num sentido diferente do que somos levados a pensar quando aceitamos alguns dualismos antagônicos, algumas oposições binárias e alguns universais autoexplicativos, quase autoevidentes²⁴.

Abro, neste momento, parênteses na escrita, para demonstrar um modo de pensar em termos de paradoxo, sem que para isto “se caia” em contradição. Scott (2005) opera neste sentido quando discute os conceitos de igualdade e diferença, gênero, identidades individuais e de grupo. No artigo em que apresenta esta discussão, argumenta que “a questão da igualdade precisa ser entendida em termos de paradoxo” (p. 11). Parafraseando Olympe de Gouges²⁵, a mesma autora explicita: “Venho até vocês hoje arriscando uma

²⁴ Hunt (2009) historiciza sobre o que hoje conhecemos como direitos humanos. Aborda-os em termos de os mesmos, terem sua invenção datada e muito deverem ao seu caráter autoevidente para terem se “disseminado” e serem “aceitos” por toda sociedade.

²⁵ Escritora feminista que escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em 1791*, citada por Scott (2005).

‘condenação penosa’, ‘como uma mulher que somente tem paradoxos a oferecer e não problemas fáceis de serem resolvidos’” (p.11-12). Mais adiante, no mesmo texto, Scott propõe:

Há várias definições do que seja um paradoxo. Na lógica, um paradoxo é uma proposição que não pode ser resolvida e que é falsa e verdadeira ao mesmo tempo. O exemplo clássico é a afirmação do mentiroso: “Eu estou mentindo”. Na Retórica (sic) e na Estética, paradoxo é um signo da capacidade de equilibrar, de forma complexa, pensamentos e sentimentos contrários, e, assim, a criatividade poética. O uso comum emprega “paradoxo” para designar uma opinião que desafia a ortodoxia prevalente, que é contrária a opiniões preconcebidas. De certa forma, meus paradoxos compartilham de todos esses significados, porque desafiam o que, para mim, parece ser uma tendência generalizada de polarizar o debate pela insistência de optar por isso ou aquilo. (SCOTT, 2005, p. 14)

Poderia, a partir disto, enumerar diferentes usos do paradoxo, mas destaco, para fins analíticos, este que a autora acima aponta: diferenciar-se das operações polarizadas e polarizantes em que podemos ser levados a pensar, como descreve o poema de Cecília Meirelles²⁶, e sempre ter que decidir entre “isto ou aquilo”. Isto se dá quando opomos, ao tratar dos projetos sociais, por exemplo, Estado e sociedade, governantes e governados, proponentes e indivíduos (população-alvo) e, desta maneira, deixamos de pensar o quanto as partes destas dualidades são produzidas por estes processos e pelo funcionamento desses projetos e não se estabilizam em posições “finais”.

É nesta direção que o pensamento em termos de relações estratégicas aponta. Estes movimentos que visou operar, ao buscar por deslocamentos recíprocos entre estratégias e táticas nos projetos sociais, posso chamar de “lições de método”, ou seja, decisões e mudanças de direção que o objeto PSE me obriga a fazer, quando manuseio o *corpus* de análise (editais de projetos e os projetos em si mesmo). Modos de pensar, inspirados em Foucault, que procuram: fugir dos “universais” autoexplicativos (por exemplo, uma suposta necessidade de projetos sociais); ir ao encontro das estratégias que constituem determinadas práticas (a segmentação de uma população de vulneráveis sobre a qual os projetos sociais deverão atuar); e reconhecer que isto tudo pode estar implicado com contextos paradoxais de funcionamentos (simultaneamente, vulneráveis e vulnerabilização implicados no mesmo processo). Tudo isto, define, desde já, os caminhos que a pesquisa deve seguir, à espera de outras “questões” para compor o próprio pensamento.

²⁶Meirelles (2002).

Referências

- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault* – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1995
- CORAZZA, Sandra Mara. Pesquisa-ensino: o "hífen" da ligação necessária na formação docente. In: *Araucárias* - Revista do Mestrado em Educação. FACIPAL. Palmas, v. 1, n. 1, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.1*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ECO, Umberto. *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In.: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GONÇALVES, M. A. R. *A vila olímpica da Verde-e-Rosa*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- GUATARRI, Félix. Microfísica dos poderes e micropolítica dos desejos. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velascoe. *Foucault hoje?* Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- GUEDES, S. L. et al. Projetos sociais esportivos: notas de pesquisa. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XII, 2006, Niterói. Anais... Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. p. 92-92. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Simoni%20LGuedes,%20Julio%20Davies,%20Michelle%20ARodrigues%20e%20Rafael%20MSantos.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.
- HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcantara; SILVA, Méri Rosane Santos da ; SILVA, Rose Méri Santos da. *Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos*. In: FRAGA, Alex Branco; MAZO, Janice Zarpelon; STIGGER, Marco Paulo; GOELLNER, Silvana Vilodre. Porto Alegre: Gênese, 2009.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação & Realidade*, v.28, n.2, p. 101-115, 2003.

- LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In: *Educação & Realidade*, v. 29, n. 1, p. 27-44, 2004.
- MEIRELES, Cecília. *Ou isto ou aquilo*. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- MELO, Marcelo Paula de. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica Maré*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- POL-DROIT, Roger. *Michel Foucault: entrevistas*. São Paulo: Graal, 2006.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2006.
- SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. In: *Estudos Feministas*, v.13, n. 1, p. 11-30, 2005.
- SILVA, Rose Méri Santos da. *O discurso da vulnerabilidade social e os processos de constituição dos sujeitos "asematizáveis"*. Rio Grande: Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, 152 f., 2008.
- THOMASSIM, L. E. C.; STIGGER, M. P. Super-oferta de projetos sociais esportivos: superando as imagens públicas idealizadas sobre essas ações. In: SEMINÁRIO NACIONAL POLÍTICA & SOCIOLOGIA UFPR 1. 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2009. CD-Rom
- THOMASSIM, Luis Eduardo Cunha. *O "público-alvo" nos bastidores da política: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos*. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano, Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2010.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Na oficina de Foucault. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José. *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. In: *Cadernos de Educação*, n.34, p. 83-94, set/dez, 2009.
- VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- XAVIER, Ingrid Müller; KOHAN, Walter Omar, VEIGA-NETO, Alfredo. Prólogo à edição brasileira. In: CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

Mapeando
projetos
sociais
esportivos a
partir de uma
cartografia
rizomática

Texto 02

Texto que registra o solo teórico-metodológico que possibilitou qualificar a operação mapeamento de cartográfica.

Este artigo tem por objetivo discutir aspectos metodológicos da cartografia rizomática para a pesquisa em educação e algumas conexões com o tema da tese. Primeiramente, apresentamos como decidimos por uma operação cartográfica. Em seguida, discutimos de que modo os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari apontam a cartografia como um dos princípios de um pensamento rizomático. Logo após, seguimos algumas pistas deixadas por operações cartográficas. Por fim, demonstramos alguns movimentos de pesquisa operados na investigação de projetos sociais esportivos em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS, exemplificando como a cartografia possibilita um percurso único para cada pesquisa.

Ementa:

Por que cartografar?;
A cartografia
rizomática em Mil
Platôs; Operações
cartográficas:
seguindo pistas; Ousar
uma operação
cartográfica em
educação.

Por que cartografar?

Em *Foucault*, Gilles Deleuze (1995) descreve o que para nós é a novidade. Uma nova maneira de lidar com os arquivos ocupando-se dos enunciados, é acompanhada de uma nova maneira de pintar. “Quadros coloridos sobre mapas milimétricos” (p. 34). Nasce um novo cartógrafo. É aí que nos encontramos com a cartografia, ofício de um cartógrafo. Foi quase óbvio constatar, naquele momento, que não se tratava da cartografia conhecida pela geografia, uma vez que não é de mapas geográficos que se trata. Mas o percurso até compreender esta novidade estava apenas no começo. Não se obtém, nesta descrição Deleuze Ana de Foucault, um novo método, mas sim uma nova operação, ou melhor, uma nova maneira de operar uma análise, ao mesmo tempo em que um quadro é pintado. “Análise e quadro caminham juntos: microfísica do poder e investimento político do corpo.” (p. 34). Este encontro com a cartografia, no entanto, talvez não fosse possível não havendo também um encontro com a perspectiva foucaultiana de tratar a história, de pintar quadros, de empreender análises microfísicas e micropolíticas. Encontro talvez, igualmente impossível, não fosse a delicadeza/sutileza deleuziana de nos descrever partes do empreendimento foucaultiano como cartográfico. Mas não basta apropriar-se, por exemplo, de *Vigiar e Punir*, “imitar” um estilo de análise como o seu produzindo outros objetos para, assim, operar cartograficamente. Desde então, procuramos pistas que possam nos ajudar a também operar a novidade.

Como cartógrafo de nosso tempo e de nosso mundo, Foucault teria deslocado seu olhar para as bordas constitutivas da racionalidade ocidental ao se dedicar a estudar a desrazão, a loucura, a normalidade, a monstruosidade, a sexualidade, o corpo, a literatura, os ilegalismos, os infames, tudo aquilo que a racionalidade moderna excluiu, desconheceu, definiu como passível de punição, de normalização e de medicalização. Sua obra fez aparecer uma nova geografia de nosso pensamento e de nossas práticas ao ir buscar aquilo que foi considerado minoritário, desviante, criminoso, invisível, ameaçador, as próprias operações fundamentais de constituição do que somos e daquilo que fizemos e fazemos com nós mesmos. Para Foucault, aquilo que uma sociedade exclui, joga para as margens é o que constitui seus limites, suas fronteiras e é justamente o que a define, o que dá seus contornos e o seu desenho. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, VEIGA-NETO e SOUSA FILHO, 2008).

Num trabalho de perseguição bibliográfica, que aconteceu seguindo pistas e realizando buscas, encontramos com um grupo de pesquisadores vinculados ao campo que se tem denominado por Psicologia Social, onde a cartografia vem sendo operada, experimentada, praticada, como atitude diante da pesquisa. Curiosamente, foi no ato de

devorar²⁷ estes pesquisadores que fomos conduzidos a devorar os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari em seus princípios para um pensamento rizomático. No entanto, podemos afirmar que tais princípios funcionaram para nós como outras pistas, que, desta vez, nos empurraram para nosso objeto, não que ele já estivesse composto, guardado na prateleira, mas sim, no sentido da composição dos projetos sociais esportivos como nosso tema de investigação.

Neste momento não, interessava mais em que termos Foucault é/foi um cartógrafo; não que esta não seja uma discussão produtiva. O fato é que, ao devorar, também fomos devorados e estávamos então decididos, capturados, pelo convite que as pistas nos fizeram, operar cartograficamente e por consequência, deixar novas pistas. Neste caminho encontramos com certa proliferação do termo cartografia por diferentes autores. Assim, registramos a publicação no Brasil de produções associadas à cartografia que, nem por isto, tomam este termo pelo mesmo sentido. São estas: o já citado *Foucault* (DELEUZE, 1995), em que parte da produção do filósofo Michel Foucault é considerada como a de um cartógrafo; *Império* (NEGRI e HARDT, 2001), no qual são feitas referências a uma nova cartografia de poderes alternativos (p. 16), à qual, por sua vez, Pál Pelbart (2009) se refere como sendo “a primeira grande cartografia do terceiro milênio” (p. 81), no sentido de se constituir numa cartografia global contemporânea a partir de uma abordagem multifacetada; *Ofício de cartógrafo* (MARTÍN-BARBERO, 2004); *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo* (ROLNIK, 2006); *Cartografia do desejo* (GUATTARI e ROLNIK, 2005) e, mais recentemente, *Cartografias de Foucault* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, VEIGA-NETO e SOUSA FILHO, 2008). Destes destacamos, duas compilações que foram muito importantes para que ousássemos cartografar: *Cartografias e devires: a construção do presente* (FONSECA e KIRST, 2003) e *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade* (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2010). Entre devoradores e devorados, aqui estamos. São estas as fundações que podemos identificar como geradoras de um impulso forte, muito forte, que nos colocou em movimento.

²⁷ Suely Rolnik (2006) propôs originalmente uma nova maneira de indicar (senão homenagear) as fundações do seu pensamento. Nas margens do texto, esta autora indica, através de legenda construída por ela, diferentes relações que estabelece com outras fundações conceituais, incluindo as diferentes relações, que para ela, outros autores estabelecem entre si no movimento do seu pensamento. Entre estas está a ação de *devorar* ou *ser devorado* pelo pensamento outro.

É do processo de seguir pistas e dos movimentos de pesquisa que isto produz que trata este artigo. Pistas que possibilitem operar uma nova maneira de construir objetos e de problematizar acontecimentos em nossas pesquisas. O final do percurso estará sempre por vir, mas descrevemos mais adiante a operação que ousamos colocar em funcionamento, o que significa que, do processo de seguir pistas, retiramos e aceitamos um convite para deixar pistas. Fazemos isto mapeando os movimentos de pesquisa produzidos pela perspectiva cartográfica em nossas investigações e foi a partir das pistas encontradas durante este processo antropofágico, como diria Suely Rolnik (2006), que acabamos nos deparando inevitavelmente com a obra de Deleuze e Guattari (1995).

A cartografia rizomática de Mil Platôs

Utilizada para sustentar outra forma de investigar, ela estava presente em diversos autores que tivemos a oportunidade de devorar. Assim chegamos à introdução de *Mil Platôs 1* (DELEUZE e GUATTARI, 1995), realizando um caminho inverso; tivemos contato com os articuladores desta novidade somente após devorarmos aqueles que já os tinham devorado. Desde então, passamos a ter contado com a ideia de pontos, linhas, mapa, agenciamento e rizoma enquanto componentes de um determinado modo de olhar cartográfico.

É em *Mil Platôs 1* que Gilles Deleuze e Félix Guattari anunciam e apresentam muito mais que um método, procedimento a ser seguido, mas uma maneira de pensar. Um modo de investigação cartográfico, uma possibilidade de cartografar a partir de um pensamento rizomático. A figura do rizoma nos demonstra muito bem a organização da filosofia proposta em *Mil Platôs 1*, um emaranhado de conexões que só nos levam a outros rizomas.

Os autores partem da noção de agenciamento para construir um conceito de multiplicidade. Em resistência a uma lógica binária, à lei do uno que se tornam dois e que estruturam o pensamento mais clássico, um agenciamento remete à “noção mais ampla do que as de estrutura, sistema, forma, processo, montagem, etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos (múltiplos), tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária”, (GUATTARI e ROLNIK, 2005). E é dos agenciamentos, ou melhor, do crescimento de suas dimensões e do aumento de suas conexões com outros elementos de diversas ordens que se materializa a ideia do rizoma. Feito de linhas que se cruzam, se entrelaçam, constituem “nós” e se desfazem em um movimento constante e com velocidades variantes, um sistema rizomático é constituído

pela conexão entre agenciamentos e sua relação com outros corpos sem órgãos²⁸, pontos suscetíveis a novas conexões. Por intensidades puras, estes pontos transformam-se em linhas, resultantes da oposição de forças de atração e de repulsão, que produz uma série aberta de elementos positivos (DELEUZE e GUATTARI, 1976). Sem haver referências a uma totalidade original ou ainda por vir, as linhas desenhando um mapa em constante movimento, formam rizoma, expandindo suas dimensões e metamorfoseando seus limites permanentemente.

Com base na introdução *Rizoma* (Deleuze e Guattari, 1995), podemos caracterizar de modo mais detalhado esta forma de pensar. A partir da enumeração de seis princípios, os autores aproximam-nos de uma teoria da multiplicidade. *Conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante, cartografia e decalcomania* são apresentadas de maneira sistemática como “certas características aproximativas” do pensamento rizomático. Dentre eles, é no quinto princípio que encontramos o que, por nós, foi apropriado como um método, uma nova maneira de operar em nossas investigações, a cartografia. Mas, vamos agora nos dedicar a cada um destes princípios.

Diferente de uma árvore, de uma raiz pivotante, um rizoma não procede por dicotomia, de um que se transforma em dois que se tornam quatro. É a partir dos princípios da *conexão* e da *heterogeneidade* que o rizoma começa a ganhar forma, ou melhor, o sistema rizoma permite que as heterogeneidades se conectem, se encontrem em agenciamentos, um ponto se conecta a qualquer outro por intensidades. Podemos dizer que o rizoma opera por um sistema maquínico abstrato, por agenciamentos diversos, “linguísticos, mas também, perceptivos, mímicos, gestuais, cognitivos” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 15). É assim, que de um ponto a outro as linhas surgem, se cruzam, fazem e desfazem amarrações sem restrições, possibilitando outras conexões e deixando pistas, linhas de fuga, para a confecção de outros “nós” em qualquer outro ponto da malha que se forma. Através destes dois princípios, é que formulamos nossos problemas de pesquisa. São as conexões que estabelecemos entre elementos heterogêneos que constituem nossas problematizações.

Percebemos desde então, que o rizoma não é feito de pontos e, sim, das linhas que os une em *devenir*, não só de modo a complementá-los, mas constituindo novos elementos a

²⁸ De acordo com Guattari e Rolnik (2005, p.382), a expressão corpos sem órgãos remete à “noção de Antonin Artaud que Gilles Deleuze retoma para marcar o grau zero das intensidades”.

cada conexão. Desta maneira, caracteriza-se o princípio da *multiplicidade*, que ameniza uma das preocupações dos autores em distinguir o sistema rizoma da ideia de raiz ou radícula presas a uma reflexão clássica da árvore, de uma concepção dicotômica, da noção de uno. Para Deleuze e Guattari (1995, p.15) “[uma] multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza”. O rizoma se expande por multiplicidade, por conexões simbióticas, por aquilo que era e o deixa de ser por ter se tornado algo novo, por metamorfose. Já não há uma árvore pivô, onde se encontra a essência, mas apenas intensidades, velocidades variantes. Mas, da mesma forma que novas linhas surgem, outras desaparecem. O desenho do rizoma modifica-se não só por conexões múltiplas, seus limites também se movimentam por algo apresentado como quarto princípio, por *rupturas a-significantes*. É o rompimento com um aprisionamento aos sentidos estabelecidos que potencializam as associações simbióticas, remetendo a um processo de territorializações, desterritorializações e reterritorializações sucessivas. Mapear a proliferação dos PSE dá-se deste modo. O mapa se metamorfoseia constantemente, suas linhas formam um desenho que se modifica por rupturas permanentes.

Até então, os princípios apresentados ajudam-nos a sistematizar as primeiras noções da filosofia proposta por Deleuze e Guattari, materializando-as metaforicamente na figura do rizoma. *Conexão, heterogeneidade, multiplicidade e ruptura a-significante* são características “estruturais” de um pensamento rizomático. Porém, o rizoma não é estrutura nem seus princípios servem como um “manual de instruções”, como regras a serem seguidas. Eles apenas apontam condições de possibilidades para abstração da ideia de multiplicidade tratada em *Mil Platôs I*. Por fim, os dois últimos princípios –*cartografia* e *decalcomania* que, juntos, indicam um método na obra dos filósofos franceses, sendo apropriado por nós como uma forma de operar com os objetos e problematizações de nossas pesquisas: uma *cartografia rizomática*.

É a *cartografia*, enquanto princípio, que nos remete à ideia de mapa. Um desenho que, *a priori*, não podemos fixar, apenas acompanhar por um exercício de atenção concentrada e, ao mesmo tempo, aberta (KASTRUP, 2007). Através deste quinto princípio visualizamos pontos –corpos sem órgãos, elementos de ordens diversas– unidos por linhas de intensidades que se conectam e desconectam umas das outras, construindo agenciamentos, multiplicidades. Logo, o rizoma é formado por cartografia, ou melhor, o

princípio da cartografia põe em funcionamento as *estruturas rizomáticas* em um mapa aberto, “conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente”, (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 21), formando “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (ROLNIK 2006, p.23).

Por outro lado, enquanto método, só é possível operar uma cartografia rizomática quando colocamos em operação um sexto princípio, a *decalcomania*. Enquanto o mapa está em permanente construção, o decalque age em oposição ao princípio da cartografia. É como fotografar. Decalcar é capturar, congelar, recortar, fixar momentos do mapa, transformá-lo em estrutura e torná-lo reproduzível. Decalcamos ao emoldurar alguma parte do mapa. No entanto, salientamos que cartografar é mapear e não produzir decalques, mas a decalcomania é inevitável em seu exercício. Por uma questão de método: “é preciso sempre projetar o decalque sobre o mapa.” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 22). Desta forma, decalcamos o mapa (Figura 01), sabendo que ele já não é mais o mesmo²⁹. No movimento de acompanhar processos, os decalques são apenas pistas, entradas e saídas, para novas experimentações cartográficas.



²⁹ Pode-se observar que os mapas decalcados – Figura 01 e Figura 02–, não contêm a totalidade dos projetos mapeados por esta pesquisa (29), já que não correspondem aos registros finais.

Figura 01 – Pontos de localização e distribuição dos projetos no mapa da cidade do Rio Grande-RS.

Após a exposição dos princípios que nos permitem pensar com base em um sistema rizomático, nos questionamos de que forma podemos operar em nossas pesquisas a partir da filosofia apresentada em *Mil Platôs I?* Das seis características do rizoma, destacamos a cartografia e a decalcomania enquanto principais orientações para o exercício de uma cartografia rizomática. São elas que nos permitem cartografar processos, transformar pontos geográficos em linhas de intensidade, produzir agenciamentos em torno de Projetos Sociais Esportivos. Em um movimento constante de intensidades e velocidades variantes, operamos em nossas pesquisas seguindo e deixando pistas. Seguimos e deixamos pistas, acompanhamos processos e os decalcamos em nossas escritas. Deixamos portas abertas para outras conexões.

Operações cartográficas – seguindo pistas

A cartografia vem sendo apresentada e problematizada contemporaneamente – num movimento de resgate da dimensão subjetiva da criação e produção de conhecimento – por autores como Gilles Deleuze, Michel Serres, Félix Guatarri, Sueli Rolnik e Pierre Lévy no que se convencionou chamar de “pensamento da diferença” ou “filosofia da multiplicidade”. Estes, por sua vez, são inegavelmente influenciados pela produção de Nietzsche. (KIRST, GIACOMEL, RIBEIRO, COSTA, ANDREOLI, 2003, p. 92)

No Brasil, destacamos pistas deixadas por pesquisadores que se intitulam aprendizes-cartógrafos³⁰. Estes afirmam que, “na aventura cotidiana de uma pesquisa” cartográfica, é “preciso praticar, ir a campo, seguir processos, lançar-se na água, experimentar dispositivos, habitar um território, afinar a atenção, deslocar pontos de vista e praticar a escrita, sempre levando em conta a produção coletiva do conhecimento”, (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2010, p. 203) Estes aprendizes-cartógrafos, assim como nós, assumem que se aprende a cartografar, cartografando. São pistas que foram deixadas em sua duração e que assumem o perspectivismo da cartografia, em que a pesquisa é assumida como produzindo mundos e como forma de se movimentar a partir de questões comuns como as seguintes:

somos capazes de vir a inventar novos modos de trabalhar na produção de conhecimento científico? Como ultrapassar o tédio do Mesmo, produzindo caminhos de alegria do saber e do diferir? Que implicações

³⁰ Nos baseamos especificamente nas já citadas obras *Cartografias e devires: a construção do presente* (FONSECA e KIRST, 2003) e *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade* (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2010).

éticas se encontram implicadas em tal modo de fazer científico?
(FONSECA e KIRST, 2003, p. 10)

Tais questões dirigem-se centralmente ao distanciamento e diferenciação/separação entre sujeito e objeto que tradicionalmente nos acostumamos a operar dentro de um paradigma científico, sistêmico e estruturalista. A cartografia, partindo de um paradigma ético-estético-político, opera uma inversão do

sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: *metá-hódos*. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (*hódos*) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2010, P. 10)

A cartografia, neste sentido, não constitui um método, não determina em si uma metodologia; ela, ao contrário, problematiza o método, “propõe uma discussão metodológica que se atualiza na medida em que ocorrem encontros entre sujeito e objeto.” (KIRST, GIACOMEL, RIBEIRO, COSTA, ANDREOLI, 2003, p. 92) Esta não pretende representar o objeto, conhecê-lo em sua realidade; este é o plano/projeto que promove a separação entre aquele que pretende conhecer e aquele ou aquilo que deve ser conhecido/representado. Ela investe, justamente, no encontro entre os dois, reconhecendo que a constituição do objeto a ser conhecido não se dá de forma separada ou não implicada com a constituição do sujeito que quer/deve conhecer. Este é o perspectivismo que a cartografia coloca em jogo, forçando a sua operação/experimentação como atitude, como *ethos* de pesquisa, colocando em jogo o que Kastrup, Tedesco e Passos (2008) apontam como caracterizando uma “política de cognição”.

Assumir a perspectiva cartográfica implica na invenção de sujeitos, conceitos e objetos; propor-se a seguir movimentos, “capturar no tempo o instante do encontro dos movimentos do pesquisador com os movimentos do território de pesquisa. É o encontro que se registra e não seus objetos.” ((KIRST, GIACOMEL, RIBEIRO, COSTA, ANDREOLI, 2003, p. 100)

Pode-se afirmar que são pistas que seguem outras pistas, estas que estamos a seguir. Quando organizamos este texto da maneira como se apresenta, estamos pensando nas “fundações” do que se denomina cartografia, ao contrário de tomar estas pistas como “fundamentos” ou princípios que devem ser respeitados. Assim, pode-se dizer que é de

uma cartografia, que tem em sua fundação um modo de pensamento rizomático, reconhecendo os conceitos “inventados” (criados) por Deleuze e Guattari (1995). Desta maneira, mais uma vez, caracteriza-se a pesquisa como uma questão de perspectiva e, mais ainda, de atitude.

Em *Cartografias e devires: a construção do presente*, as amarrações sobre a constituição do presente a partir da psicologia social são bastante evidenciadas, ao mesmo tempo em que o perspectivismo cartográfico é discutido e experimentado. Já, em *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, nos deparamos desde o início com a intenção de deixar pistas sobre experimentações cartográficas com ênfase nos percursos e no ofício do cartógrafo; assim, são apresentadas oito pistas do método cartográfico como que prevendo o interesse de pesquisadores por cartografar. Foram estes dois conjuntos de “textos” que possibilitaram para nós a ponte entre Foucault cartógrafo deleuziano e Deleuze proponente de uma filosofia rizomática em que a cartografia é apresentada como um dos seis princípios de pensamento. Pode-se dizer que de umas pistas fomos conduzidos a outras, não mais “originais” que as primeiras, mas que, da perspectiva rizomática, não suportam/suportariam decalcar ou serem decalcadas, em termos de pesquisas, na sua relação com outros objetos, temas, problemas, acontecimentos, agenciamentos. Por isto, não servem a serem “aplicadas”, replicadas tal como registradas. São pistas de outra ordem, já que os acontecimentos a que dizem respeito já foram, já aconteceram, e não acontecerão novamente, porque em devir. Já não são mais. São apenas vestígios que não permitem produzir o mesmo.

Ousar uma operação cartográfica em educação

Diante de tudo isto, consideramos que cartografar é uma ousadia. Principalmente porque: a) cartografar está implicado com a inversão na “ordem” de operar o método – de *metá-hódos* para *hódos-metá* – tornando o processo prioritário nas decisões do percurso da pesquisa; b) as pistas que encontramos para seguir (no Brasil) estão muito vinculadas ao campo da Psicologia e da Psicanálise, o que nos impõe o desafio de segui-las, mas ao mesmo tempo inventá-las no campo da Educação, já que encontramos poucas experimentações sobre cartografia e educação.

Seguir sempre o rizoma por ruptura, alongar, prolongar, revezar a linha de fuga, fazê-la variar, até produzir a linha mais abstrata e a mais tortuosa, com n dimensões, com direções rompidas; discutir a fórmula $(n - 1)$, em que Deleuze e Guattari (1995) trabalham

com a noção de todas possibilidades menos a única, trabalhar sempre com a infinitude e nunca com a totalidade: este foi o “princípio” que colocamos desde o início e que para nós funcionou mais como “antiprincípio”.

Assim, perseguindo uma atitude cartográfica, problematizamos o que tomamos por tema de pesquisa: os projetos sociais esportivos em funcionamento na cidade. Em decorrência das primeiras problematizações, decidimos pela figura do mapa para nos ajudar a pensar os projetos. Mapear os funcionamentos lá onde ainda são projetos, mas já constituem um arsenal de intenções ; cartografar a proliferação desses pela cidade.

A cartografia dos projetos sociais esportivos parte do mapa geográfico, porque este é um dos primeiros pontos de intensidade com que se constituem. As linhas que conduzem os projetos, suas intenções, seus alvos, se amarram desde o princípio com o lugar em que eles acontecem. Ao mesmo tempo em que não era isto que nos interessava – o lugar de seus funcionamentos – foi onde se amarraram primeiramente projetos e sujeitos. Isto deu-se de maneira que os indivíduos vulneráveis almejados pelos projetos fossem colados a um ponto geográfico, uma comunidade fixa (primeiro decalque). Como cartógrafos, coube-nos problematizar esta primeira conexão. Se não são de pontos geográficos que trata a cartografia rizomática, como lidar com esta relação que o processo de investigação produziu? A decisão metodológica foi a de tomar a conexão em termos de localização como um dos elementos heterogêneos de uma análise que tem por figura de pensamento o mapa, a rede, o rizoma em suas instabilidades permanentes.

Considerando que as pesquisas, às quais estamos vinculados, são de responsabilidades diferentes quanto à sua elaboração e consecução, registramos movimentos detectados nos seus desenvolvimentos que ora correspondem a uma ora a outra pesquisa³¹. No entanto, o que interessa aqui são os movimentos que colocam a cartografia como uma atitude metodológica em relação com os projetos sociais esportivos que, guardadas as ênfases de cada pesquisa, nos permitem tecer as considerações que se seguem.

³¹ Optamos por tratar, neste texto, dos movimentos de pesquisa em torno dos projetos sociais esportivos, não se dedicando aos resultados alcançados por ora em cada um desses empreendimentos. Os empreendimentos, aos quais nos reportamos, são três “operações cartográficas de mapeamento”. São eles: um TCC – Licenciatura em Educação Física: “*Mapeamento dos Projetos Sociais de Esporte em funcionamento na Cidade do Rio Grande nos anos 2009 e 2010*”; uma pesquisa vinculada ao Núcleo FURG da Rede CEDES: “*Projetos Sociais Esportivos e a produção de uma Política Pública de Esporte*”; e desdobramentos de pesquisa de doutoramento junto ao PPGEC – FURG tratando dos paradoxos implicados nesses projetos sociais esportivos.

Temos mapeados, em funcionamento, na cidade do Rio Grande nos anos 2008 à 2011, 29 (vinte e nove) projetos. Quando os afirmamos como mapeados, consideramos não só sua identificação, mas também sua colocação em relação aos outros, no sentido de desenharmos linhas entre eles, que por sua vez constituem nós.

Para darmos início ao mapeamento, partimos dos pontos geográficos onde se situam os funcionamentos desses projetos e desenhamos linhas que, de maneira quase óbvia, colocavam estes projetos em conexão. Ainda que os fixem de modo decalcado, constituem a rede que, por hipótese, pensávamos que eles formavam. As primeiras linhas foram desenhadas a partir destes pontos, como se servissem de superfície para o desenho do mapa. Um mapa correspondente a um mapa geográfico, mas desde já nascido para ser suspenso como tal, porque o que nos interessava não eram as localizações geográficas, mas são posicionadas no mapa.

O desenho das primeiras linhas dependeu muito da visualização deste mapa de localização. Esta permitiu, não só o seu desenho, mas a constituição dos primeiros nós. Linhas produzindo nós, nós que tornam outras linhas possíveis. Sobre linhas extraídas dos projetos (Figura 02) (vulnerabilidade social, situação de risco, crianças e adolescentes, modalidades esportivas – principalmente o futebol, sexo atendido – principalmente os meninos, nível de proposição – governamental, organizações não governamentais, empresas, individual) e nós, ativando diferentes linhas (vulnerabilização, controle, salvação, drogadição, gênero, terceiro setor e sociedade civil), desenvolveu-se o que se pode denominar uma escrita-desenho, pois produzimos ensaios sobre temas vinculados a ênfase de cada pesquisa. Temas tomados por nós para ensaiar, que ora correspondem à linhas, ora à nós.

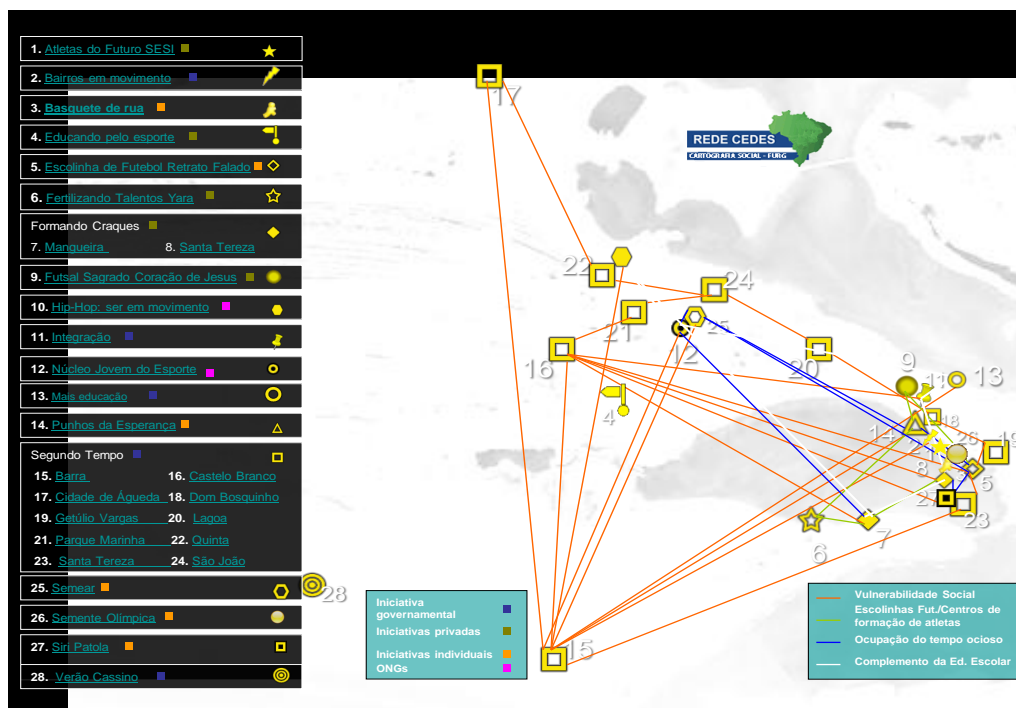


Figura 02 – Linhas e nós extraídos dos projetos mapeados.

No entanto, decidimos, cartograficamente, que outros movimentos são necessários:

1. Afastar-se, fugir da geografia, suspender da análise as latitudes e longitudes dos pontos e buscar por outras intensidades.

2. Atentar para o inusitado, buscar permanentemente por outros nós.

3. Tratar, a partir de agora, de pontos de intensidade para desenhar linhas e amarrar nós no mapa que quer suspender o geográfico.

4. Acompanhar processos, funcionamentos; buscar territórios existenciais, constituição de realidades, produção de subjetividades; sempre considerando as possibilidades e limites das próprias pesquisas; os vulneráveis dos projetos sociais esportivos surgem como subjetividades a serem cartografadas em suas intensidades e agenciamentos.

5. Dedicar-se aos ensaios-escrita: ensaios sobre os nós que surgiram, ou sobre os nós que os ensaios produzem, reconhecendo que estes podem ser uma forma de decalque.

Enfim, decisões tomadas sobre movimentos desejados para esta operação cartográfica. Neste momento, damos-nos conta que eram eles, os vulneráveis, que estavam

aí à espera de serem cartografados em suas singularidades heterogêneas. No entanto, este é um empreendimento por vir.

Outros nós começam a se constituir a partir deste ponto. Ponto, nó, localização geográfica, coincidem por um instante, mas não são a mesma coisa para a cartografia. Se se apresentam coincidentes, é porque assim se agenciam; mas não é só disso que se trata. A problematização desta coincidência nos permite identificar, perceber, produzir, ser surpreendidos por outros nós, outras linhas, outros pontos. A vulnerabilidade, que pelos projetos sociais esportivos é atada a determinados pontos geográficos, no decorrer do mapeamento faz rizoma com outras linhas a ponto de o mapa não mais depender da orientação geográfica, ou pelo menos de uma geografia plana. Neste sentido, Kastrup (2003) nos fala do conceito de rede

oriundo da topologia que, ao contrário da geometria, focaliza apenas, no objeto estudado, suas propriedades mais simples, e por isso mais dramáticas, desconsiderando uma série de fatores, como medidas de largura, altura e profundidade. Por isso a topologia não precisa recorrer à álgebra, como faz a geometria. Por isso, também, seus objetos são ditos de geometria variável. A rede é um destes objetos. O que aparece nela como único elemento constitutivo é o nó. Pouco importam suas dimensões. Pode-se aumentá-la ou diminuí-la sem que se perca suas características de rede, pois ela não é definida por sua forma, por seus limites extremos, mas por suas conexões, por seus pontos de convergência e de bifurcação. Por isso a rede deve ser entendida com base numa lógica das conexões, e não numa lógica das superfícies. (p.53)

Por isto, foi preciso, no mapeamento dos PSE, suspender sua geografia. Desconsiderar por alguns instantes que os primeiros pontos foram geográficos e, então, afastar-se pacientemente das latitudes e longitudes e dedicar-se a outras linhas e outros nós. Se os primeiros nós e as primeiras linhas da pesquisa foram dependentes do *Google Earth*, é preciso agora ficar com um mapa só de linhas e nós, menos localização e mais relação, menos territórios geográficos e mais territórios existenciais ou subjetivos. O fundo do mapa agora tem que ter uma cor só, ou não ter cor nenhuma, porque não interessa mais de que matéria ele é composto. Interessam as linhas e os nós. Os territórios agora são de outra natureza. Acompanhar os vulneráveis dos projetos sociais esportivos em sua constituição, coabitar suas existências, talvez nos demonstre que os efeitos que tais projetos visam produzir não tenham tanto alcance quanto pretendem ou, pelo contrário, que esses projetos vulnerabilizam de certa maneira os indivíduos que tomam por alvo. Mais territorialização, desterritorialização, reterritorialização; menos localização e mais

posicionamento. Neste sentido, Foucault (2006) nos fala em *Outros espaços* que parecem ser do que a cartografia quer fazer mapa, espaços não institucionais como a rua, por exemplo, ou o campinho de futebol. Eis empreendimentos em que vale a pena utilizar-se da cartografia. Eis empreendimento que constitui, para nós, um programa de pesquisa duradouro, porque quase infinito. Mapear rizomaticamente parece, neste momento, não parar mais de fazer rizoma – operar cartograficamente. Aprendizes-cartógrafos, talvez sejamos para sempre.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.1*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia 1*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FONSECA, Tânia Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Ditos e escritos III, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2.ed., 2006.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- KASTRUP, Virgínia. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- KASTRUP, Virgínia. *O funcionamento da atenção no trabalho cartográfico*. Psicologia e Sociedade, v.19, n. 1, p.15-22, jan/abr. 2007
- KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia; PASSOS, Eduardo. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- KIRST, Patrícia Gomes; GIACOMEL, Angélica Elisa; RIBEIRO, Carlos José Simões; COSTA, Luis Artur; A3NDREOLI, Giovani Souza. *Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis*. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo. 2004.

PÁL PELBART, Peter. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ROBINSON, Patrícia Genro. Cartografando a onda teen. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2006.

Operação
cartográfica:
movimentos de
pesquisa

Texto 03

Considerando que não é de qualquer mapeamento que se trata, neste texto são apresentados e discutidos os resultados do mapeamento: levantamento quantitativo, localizações do funcionamento dos projetos, iniciativas de proposição. Além disso, são apresentados os movimentos de pensamento e escrita sobre o tema dos projetos sociais esportivos. Tal mapeamento a partir de uma perspectiva rizomática tornou possível ensaiar as problematizações que seguem nesta tese.

Ementa:

O mapeamento cartográfico como estratégia de pesquisa e a produção de um material empírico – mesquinhas e minúcias (Movimento I); Sobre a cidade do Rio Grande-RS; Os editais e suas “mesquinhas”; Os PSE e suas minúcias; Do mapeamento cartográfico dos PSE à proliferação destes como problema – ensaios (Movimento II); Ensaiar também é mapear.

Este sempre foi um dos objetivos desta tese: mapear os projetos sociais esportivos em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS. No projeto submetido para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGEC), constavam como objetivos de pesquisa: 1) Mapear perspectivas pedagógicas presentes nas propostas da educação física de intervenção social escolar e não escolar. 2) Identificar e analisar os projetos sociais, não escolares, localizados na cidade do Rio Grande-RS e região, identificando as perspectivas pedagógicas presentes. 3) Analisar os funcionamentos de tais projetos, buscando especialmente as implicações entre intencionalidades pedagógicas e práticas transformadoras. A ideia do mapeamento, enquanto intenção e estratégia metodológica, aparecia, inicialmente, implicada com a noção de pedagogização, no sentido de conter uma inquietação em relação ao que se propõem os projetos.

À medida que ingressei no Programa e procedi a um levantamento inicial de projetos sociais esportivos e estudos acadêmicos relacionados aos mesmos (teses, dissertações, artigos, pesquisas, etc.), produzi novas problematizações que deslocaram o foco central da questão “pedagógica” para a “social”. Mais tarde, quando apresentei um Plano de Estudos para submeter ao processo de qualificação³² de tese, o objetivo da pesquisa foi descrito nos seguintes termos: “analisar os projetos sociais esportivos em funcionamento na cidade do Rio Grande, especialmente em suas implicações estratégicas de governo”, (Plano de Estudos, 2009, p. 2). Desta maneira, a ideia de mapear os PSE desapareceu dos objetivos do empreendimento de pesquisa, mas de maneira alguma foi abandonada enquanto estratégia. Acompanhada de um deslocamento para modos de pensar e escrever a proliferação desses projetos, o mapeamento por meio de operação, que denomino cartográfica passou a compor o *metha-ódos* de aproximação e manuseio dos editais e projetos que compõem o material empírico da investigação.

Em 2010, surgiu a possibilidade de realizar o mapeamento dos projetos através de uma pesquisa³³ denominada *Projetos Sociais Esportivos e a produção de uma Política Pública de Esporte*. Nesta, além de mim, estiveram envolvidos acadêmicos³⁴ do curso de

³² Pelo regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, no processo de doutoramento, está prevista a realização de um Exame de Qualificação, cuja banca deve ser formada por 3(três) professores e cuja aprovação compõe um dos requisitos parciais para a obtenção do título de doutor.

³³ Pesquisa submetida e aprovada na chamada pública 01/2009/ME/SNDEL/REDE CEDES/PELC e vinculada ao Observatório de Políticas Públicas da Cultura Corporal – OCUCO/Núcleo FURG da Rede CEDES. Teve sua vigência durante doze meses, entre os anos 2010 e 2011.

³⁴ Evandro Santos Nunes, Eversom Zaykowski Amaral e Leani Severo Silveira; com o andamento da pesquisa, agregaram-se: Fernanda da Silva Ramires e Pedro Bersch da Cruz.

Licenciatura em Educação Física, da FURG e outros quatro professores de Educação Física³⁵, sendo que destes últimos, três são doutorandos³⁶ do PPGEC. Nos objetivos da pesquisa indicada o mapeamento é apontado como central: “a) Mapear os projetos autodenominados sociais e esportivos, não escolares, em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS. b) Identificar e analisar os funcionamentos e as propostas manifestas em tais projetos, produzindo elementos que subsidiem o debate sobre a inserção do esporte em projetos sociais não escolares, no sentido de intervenções localizadas. c) Diagnosticar se a consolidação e a legitimação desses projetos sociais esportivos na cidade podem definir e produzir linhas programáticas importantes à Política Municipal de Esporte, que será discutida no município do Rio Grande (RS)” (FREITAS; HECKTHEUER; SILVA, 2010, p. 14).

Esta “dança” em torno da definição de um objetivo central para esta tese retrata o movimento permanente do pensamento, que se manifesta desde seus primeiros passos e que é perseguido ao longo da mesma. Entretanto, é preciso fazer uma distinção entre o que corresponde à operação empreendida por um coletivo (mapeamento) e a produção “autoral” individual em forma de ensaios, tornada possível por este mapeamento. Desta forma, tratarei aqui destes dois movimentos: um, coloca acento sobre o processo de caracterização do mapeamento e, de certo modo, de mapear; outro, implicado no primeiro, consiste nos ensaios como modos de pensar e escrever, o que não seria possível sem o primeiro.

O mapeamento³⁷ cartográfico como estratégia de pesquisa e a produção de um material empírico – mesquinhas e minúcias (Movimento I)

Tendo como tema os PSE e como problema central desta tese a proliferação desses em uma região específica – cidade do Rio Grande-RS, num relativo curto espaço de tempo – 2008-2011, é apresentada, nesta parte do texto, uma caracterização dos projetos mapeados, e de alguns editais que visam colocá-los em funcionamento. Em função da delimitação estabelecida para o estudo, cabe, antes de tudo, registrar algumas

³⁵ Arisson Vinícius Gonçalves Landgraf, Gustavo da Silva Freitas, José Francisco Baroni Silveira e Méri Rosane Santos da Silva.

³⁶ Arisson Vinícius Gonçalves Landgraf, Gustavo da Silva Freitas e José Francisco Baroni Silveira.

³⁷ Intencionalmente, descrevo o mapeamento dos projetos sociais esportivos na cidade a partir do empreendimento de pesquisa realizado em conjunto com os outros professores e acadêmicos citados, ainda que tenha bastante dificuldade de demarcar quando começa e quando termina tal empreendimento. Assim, os ensaios que são apresentados mais adiante devem muito a este trabalho coletivo.

considerações sobre a cidade para, depois disto, dedicar-se a alguns detalhamentos “mesquinhos” e minuciosos acerca dos editais de seleção pública para projetos com foco em regiões, onde empresas como a Petrobras desenvolvem suas ações e sobre os vinte e nove (29) projetos em funcionamento neste período, identificados pelo mapeamento. Neste sentido, se tomamos os PSE como correspondentes a planejamentos que, no entanto, já se configuram como funcionamentos, em relação aos editais, pode-se afirmar que correspondem a funcionamentos num âmbito onde não são ainda projetos. Embora isto não seja tão simples como possa parecer.

Sobre a cidade do Rio Grande – RS

A cidade do Rio Grande, localizada no litoral sul do Estado do Rio Grande do Sul, tem, desde sua fundação, o que se pode denominar “vocação marítima”³⁸. Isto se evidencia desde sua posi o geogr fica³⁹, que inicialmente a caracterizou como importante ponto estratégico de defesa da segurança nacional e permitiu que aqui se localizasse o único porto marítimo do Estado. A liga o com o mar e com a lagoa permitiu também o desenvolvimento da indústria pesqueira e da pesca artesanal, sendo estas consideradas suas principais atividades econ micas. Neste percurso, a vida marinha foi assumida com centralidade nas problematiza es da popula o e investiga es científicas vinculadas   Universidade Federal do Rio Grande – FURG – que   criada em 1969. Entretanto, as oscila es econ micas vinculadas ao desenvolvimento da pesca, aos poucos, impoem e tornam visíveis as consequências sociais que esta tem na vida n  só dos pescadores e suas famílias, mas de todos que vivem nesta região. A atividade pesqueira, característica desta região, não diz respeito apenas   vida marinha, enquanto forma de subsistência ou preocupa o ambiental; ela está implicada com a vida dos indivíduos e da popula o.

O declínio da atividade pesqueira em Rio Grande, determinado por razões que não cabe aqui examinar, colocou a cidade em um estado de estagna o econ mica com suas implica es e manifesta es sociais: desemprego, diminui o de postos de trabalho, pauperiza o e aumento da violência, entre outras. Tal estagna o pode-se dizer que

³⁸ “O Conselho Universitário (CONSUN), da Universidade do Rio Grande, através da Resolu o 014/87, aprovou a defini o da Filosofia e Política para a Universidade do Rio Grande. Mediante tal defini o a Universidade assume, como voca o institucional, o Ecossistema Costeiro, que orientar  as atividades de ensino, pesquisa, extensão. Tal defini o, retirada do endereço www.furg.br, inspira o uso de “voca o marítima”, neste texto, estendido   cidade do Rio Grande.

³⁹ A cidade do Rio Grande está localizada no lado oeste da liga o que existe entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, denominada Barra do Rio Grande ou Canal do Rio Grande.

perdurou por aproximadamente vinte anos (décadas de oitenta e noventa do século passado).

Descrever um quadro nestes termos, ainda que de forma reduzida, pode dar a entender que se trata da introdução de um tema partindo de uma abordagem sociológica, mas não é disto que se trata. Pelo contrário, uma descrição como esta visa colocar em destaque o tema da vida implicado nos acontecimentos⁴⁰, pois foi num cenário como este, que não corresponde exclusivamente à cidade do Rio Grande, que, a partir dos anos oitenta do século XX, emergem os denominados projetos sociais⁴¹. Esses projetos, aos poucos disseminam-se pela sociedade, tendo contemporaneamente sua proposição vinculada a diferentes iniciativas: seja em termos de quem os propõe (indivíduos, instituições, empresas, organizações, instâncias governamentais e não governamentais); seja em termos dos objetivos e meios apresentados para atingi-los (inclusão social, distanciamento do crime e das drogas através dos esportes, da música, da dança, entre outros; profissionalização e possibilidades de inserção ou reinserção no mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes; entre outros).

Tais iniciativas materializam-se nas formas de Responsabilidade Social (empresas), voluntariado (indivíduos e associações), projetos individuais e programas estatais (órgãos governamentais) implicados com políticas públicas. Neste panorama, o esporte⁴² tem assumido lugar de destaque, fazendo com que surjam os denominados projetos sociais esportivos (PSE)⁴³ ou sócio-esportivos.

Retornemos à cidade do Rio Grande, onde, no início deste século, após aproximadamente vinte anos de recrudescimento da economia, são anunciados e começam a se concretizar investimentos vultosos em torno do desenvolvimento de um polo naval⁴⁴.

⁴⁰ Neste lugar do texto, a expressão acontecimento diz respeito àquilo que atinge o funcionamento da cidade sejam isso social, econômico e ambiental.

⁴¹ Inicialmente, muito vinculados às organizações não governamentais – ONG e aos movimentos sociais em geral, esses projetos sociais colocavam-se como portadores de reivindicações de direitos “a menos” por parte dos indivíduos de determinadas comunidades, da própria sociedade.

⁴² Tomado em suas manifestações modernas constituintes/constituídos na cultura corporal, principalmente nas populações urbanas.

⁴³ Evidenciados pelo destaque que obtiveram projetos vinculados às escolas de samba do Rio de Janeiro, por iniciativas de ex-atletas e de empresas que passam a investir sob a denominação de Responsabilidade Social.

⁴⁴ Melhor seria nos referirmos à “transformação” da cidade e região em polo naval, uma vez que assim tem sido anunciado pela imprensa e autoridades, talvez em referência à alcunha de polo ou região pesqueira até então atribuída à cidade.

A instalação de empresas de grande porte⁴⁵ (responsáveis pela construção de um dique para construção de plataformas marítimas, estaleiros) e pequenas empresas, que se estabelecem ao seu redor, produziu objetivamente três consequências: a) o deslocamento de um grande contingente populacional para esta cidade, vindo de outras localidades, em busca de postos de trabalho ou como “mão-de-obra qualificada” não disponível na região para estes empreendimentos; b) movimento da população rio-grandina e da região na direção de se habilitar a preencher os postos de trabalho abertos pelos novos investimentos; c) impactos sociais e ambientais produzidos por esta movimentação e pela instalação física das empresas em determinadas áreas da cidade.

Este conjunto de acontecimentos potencializa ou torna mais expressivas interpretações que indicam uma incapacidade, por parte do Estado, de implementar e garantir efetivamente os direitos⁴⁶ constitucionais da população e de cada um no âmbito da gestão, regulação e governo. Eis um pouco do porquê tratar neste texto, de modo diferenciado, editais e projetos.

Os editais e suas “mesquinhas”

No empreendimento de mapear os PSE em funcionamento na cidade do Rio Grande, destaco o lançamento de editais para financiamento de projetos esportivos na comunidade rio-grandina. Mais especificamente, três⁴⁷ ações programáticas da Petrobrás⁴⁸ – *Desenvolvimento & Cidadania* (2007 e 2010), *Integração PETROBRAS Comunidades*

⁴⁵ O anúncio de indústrias e empresas na cidade não se restringe à atividade de construção naval, mas estende-se também às possibilidades anunciadas de expansão portuária.

⁴⁶ Direitos tomados como fundamentais, numa perspectiva jurídica de acordo social, expressos no Brasil pelas “conquistas” da Constituição Brasileira de 1988, por exemplo, no seu Art. 217, que trata do esporte.

⁴⁷ Este número não pretende dar conta de os todos editais abertos pela Petrobras no período de mapeamento dos projetos sociais para esta pesquisa, mas refere-se aos editais veiculados na mídia e acessados nos sítios eletrônicos correspondentes, uma vez que não são mantidos no sítio eletrônico apenas os editais vigentes ou os encerrados recentemente sem que tenha sido aberto outro dentro do programa. Além disso, das três ações indicadas duas – *Esporte & Cidadania* e *Desenvolvimento & Cidadania* – são assumidos como programas pela Petrobrás, enquanto o outro, *Integração Comunidades*, corresponde a uma Seleção Pública de Projetos que contempla diferentes programas pela empresa.

⁴⁸ A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil, e atua como uma empresa de energia nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia. Líder do setor petrolífero brasileiro, vem expandindo as operações para estar entre as cinco maiores empresas integradas de energia no mundo até 2020 e estar presentes em 28 países. O seu Plano de Negócios 2010-2014 prevê investimentos de US\$224 bilhões. Atualmente tem renovado sua frota estimulando que a produção das plataformas e navios petroleiros sejam construídos no Brasil.

(2008) e *Esporte & Cidadania* (2010) – merecem aqui destaque, já que receberam atenção da mídia e foram divulgados com determinação pela empresa.

Mas, o fato de lançamentos de editais para financiamento de projetos terem recebido atenção e serem promovidos por uma empresa conhecida nacional e internacionalmente, não é o mais importante motivo para que sejam tratados de maneira destacada em relação aos projetos que proliferam na cidade no mesmo período. Os editais citados visam à minimização de danos ou impactos que as empresas, empreendimentos e ações associadas à Petrobras possam vir a causar em comunidades específicas; ou seja, a previsão e confirmação do desenvolvimento de um polo naval na região, mais especificamente localizado no porto de Rio Grande, podem gerar, de uma só vez, o desenvolvimento econômico anunciado para toda a região e, como “efeitos colaterais”, impactos sociais que não se pode considerar unicamente positivos. Ligado ao desenvolvimento de um polo naval na cidade, existe um planejamento de expansão portuária em implementação pela Superintendência do Porto do Rio Grande – SUPRG, que afeta diretamente a comunidade rio-grandina e especialmente os moradores de zonas fronteiriças ao porto.

O lançamento de editais pela Petrobrás anunciam e reconhecem este cenário, ao mesmo tempo em que estimulam e definem como necessários a elaboração, proposição e implementação de “projetos” que se dediquem à minimização de tais impactos, pelo menos nas regiões de atuação da empresa. Isto está explicitado principalmente na *Seleção Pública de Projetos Integração Petrobras Comunidades* (2008) quando indica que:

Para a Petrobras, cada projeto apoiado é uma aposta na sua organização e na comunidade em que ela está inserida. Queremos que os recursos técnicos e financeiros que investimos na sociedade brasileira frutifiquem em toda sua capacidade, ajudando pessoas, organizações e governos a tornarem-se mais responsáveis pela sua própria história e recompensados por ela. (Roteiro para a elaboração de projetos, p. 02)

A *Integração Petrobras Comunidades* é destinada a entidades do Terceiro Setor que desenvolvam projetos sociais até R\$ 50 mil em comunidades que constituem área de influência direta de Unidades do Sistema Petrobras nos quatro estados envolvidos na seleção.⁴⁹

Nestes dois excertos, extraídos do edital, identifico um investimento para que “as coisas andem bem” nas regiões próximas as suas unidades de negócios; isso talvez para que se associe à presença da Petrobras a melhoria das condições ambientais e socioeconômicas.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/minisite/integracaocomunidades/index.html>.

Este tipo de investimento parece ter por objetivo inverter uma imagem de impactos causados pela sua instalação em determinada região, para outra, que vincula a empresa ao desenvolvimento regional e que, desta forma, se chegue a pensar que “é bom ter a Petrobras perto de nós”. Talvez isto justifique a criação de um programa específico que se dedique a desenvolver esporte e cidadania de modo vinculado.

A indicação de uso do esporte por parte dos projetos, como veículo para atingir os objetivos preconizados pode ser sintetizado no seguinte anúncio: “A Petrobras acredita no desenvolvimento humano e social por meio do esporte” (Programa Esporte & Cidadania, 2010). E mais, vinculada a esta valorização do esporte, é definido como estratégia para este tipo de ação, a inclusão “social”.

Penso que se pode vincular a crença da Petrobras nas funções positivas do esporte a um reconhecimento de que seus empreendimentos de grande porte, como a construção de plataformas para a prospecção de petróleo, produz impactos que precisam ser “remediados”. Este reconhecimento localiza-se no âmbito de seus programas, principalmente nas linhas de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social.

Em um desses programas –*Petrobras Desenvolvimento & Cidadania* (2007 e 2010)⁵⁰– está prevista “a continuidade das ações bem sucedidas no Programa Petrobrás Fome Zero, com um horizonte de atuação ampliado e um processo de gestão dos investimentos sociais aprimorado pela empresa.” Além disso, é afirmado que a “seleção apoia projetos sociais que contribuam para o desenvolvimento com igualdade de oportunidades e valorização das potencialidades locais”. Ainda que o esporte não seja seu foco central de delimitação, este é uma das possibilidades a ser trabalhada pelos projetos que concorram aos seus editais⁵¹.

O programa *Petrobras Esporte & Cidadania* (2010 e 2011), foi lançado em outubro de 2010, tendo desde então publicado dois editais para seleção de projetos, Seu foco de atuação está vinculado à inclusão social através do esporte. Ao lado de outros dois programas –*Esporte de Rendimento e Esporte Motor*– pretende consolidar

⁵⁰ Disponível em: www.petrobras.com.br/desenvolvimentoecidadania

⁵¹ No sítio do programa na internet aparecem editais vinculados à esse programa desde 2004 (2004,2005,2006, 2007 e 2010). Mas, pelas indicações que aparecem no mesmo lugar, apenas os dois últimos (2007 e 2010) foram lançados na vigência desse programa, já que, há a indicação que o *Desenvolvimento & Cidadania* pretende ser a continuidade de outros programas.

a posição da Petrobras como a maior incentivadora do esporte brasileiro, contribuindo para a formação de novas gerações de brasileiros que valorizem atributos como disciplina, ética e superação de desafios. E, principalmente, para transformar o esporte numa ferramenta para promover a inserção social de norte a sul do país.

O Programa Petrobras Esporte & Cidadania foi construído em alinhamento com a Política Nacional do Esporte, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do esporte olímpico brasileiro e contribuir para a democratização do acesso popular a práticas desportivas.

Até 2014, serão investidos cerca de R\$ 265 milhões em quatro segmentos - Esporte de Rendimento, Esporte Educacional, Esporte de Participação, Memória do Esporte - que contemplarão crianças, adolescentes, atletas e diversos outros profissionais relacionados ao mundo do esporte.⁵²

Ambos –*Desenvolvimento & Cidadania* e *Esporte & Cidadania*– funcionam, basicamente através do lançamento de editais de seleção pública de projetos, como forma de dar consequência aos objetivos dos programas. Assim, têm sido lançados editais que estimulam a proposição de projetos “formatados” a partir de princípios, diretrizes e visão estratégicas que essas ações programáticas da Petrobrás se encarregam de fazer circular.

Porém, a *Seleção Pública de Projetos Integração Petrobras Comunidades* (2008), assume caráter diferenciado dentro das ações programáticas anunciadas logo acima, já que, não é um programa da empresa, mas visa cumprir com objetivos de diferentes programas como demonstrado abaixo:

A seleção pública Integração Petrobras Comunidades é uma iniciativa da Comunicação Institucional da Petrobrás em parceria com as Unidades de Negócios da Companhia na região e visa complementar ações de âmbito nacional, tais como o Desenvolvimento & Cidadania Petrobras, Programa Petrobras Ambiental e Programa Petrobras Cultural.

busca fortalecer o relacionamento da Petrobras com as comunidades do entorno das Unidades de Negócios da Companhia e irá contemplar exclusivamente projetos desenvolvidos para comunidades de municípios que constituam área de influência direta de Unidades da Petrobras (conforme detalhado no Anexo I deste Regulamento) nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (REGULAMENTO,

⁵² Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/programa-petrobras-esporte-cidadania-tera-investimentos-de-r-265-milhoes-ate-2014/>

http://www.petrobras.com.br/minisite/integracaocomunidades/pdf/IntegracaoPetrobrasComunidades_Regulamento.pdf)

A primeira edição da seleção pública *Integração Petrobras Comunidades* irá destinar R\$ 7 milhões para 140 projetos sociais nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao longo dos meses de setembro e outubro de 2008 foram inscritos 414 projetos nos 17 postos de inscrição distribuídos pelos quatro estados.

Para participar, as entidades deveriam inscrever propostas voltadas para uma das seguintes linhas de atuação: geração de renda e oportunidade de trabalho; educação para a qualificação profissional ou garantia dos direitos da criança e do adolescente.

O programa *Desenvolvimento & Cidadania* publicou dois Editais de seleção pública de projetos, um em 2007 e, outro, em 2010. Basicamente, as mudanças observadas de um edital para o outro são apenas nos valores do investimento global e dos recursos que cada projeto pode solicitar. No edital publicado em 2007 estava prevista a destinação de 27 milhões de reais “a projetos que contribuam para a redução das desigualdades sociais nas comunidades mais excluídas do país”, enquanto no seguinte, em 2010, a destinação prevista, para um período de dois anos, foi de R\$ 110 milhões “a projetos que promovam a transformação social.” Tais diferenças demonstram um incremento considerável nos recursos investidos, o que talvez se justifique pela proximidade do desenvolvimento no Brasil de dois megaeventos – Copa do Mundo de Futebol 2014 e Olimpíadas 2016.

Por iniciativa da Petrobrás, através do programa *Esporte e Cidadania*, especificamente no segmento de esporte educacional, foi aberta, em 2010-2011, *Seleção Pública de Projetos Esportivos Educacionais*, que estabelecem: princípios (“inclusão, construção coletiva, educação integral, diversidade e autonomia”); objetivo geral (“contribuir para a democratização do acesso de crianças e adolescentes ao esporte, como estratégia de inclusão social”); diretrizes e ações estratégicas; linhas de atuação (“Atendimento direto a crianças e adolescentes, Fortalecimento da rede de Esporte Educacional e Incentivo a tecnologias sociais para o esporte”). Diferentemente dos outros três segmentos apoiados pelo Programa – Esporte de Rendimento, Esporte de Participação e Memória do Esporte – o segmento Esporte Educacional conta com a previsão de abertura de editais para o apoio (financiamento) de projetos a cada dois anos, o que vem a constituir uma linha de atuação “por projetos” neste segmento e dá consequência à frase estampada em sua apresentação: “A Petrobras acredita no desenvolvimento humano e social do

esporte”. Donde pode-se intuir que tal desenvolvimento pode mudar de foco a cada dois anos, pelo menos.

Além disso, no *Roteiro de Elaboração de Projetos Esportivos Educacionais*, está explicitada a preocupação com a existência de políticas públicas que possam contribuir para o projeto e que o projeto se relacione com as mesmas; com a construção de metas e indicadores qualitativos e quantitativos; com as formas de comunicação “pelas quais o projeto dará conhecimento de suas ações e mobilizará parceiros, líderes locais, formadores de opinião no setor social e comunidade em geral, entre outros.”; com o plano pedagógico, considerado “uma ferramenta fundamental de sistematização das ações educativas propostas”.

Estes delineamentos⁵³ que acompanham os programas e os editais demonstram o quanto ações como os PSE têm sua fisionomia, forma e conteúdo definidos desde antes de sua proposição, tendo assim, de certa forma, estabelecido de antemão que objetivos devem propor e que público devem visar atender/atingir. Estes estão indicados justamente no cruzamento entre princípios, objetivos, diretrizes e ações estratégicas, linhas de atuação, entre outros elementos que são definidores daquilo de “deve” e “pode” ser proposto pelos projetos. Indicam também, em seus detalhamentos, uma “política de projetos” que fornece informações de como se constrói seja o que se denomina simplesmente um projeto (*Programa Desenvolvimento & Cidadania*), um projeto esportivo educacional (*Programa Esporte & Cidadania*), ou um projeto social (*Seleção Pública Integração Comunidades*) e, ao fazê-lo contribuem para a quase inevitabilidade da existência destes projetos. Nestes editais, o predicado “social”, mesmo quando não compõe a tipologia dos projetos que os programas da Petrobras visam apoiar/patrocinar/financiar, aparece vinculado a estes nos seus delineamentos e detalhamentos.

Eis um conjunto de “mesquinhas” que podem justificar o destaque concedido aos editais na apresentação de um mapeamento dos PSE nesta cidade. A divulgação e veiculação destes editais, principalmente por ocorrerem em âmbito público⁵⁴ da rede mundial de computadores, podem anteceder a elaboração de projetos com vistas à

⁵³ Por delineamentos e detalhamentos, tomo as indicações gerais do percurso a ser percorrido em termos de elaboração de projetos presentes nos formulários, manuais, regimentos, regulamentos e roteiros anexados aos Editais. Estes devem ser considerados para a submissão dos projetos e para que tenham chances de serem contemplados com financiamento através dos Editais.

⁵⁴ No sítio da Petrobras (www.petrobras.com.br), podemos encontrar os editais abertos ou recentemente fechados por término de prazo, mas não a totalidade de Editais já propostos pelos seus diferentes programas.

concorrência nestes editais e outros futuros. Com isso, não quero atribuir a editais, como os exemplificados acima, causalidade exagerada ou definidora da proliferação de PSE, na cidade de Rio Grande, mas suspeitar que muito do que é dito e formulado nos PSE mapeados e detalhados a seguir, constitui e antecipa conexão com o que é indicado, difundido e valorizado através das minudentes prescrições públicas destes editais⁵⁵. Não quero dizer também que exista uma grande orquestração partindo dos editais e assumindo uma posição que seria anterior aos projetos, mas que se trata de ativações que aparecem “lá e cá”, ao mesmo tempo, mas que em muitos casos não remetem uns aos outros.

O que surge antes, os editais ou os projetos? Não generalizar é preciso, mas o fato é que a elaboração dos projetos independente de visar a concorrência em editais ou não, cada vez mais, incorpora ou ativa aquilo que está presente nestes editais levando-me a suspeitar que nestes últimos é produzida certa sistematização⁵⁶ no *modus* de propor ações como os PSE. Desta forma, são ativados enunciados de cidadania, inclusão e desenvolvimento humano e social por meio do esporte e, outros, que são agregados aos primeiros, como as noções de vulnerabilidade e risco social, ociosidade, violência, drogadição, que estão mais vinculados aos objetivos específicos dos projetos, por manterem relação apertada com os problemas que cada projeto visa “resolver”, “solucionar”, “minimizar”. Sigamos, desta maneira, aos detalhamentos dos projetos mapeados e que dizem respeito a especificidades locais, que se dedicam a estabelecer, minuciosamente, quem os propõe, para quem são propostos, de que meios se utilizam e que objetivos visam atingir suas ações. Minúcias que, por vezes, podem parecer somente aos próprios projetos interessar; que, talvez, estejam ali somente para dar corpo a um documento que propicie um tom de relevância às intenções de quem os propõe, mas que, muito mais que isto, anunciam práticas que desde já funcionam.

Os PSE e suas minúcias

Já justifiquei o uso que faço, nesta tese, da expressão “projetos sociais esportivos” e da sigla PSE para referir-me às ações, programáticas ou não, que utilizam o esporte como “veículo” ou “meio” para alcançar objetivos diversos e eloquentes, ainda que tais projetos,

⁵⁵ Os Regimentos e Regulamentos anexados aos editais da Petrobras “exigem” e “condicionam” a concorrência no Edital ao cumprimento das exigências.

⁵⁶ Em 2007, foi desenvolvido pela Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação, do Ministério do Planejamento, um roteiro que passou a servir como referência para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos no âmbito do governo federal. Tal roteiro está apoiado na metodologia do “modelo lógico” (FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALES, 2007).

em alguns casos, não se autodenominem como “sociais”. Talvez, daí, uma das questões que me acompanha ao longo de toda a tese: Afinal, o que significa o social dos projetos sociais? Anuncio, desde já, que não me dedicarei, aqui, a responder tal questão, mas sim a descrever num tom demonstrativo aquilo que os documentos dos PSE me indicaram. Para desenhar ao leitor em detalhes e, ao mesmo tempo, em termos de mapeamento, como prometido anteriormente, optei por compor esta descrição a partir de quadros, ou melhor, um conjunto de quadros que possam ser consultados com relativa facilidade. Deste modo, vislumbro demonstrar elementos presentes nos projetos mapeados que tornaram possível dizer o que é dito mais adiante e pensar do modo como estou pensando a proliferação desses projetos.

Como parte da pesquisa empreendida e implicado com a construção desta tese, procedi ao mapeamento quantitativo e documental da pesquisa e, quando dei por suspenso tal levantamento, dispunha de vinte e nove (29) PSE em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS, conforme discriminação abaixo (Quadro 01). Em função do número elevado de projetos mapeados justifico a opção de apresentar sua descrição em forma de quadros.

Quadro 01 – Sobre projetos: proposição e período de funcionamento

PROJETOS	INICIATIVA DA PROPOSTA	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO
Punhos da Esperança	Individual - Voluntariado	ATIVO desde 2007
Semear	Individual - Voluntariado	ATIVO desde 2009
Integração	Governamental – SMEC/PMRG	ATIVO desde 1999
Fertilizando Talentos	Empresa Privada – Yara do Brasil ⁵⁷	2002 – 2009
Verão Cassino	Governamental	Verão de 2010
Siri-Patola	Individual – Voluntariado	NC
Núcleo Jovem do Esporte – Instituto Votorantim/IEE/CEFETs	OSCIP	ATIVO desde 2008
Formando Craques	Empresa Privada	ATIVO

⁵⁷ A Yara é uma empresa multinacional do setor químico, que converte energia, minerais naturais e nitrogênio do ar em produtos essenciais para os agricultores e clientes industriais, possui uma planta de produção na zona portuária da cidade do Rio Grande-RS. No Brasil atua através da marca Yara do Brasil.

– Quip ⁵⁸		
Escolinha de Futebol Retrato Falado*	Individual - Voluntariado	ATIVO desde 1997
Semente Olímpica Investimento Social	Individual - Voluntariado	ATIVO desde 1993**
Futsal	Empresa Privada – Colégio Sagrado Coração de Jesus	ATIVO desde 2008
Hip Hop: Ser em movimento	ONG	2009 – 2010
Programa Mais Educação	Governamental	NC
Basquete de Rua	Individual - Voluntariado	NC
Segundo Tempo 1	Governamental – PMRG/SMTEL	2008
Segundo Tempo 2	Governamental – PMRG/SMTEL	2011
Entrando Em Campo Segundo Tempo IF-RS	Governamental	2011
Projovem Adolescente: mudando conceitos transformando realidades	Governamental – PMRG/SMCAS	
Bairros em Movimento	Governamental – PMRG/SMTEL	2003 -2009
MovimentAção	Governamental – PMRG/SMTEL	2011
Craque Cidadão	Individual - Voluntariado	NC
Atleta do Futuro	Instituição Empresarial – SESI	2010
Praticando Esporte e Estudando***	Clube - SCRG	2008 -2009
Rio Grande rumo as Olimpíadas de 2016***	Fundação FUNSERG	ATIVO desde 2010 NC
Campeões Olímpicos e Campeões da vida***	Fundação FUNSERG	NC
Você pode ser um campeão de vôlei***	Fundação FUNSERG	NC

⁵⁸ Criada em 2005, a Quip foi inicialmente formada como uma sociedade entre as empresas: Construtora Queiroz Galvão, UTC Engenharia e IESA Óleo e Gás. Por reunir conhecimento e experiência em um dos setores mais tecnicamente exigentes da economia brasileira (ÓLEO e GÁS), a empresa iniciou suas atividades com um desafio: a construção da plataforma de petróleo offshore P-53, para a Petrobras na cidade do Rio Grande-RS.

Educando pelo Esporte***	Fundação FUNSERG	ATIVO até 2008
Projeto Papa-léguas*	Individual - Voluntariado	Desde 1996
O Rio Grande em Ação	Individual PMRG/SMCAS	2011

Total: 29 Projetos

Projetos mapeados em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS no período da elaboração da Tese/pesquisa (2008-2011)

**Projetos sem material documental coletado*

***Escolinha de Iniciação Desportiva Semente Olímpica que a partir de 2010 transformou-se em Semente Olímpica Investimento Social.*

****Conjunto de projetos vinculados ao Sport Clube Rio Grande.*

O levantamento quantitativo realizado dá conta de confirmar uma expectativa de inflação de PSE na cidade, uma vez que, poucos projetos têm sua existência ou início de seu funcionamento em períodos distantes do atual. Tal expectativa foi central na construção da proliferação desse tipo de projeto como problema de pesquisa, ainda que em outro estudo, Thomassim (2010) tenha identificado número semelhante de projetos funcionando ao mesmo tempo em um único bairro da cidade de Porto Alegre. O quadro acima demonstra tal afirmação, quando localiza, com exceção do *Projeto Semente Olímpica Investimento Social* (desde 1993) e da *Escolinha de Futebol Retrato Falado* (desde 1997), a totalidade dos projetos mapeados como tendo sua proposição na primeira década deste século e indica a maioria deles entrando em funcionamento nos últimos cinco anos. Devo destacar aqui que dos dois projetos indicados como propostos há mais de dez anos, um deles não “nasceu” como projeto social e sim como Escola de Iniciação Esportiva (Semente Olímpica) e o outro não reivindica até os dias atuais o *status* de projeto social (Retrato Falado), declarando-se “Escolinha de Futebol” e não conta com documentação elaborada. No entanto, esse último foi considerado neste mapeamento, pela ênfase com que afirma sua “vocação” em “ocupar o tempo ocioso”, “livrar das drogas”, “livrar dos riscos sociais”, “promover qualidade de vida e saúde”, ao mesmo tempo que indica o aprendizado e a vivência do esporte (futebol) como maneira de alcançar tais objetivos.

Difícil precisar, entre objetivos e público-alvo a ser atingido, qual assume prioridade nos documentos dos projetos mapeados. Justificados por argumentos como ociosidade e exposi o   criminalidade, que compreende tanto o fato de cometerem delitos perante a lei

como serem expostos às “drogas”, é estabelecido, pelos projetos, que determinada faixa etária seja prioritária no que diz respeito a ser atingida pelos mesmos. Assim, no cruzamento entre objetivos “ambiciosos” e definição de um público-alvo, delineiam-se formas de intervir como as explicitadas no quadro abaixo (Quadro 02).

Quadro 02 – Sobre objetivos dos projetos e seu público-alvo

PROJETOS	OBJETIVO GERAL	PÚBLICO-ALVO/Nº DE “ATINGIDOS”
PPE	“socialização, disciplina e a busca pelo molde de um ser humano melhor com uma maior capacidade de enfrentar a vida social com responsabilidade [...] Também de afastar os alunos dos problemas os quais os rodeiam”	“para as crianças de 6 a 18 anos.”
PS	“Trazer lições de ética e cidadania; Procurar evidenciar bons exemplos, distanciando-os assim de drogas entre outros problemas sociais;	“Aproximadamente 30 crianças do Bairro Castelo Branco; [...] dos 9 aos 13 anos”
PI	“possibilitar a ampliação da jornada educacional, oportunizando vivências de múltiplas naturezas, através de atividades extracurriculares, contribuindo para a formação integral e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, pessoais, interpessoais e culturais, bem como colaborando para a mobilização, envolvimento e comprometimento da comunidade escolar na inclusão social, na tentativa de amenizar a exposição a fatores de risco social.”	“jovens e adolescentes da rede municipal de ensino” “o projeto atua junto a alunos de: 5ª a 8ª série do ensino Fundamental; alunos do Programa municipal de Educação de Jovens e Adultos; alunos com deficiência e/ou necessidade educacional especial advindos das Classes de Estudos Diferenciados e Salas de Recursos, incluídos em oficinas regulares; alunos institucionalizados; alunos em medida sócio educativa.” “Configura-se, assim, uma clientela formada, essencialmente por alunos sob risco social.”
PFT	“voltado à promoção da cidadania e provisão de melhores oportunidades de educação e socialização para jovens oriundos das cidades de Rio Grande e São José do Norte.”	“jovens de 15 e 16 anos, matriculados no ensino regular e com aproveitamento mínimo equivalente à média 7, com boa condição física e aptidão para a prática do futebol de campo.” “20 jovens das cidades de Rio Grande e São José do Norte”
PVC	“proporcionar a população rio-grandina, industriários e turistas;	“Turistas, Industriários, Comerciais, Comunidade em

	locais planejados para o desenvolvimento do esporte, lazer e recreação.”	geral.”
PSP	<p>“promover a formação de cidadãos através do esporte e arte-educação, desenvolvendo um programa de apoio educacional, psicológico, nutricional e técnico.”</p> <p>“trabalhar com a formação de cidadãos e diminuir as situações de risco que as famílias estão inseridas e que estão se agravando com a expansão portuária e industrial do município.”</p> <p>“pretende diminuir a vulnerabilidade social de crianças e jovens provenientes do bairro, envolvendo também as famílias”</p>	<p>“aproximadamente 80 crianças e jovens, classificados em categorias por faixas etárias e gênero, assim distribuídas: 6 a 9 anos, 10 aos 12 anos e 13 aos 15 anos.”</p> <p>“visa beneficiar diretamente cem crianças e adolescentes, entre meninos e meninas, na faixa etária dos 6 aos 15 anos moradores do bairro Santa Tereza localizado na orla portuária do município do Rio Grande.”</p>
PNJE	<p>“Contribuir para a formação do cidadão crítico, participante e transformador de sua realidade, através da construção coletiva de espaços de prática esportiva educacional.”</p>	<p>“Atender diretamente 720 alunos de 15 a 18 anos, contribuindo para a formação cidadã.”</p> <p>“propõe a implantação de serviços de atendimento em esporte em 06 Unidades das Escolas Técnicas Federais de Ensino Médio, para atender regularmente 600 adolescentes de 15 a 18 anos (100 alunos por núcleo).”</p> <p>*(Dentro da implantação de 06 novos Núcleos está previsto um Núcleo no CEFET-RG) e manutenção de 02 já existentes em SP)</p>
PFC	<p>“visa diminuir a vulnerabilidade social de crianças e jovens residentes no bairro Santa Tereza e Vila Mangueira, e estabelecer um elo de ligação entre o desenvolvimento sócio-afetivo, a violência social, o papel dos pais e os professores no processo de socialização de crianças com o propósito de auxiliar e orientar as crianças e jovens que encontram-se em situações de risco.”</p>	<p>“Este projeto visa beneficiar sessenta crianças e adolescentes, entre meninos e meninas, moradores do bairro Santa Tereza e Vila Mangueira, na faixa etária dos 9 aos 13 anos que encontram-se em situações de risco como pobreza, fome, prostituição, drogas, falta de moradia e outros.”</p>
PRF*	<p>“está na formação do jogador tanto para a disputa dos campeonatos amadores da cidade como a de atletas de cunho para o futebol</p>	<p>“O projeto atende cerca de 70 meninos de 10 aos 14 anos, duas vezes por semana e se destina a esse público pelo número grande que o bairro possui, é claro que os</p>

	<p>profissional”</p> <p>“alguns de ordem social, como ocupar o tempo ocioso dos jovens, tentar livrá-los das drogas e riscos sociais que estão na volta, ressaltar a importância do esporte na qualidade de vida e saúde dos atendidos, além de noções de respeito ao colega esportista.”</p>	<p>proponentes sabem da importância de atender as meninas também, mas por motivo de força maior o projeto nunca conseguiu chegar até as meninas, embora as tentativas vão continuar para um dia atender o público feminino.”</p>
PSOIS**	<p>“está na massificação do esporte, ou seja, esporte para todos, junto com isso a apresentação do desporto aos atendidos, além da ocupação do tempo ocioso dos mesmos com a união do desporto e o lazer, bem como o distanciamento da vulnerabilidade.”</p>	<p>“crianças e jovens de 3 a 18 anos [...] Hoje o projeto conta com 170 crianças e jovens, que não pagam nenhuma taxa para participar das atividades, os quais 65% desse total são meninos e os restante são meninas, visto que, o futsal ainda é um desporto mais procurado e praticado por meninos, pois os mesmos estão mais propensos aos caminhos da criminalidade e drogadição.”</p>
PF	<p>“O objetivo geral do projeto está na participação e representação da instituição em campeonatos e eventos, já os objetivos específicos estão voltados para a oportunidade de jovens participarem de eventos através do esporte, também é focado como objetivo específico a disciplina, a educação, a responsabilidade e formação do jovem com uma consciência de seus deveres e direitos na sociedade, além da ajuda para uma formação crítica e emancipatória da sua realidade.”</p>	<p>“atende cerca de 30 meninos distribuídos em uma faixa etária de 13 a 17 anos.”</p>
PHH	<p>“utilize a cultura Hip Hop como eixo para trabalhar a prevenção ao uso de substâncias psicoativas, propiciando uma reflexão e a conscientização a cerca das consequências que podem resultar do uso de drogas, bem como propiciar uma educação para a Paz e fortalecimento dos vínculos familiares como forma de resgatar a cidadania destas crianças e adolescentes.”</p>	<p>“20 crianças e adolescentes de 11 a 17 anos, matriculados em escola regular” [...] “conforme o grau de vulnerabilidade social” ou das “famílias já vulnerabilizadas”</p> <p>“Pretende-se atender 20 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou pessoal que moram nos bairros de entorno da Instituição e que mantenham contato direto ou indireto com drogas.”</p> <p>“Através do contato com o Centro de Referência de Assistência Social – Cidade de Águeda e Conselho Tutelar solicitaremos o</p>

		encaminhamento de menores que estejam vivenciando esta problemática.”
PME		
PBR	“Resgatar a cidadania e dignidade de nossas crianças e jovens através de atividades esportivas combatendo as drogas em todas as suas dimensões, difundir e fomentar a prática desportiva e o lazer como instrumento de inserção social”	“visa atender crianças a partir dos 7 anos”
PST1		
PST2*		
PECST IF-RS		
PPJOVEMA	“Complementar a Proteção Social Básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, e possibilitar sua inserção ou reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.”	“Destina-se a 200 jovens, entre 15 e 17 anos, sendo 2/3 pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e 1/3 de jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas (Liberdade Assistida) e egresso dos Programas Sociais (Sentinela, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PET).”
PBM	“melhoria da qualidade de vida, através de atividades físicas, esportivas e de lazer, propiciando aos participantes o conhecimento e a prática de esportes como xadrez, dama e taekwondo, aumentando o número de participantes de atividades físicas de lazer para manutenção da saúde.”	“crianças a partir dos 7 anos, jovens, adultos e terceira idade em diversas modalidades esportivas de lazer, com propostas de integração social, envolvendo famílias dos participantes, para propiciar e estender a união e melhoria da saúde nas comunidades envolvidas.”
PMA	“Difundir a prática de esportes e atividades de lazer, contribuindo para a conscientização e manutenção dessas práticas em benefício da saúde e melhoramento da qualidade de vida, bem com da transformação social.” “ampliar o acesso ao esporte como uma política social de desenvolvimento pessoal.”	“dar continuidade as políticas públicas de esporte e lazer nessa cidade” (Bairros em Movimento, desde 2003, e recentemente Segundo Tempo, em 2008)
PCC	“ofertar aos jovens e crianças de comunidades carentes, dentre elas o BGV, atividades esportivas e sociais, buscando a inclusão social e prevenindo o uso de drogas”	
PSAF	“fomentar práticas esportivas para o	“crianças e jovens de 6 à 17 anos”.

	desenvolvimento das habilidades motoras, da aptidão física e da adoção de valores positivos do esporte.”	“80.000 em 17 estados brasileiros” (2008)
PPEE****	<p>“Investir na formação cidadã de crianças e adolescentes, que se encontram em situação de trabalho infantil e vulnerabilidade social e pessoal para serem capazes de transformar suas realidades, garantindo-lhes o direito à educação, cultura e lazer, através do aumento da escolaridade formal, oportunizando melhores condições no futuro, de acesso ao mercado de trabalho. Oferecendo prática esportiva de qualidade, apoio às ações de erradicação do trabalho infantil, democratização do acesso à prática e cultura do esporte como instrumento educacional, contribuindo para o processo de inclusão educacional e social, promovendo hábitos saudáveis para as crianças e adolescentes e contribuindo para a diminuição da evasão e repetência escolar da criança e do adolescente.”</p>	<p>Crianças até 14 anos e Adolescentes até 18 anos</p> <p>“Meninos (brancos, afrodescendentes, etc. – não há restrição de raça) em situação de vulnerabilidade social e pessoal; em situação de Trabalho infantil; fora da escola”</p> <p>“Os jovens integrantes deste programa são oriundos das escolas públicas e estão em situação de vulnerabilidade social e pessoal, ou são oriundos da situação de trabalho infantil, e recebem vestuário, equipamentos para as atividades esportivas, alimentação, transporte, assistência médica e social.”</p>
PRGRO***	<p>“Educar e socializar crianças e adolescentes de bairros de baixa renda, e portadores de necessidades especiais, utilizando como ferramenta o exercício da prática esportiva, para reforçar valores de socialização, interação com os companheiros, respeito às regras, disciplina, etc.”</p> <p>“Utilizar a prática do esporte como ferramenta de aglutinação de crianças e adolescentes de bairros carentes e portadores de necessidades especiais, no intuito de educar, socializar e multiplicar conceitos de valor, ética e cidadania;</p> <p>Minimizar a falta de oportunidade e ociosidade do público alvo, na vivência e na formação das bases sólidas do esporte de rendimento”</p> <p>“Propiciar ascensão e inclusão social de crianças, adolescentes e adultos de 07 à 59 anos, portadores ou não</p>	<p>“Qtd: 300 - Crianças - (0 a 12 anos).</p> <p>Qtd: 300 - Adolescentes - (10 a 18 anos).</p> <p>Qtd: 0 - Adultos - (18 a 59 anos).</p> <p>Qtd: 0 - Idosos - (a partir de 60 anos).</p> <p>Beneficiário Direto: 680</p> <p>Beneficiário Indireto: 0</p> <p>Total de Beneficiário(s): 680”</p>

de necessidades especiais, através da atividade física”

PCOCV***

“Utilizar o ensino da atividade esportiva na modalidade atletismo, através do desporto de rendimento com um intuito de promover a formação de atletas, a inclusão social e contribuir com as políticas públicas de combate a violência, às drogas e à criminalidade de crianças e adolescentes de baixa renda da cidade de RIO GRANDE e região, bem como dos portadores de necessidades especiais, que são desprovidos de qualquer área na cidade para desenvolver suas potencialidades . Utilizar o ensino da prática esportiva modalidade atletismo, através do desporto de rendimento, como um meio de contribuir com o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social de crianças de baixa renda e portadores de necessidades especiais da cidade de RIO GRANDE e região, promovendo autoconfiança e possibilitando um futuro onde o potencial é a chave do sucesso.”

“Qtd: 100 - Crianças - (0 a 12 anos).
Qtd: 100 - Adolescentes - (10 a 18 anos).
Qtd: 0 - Adultos - (18 a 59 anos).
Qtd: 0 - Idosos - (a partir de 60 anos).
Beneficiário Direto: 280
Beneficiário Indireto: 0
Total de Beneficiário(s): 280”

PCOV***

“Utilizar o ensino da atividade esportiva na modalidade voleibol, através do desporto de rendimento com um intuito de promover a formação de atletas, a inclusão social e contribuir com as políticas públicas de combate a violência, às drogas e à criminalidade de crianças e adolescentes de baixa renda da cidade de RIO GRANDE e região.”

Qtd: 150 - Crianças - (0 a 12 anos).
Qtd: 150 - Adolescentes - (10 a 18 anos).
Qtd: 0 - Adultos - (18 a 59 anos).
Qtd: 0 - Idosos - (a partir de 60 anos).
Beneficiário Direto: 300
Beneficiário Indireto: 0
Total de Beneficiário(s): 300

PEE*****

“propiciar aos adolescentes, da cidade de Rio Grande, atividades esportivas e sócio-educativas. Essas tornarão as novas vivencias mais atrativas do que as ruas no contra turno escolar, melhorando o desempenho estudantil, a inserção cultural, a socialização e a formação enquanto cidadãos, ensinando valores, direitos e deveres que contribuirão na educação dos mesmos.”

“meninos entre quatorze e dezessete anos realizam, no contra turno escolar”

PPL* (Projeto Papaléguas)	“o projeto tem o intuito de socializar as crianças e descobrir jovens talentos através da corrida.” (JORNAL AGORA, 24/10/2011)	
PRGA	“Amenizar a exposição dos alunos da rede pública municipal a situações de risco social, promovendo melhora da qualidade de vida oferecendo demandas de forma positiva, assim contribuindo com um futuro melhor.” “envolvimento e comprometimento da comunidade escolar na inclusão social, na tentativa de amenizar a exposição a fatores de risco social, dando uma ênfase na questão da drogatização.”	“alunos da rede municipal e seus familiares” “Grupos da Melhor Idade” “Portadores de necessidades especiais” “Além dos trabalhos com o público adolescente e da melhor idade, estão previstos trabalhos com os professores das instituições de ensino.” “Como projeto extracurricular e de teor sócio-cultural é desenvolvido no contraturno das escolas, permitindo que os alunos possam estar mais tempo ligados a atividades educacionais.”

Total: 29 Projetos

Projetos mapeados em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS no período da elaboração da tese/pesquisa (2008-2011)

**Projetos sem material documental coletado*

***Escolinha de Iniciação Desportiva Semente Olímpica que, a partir de 2010, transformou-se em semente Olímpica Investimento Social.*

****Conjunto de projetos propostos pela FUNSERG e vinculados ao Sport Club Rio Grande, aprovados para captação de recursos via Lei de Incentivo ao Esporte.*

*****Projeto proposto pela FUNSERG e vinculado ao Sport Club Rio Grande, aprovado pelo Programa FIA- PETROBRAS.*

******Projeto proposto pela FUNSERG e vinculado ao Sport Club Rio Grande, com o apoio de parceiros, no qual foi desenvolvida uma pesquisa que “teve por finalidade conhecer as condições biológicas, psicológicas, sociais, econômicas e estudantis dos alunos pertencentes ao Projeto”.*

Além dos quadros⁵⁹ construídos com os detalhamentos dos projetos mapeados, ao “devorar” os documentos dos projetos que foram disponibilizados pelos proponentes, constatou-se que, em alguns deles, as formulações tornavam difícil a compreensão do que seriam seus objetivos, metodologias e definição e seleção de público-alvo. Constatou-se também, que muitos enunciados são ativados na escrita dos projetos, mas que, no entanto, em alguns casos, tratava-se mais de uma replicação do que ativação, pois formulações

⁵⁹ Além dos Quadros 01 e 02 aqui reproduzidos, constam em anexo outros dois: Anexo 01 (Quadro 03) e Anexo 02 (Quadro 04). Nestes estão registrados outros detalhes que contribuem para a caracterização dos projetos mapeados.

associadas a noções como “social”, “cidadania”, “risco”, vulnerabilidade”, da maneira como são usadas pelos documentos, ou não dão a entender do que se trata, qual implicação podem ter com os objetivos dos projetos, ou, em outros casos, reduzem a um termo, sentidos não homogeneizáveis. Isto quando não abrem possibilidades múltiplas de entendimento, o que implica novamente em indefinição.

Do mapeamento cartográfico dos PSE à proliferação desses como problema – ensaiar (Movimento II)

A geografia nos acostumou a nos localizar, na superfície terrestre, nos territórios, nos acidentes, mas este é apenas um componente do mapeamento, da carta; não serve, não dá conta desses “outros espaços” (FOUCAULT, 2006), outros territórios a cartografar. Não me refiro somente ao espaço da rua, não institucional, onde se desenvolveria uma “educação não formal”⁶⁰, mas aos espaços existenciais correlativos à vida. Espaços que são mais familiares às noções de âmbito e dimensão do que as coordenadas geográficas que demarcam regiões com maior ou menor concentração de “indivíduos-alvo” de intervenções.

Nem por isto trata-se de descartar tais coordenadas, por que estas são ativadas para organizar intervenções com as que os PSE praticam. Assim, perguntamo-nos como mapear a partir de um referencial da cartografia rizomática?

A cartografia tem sido redesenhada enquanto “método”. Compreendida como a arte de desenhar mapas, tem nos últimos trinta anos, seu sentido reconfigurado passando a constituir não mais mapas geográficos que partam de localizações topográficas passando a indicar que agora, a “geografia” é outra, o mapa é outro. São intensidades, subjetividades, acontecimentos que se cartográfica. Neste momento, o mapeamento inicial empreendido perde ênfase, sem que deixe de ser útil e coincida com um investimento no problema central desta tese que é a proliferação dos PSE tomada como acontecimento. Logo, o que temos de novidade é o mapa que pudermos produzir, desenhar, pintar.

É neste sentido que Deleuze (1988, p. 33-34) aponta o nascimento de um “novo cartógrafo”, referindo-se ao que Michel Foucault opera em *Vigiar e Punir*, que é da seguinte maneira caracterizada:

⁶⁰ “A terminologia educação não formal torna-se popular no contexto educacional em 1967, com a International Conference on World Crisis in Education, que ocorreu em Williamsburg, Virgínia, nos Estados Unidos. A elaboração de um documento aponta a necessidade de desenvolver meios educativos que não se restrinjam somente aos escolares.” (PARK; FERNANDES; CARNICEL, 2007, p.35)

Foucault sempre soube pintar quadros maravilhosos como fundo de suas análises. Aqui, a análise torna-se cada vez mais microfísica e os quadros cada vez mais físicos, exprimindo os “efeitos” da análise, não no sentido causal, mas no sentido ótico, luminoso, de cor: do vermelho sobre vermelho dos suplícios ao cinza sobre cinza das prisões. A análise e o quadro caminham juntos; microfísica do poder e investimento político do corpo. Quadros coloridos sobre um mapa milimétrico.

O que Deleuze quer dizer com quadro sobre mapa milimétrico é, ao mesmo tempo, instigante e de difícil compreensão. A leitura de *Vigiar e Punir* é imprescindível para acessar esta outra cartografia, que não é a dos pontos geográficos, na qual ele afirma não ter feito a história das prisões, mas da produção da delinquência.

Se um mapa milimétrico organiza e dispõe indivíduos e planificações no espaço, é possível que se pergunte pela produção da proliferação dos projetos sociais como a composição de um quadro. O que pensar sobre este acontecimento que não tenha já sido pensado, ou que até mesmo consideremos impensável? Perguntar pelo impensável deste acontecimento, não significa buscar “coisas” escondidas, mas pensar de outro modo. Aliás, tomar a proliferação como acontecimento já é uma forma de pensar de outro modo aquilo que tem sido tomado por fenômeno ou consequência de uma reconfiguração da relação Estado-sociedade. Perseguir a produção desta proliferação poderia então me levar a pensar e escrever uma história da produção da vulnerabilidade ou dos vulneráveis que, em tese, estão aí implicadas. Não ousou assumir tal empreendimento, ainda que julgue procedente. Dedico-me, no entanto, a ensaiar sobre tal proliferação. Ensiar produzindo modos de pensar e escrever tal proliferação como um problema do presente, mas agora de modo um pouco solitário.

Ensiar também é mapear

Em relação aos projetos sociais esportivos, guardadas as devidas proporções, parece-me ser possível assumir uma atitude, com certa equivalência a que Foucault assume, e não dedicar-se a fazer dos mesmos uma história, mas sim, tomá-los em sua proliferação enquanto acontecimento. Além disto, além desta inflação de projetos sociais que constatamos contemporaneamente, parece que esses projetos são um dos mecanismos que participam da produção dos vulneráveis, esses indivíduos que são alvos dos projetos sociais e “se encontram” (pelo menos, assim são posicionados) em estado de vulnerabilidade “social” ou provavelmente “estejam sujeitos” à situação de vulnerabilidade.

Na operação de mapeamento da proliferação de PSE, o mapa não cessou nunca de se modificar - suas formas, suas amplitudes, suas intensidades –, a ponto de me perceber enquanto um dos artífices de tal operação num plano que extrapolou o dos projetos para uma dimensão maior, que não se deixa mais delimitar por estes projetos e muito menos pelo uso do esporte. Neste sentido, o pensamento enquanto uma estrutura rizomática é produtivo de relações, conexões, nós, que não tomam o Estado, por exemplo, nem como referente, nem como ponto de chegada. Pois tomá-lo deste modo, seria característico de uma estrutura arbórea de pensamento em que ao Estado são atribuídas funções reprodutoras, maquiavélicas, originárias e centralizadoras do exercício do poder.

Eis um segundo movimento que não pode ser apartado do primeiro. Partindo de um mapeamento que identificou e colocou em relação projetos sociais esportivos em funcionamento na cidade, pensar o acontecimento da proliferação em termos, até então, insuspeitos, impensáveis. Para isto, me dispus a problematizar tal proliferação a partir da suspeita de que as coisas não sejam assim como parecem ser. Como exemplos disto, posso referir suspeitas quanto ao uso inquestionado do esporte nesses projetos e a indiscutibilidade da importância/necessidade desses projetos para todos. A estes modos de pensar e escrever, que partem de suspeitas como estas, me dedico, a partir de agora, na segunda parte da tese.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Como elaborar modelo lógico de programas: um roteiro básico. Nota Técnica, IPEA, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FREITAS, Gustavo da Silva; HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcantara; SILVA, Méri Rosane da. *Projetos Sociais Esportivos e a produção de uma Política Pública de Esporte*. Projeto de Pesquisa (Rede CEDES/Ministério do Esporte), 2010.
- HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcantara. *Plano de Estudos apresentado no processo de qualificação de tese*. PPGEC/FURG, 2009.
- PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo (Orgs.) *Palavras-chave em educação não-formal*. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo. *Palavras-chave em educação não-formal*. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

PETROBRAS. *Programa Desenvolvimento e Cidadania*. Disponível em: www.petrobras.com.br/minisite/desenvolvimentoecidadania . Acesso em: 20 janeiro 2012.

PETROBRAS. *Programa Esporte e Cidadania*. Disponível em: www.petrobras.com.br/ppec . Acesso em: 20 janeiro 2012.

PETROBRAS. *Roteiro de Elaboração de Projetos Educacionais*. Disponível em: http://www.petrobras.com.br/selecaopec/assets/documents/Roteiro_de_Elaboracao_de_Projetos_Esportivos_Educacionais.pdf . Acesso em: 25 fevereiro 2012.

PETROBRAS. *Seleção Pública de Projetos Integração Petrobrás Comunidades*. Disponível em: www.petrobras.com.br/minisite/integracaocomunidades. Acesso em: 20 01 2012.

THOMASSIM, Luis Eduardo Cunha. *O "público-alvo" nos bastidores da política: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos*. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

PARTE II

Quem
necessita de
projetos
sociais
esportivos?

Texto 04

Pequeno ensaio que compõe a tese.

Visa indicar um “ajuste de foco” na construção dos projetos sociais esportivos como tema e problema para o pensamento e a escrita. Tal ajuste sugerido se dá no deslocamento da necessidade para a contingência quando operamos com este acontecimento.

Ementa:

Da necessidade à contingência.

Ensaiai sobre a proliferação contemporânea de projetos sociais esportivos (PSE) tem que começar de alguma maneira. É preciso disparar o pensamento, ajustar o foco, mas isto não depende unicamente de mim mesmo. Este pequeno ensaio inspirou-se em dois textos: “Quem precisa de identidade?” (HALL, 2000, in: SILVA, 2000) e “Sou por acaso guardião do meu irmão?” (BAUMAN, 2008). De maneira que, do primeiro, destaco a introdução de um tema que “parece” não suportar maiores problematizações, seja pelo fato de tanto já se ter falado dele – o caso da identidade para Hall – seja pelo fato de ser quase impossível se duvidar da eficácia ou resultados ligados a intervenções como as que se propõem os projetos sociais esportivos. Do segundo, destaco os limites a que estamos impostos na defesa dos direitos sociais que seriam compatíveis com um “Estado de bem-estar”, quando estes direitos, no entanto, dizem respeito atualmente a um estado de “bem-estar para os que trabalham”. A partir destes destaques, produzo este ensaio sobre certa pretensão de quem propõe os projetos sociais esportivos (PSE), em parte baseado na condição necessária desses indivíduos que devem ser “retirados” da condição em que são posicionados. Os indivíduos que os PSE visam atingir ou alcançar aproximam-se do que Bauman (2008, p. 100) aponta ser aqueles reclassificados como “subclasse”:

não mais uma anormalidade temporária esperando ser retificada e posta outra vez na linha, mas uma classe fora das classes, uma categoria colocada permanentemente fora dos limites do “sistema social”, uma categoria a que o resto de nós prefere não pertencer. E todos estariam mais confortáveis se ela não existisse.

A demanda por solução de problemas sociais, ou melhor, a transformação de direitos “a menos” em problemas sociais relacionados a habitação, saúde, educação, segurança etc, parecem ser transpostos com muita facilidade para ações/intervenções como os PSE. Desta maneira, praticamente, assume-se a necessidade destes projetos no mesmo nível de carência dos apresentados acima. Não se pode desconsiderar que o acesso ao esporte e ao lazer são direitos constitucionais, mas, na maioria dos projetos mapeados, o que é evocado como “problema” a ser minimizado é a questão da vulnerabilidade “social” e da inclusão “social”. Assim, a demanda por direitos outros não só está associada ao uso do esporte como dá por atendidos ou alcançados objetivos “comuns”. As questões que faço são as seguintes: Quem necessita de projetos sociais esportivos? Quem afirma que estes são necessários? Quem estabelece seu público alvo? De que maneira os tomamos por necessários?

Quando nos depararmos com uma manchete do tipo: “Projetos sociais esportivos promovem a inclusão social!”, parece não nos restar outra opção, logo de cara, senão considerá-los –os PSE– interessantes, necessários, providenciais, contemporâneos. Necessários? Quem precisa de projetos sociais para viver? O que seria de nossas vidas sem a vivência de práticas esportivas? Se suspeitarmos dessa necessidade, no entanto, podemos tomar esses projetos por aquilo que sempre esteve aí diante de nossos olhos. Projetos como veículo que possibilite a garantia de direitos constitucionais como o preconizado no Art. 217⁶¹ da Carta Magna da República (BRASIL, 1988) dedicado ao esporte e ao lazer; projetos que operam e se sustentam nas promessas de inclusão social, minimização de estados de “vulnerabilidade social” em que indivíduos e comunidades são posicionados, ocupação do tempo ocioso, muitas vezes assaltado pelo uso de drogas e condutas infratoras, profissionalização ou inserção no mercado. São muitas as promessas, praticamente messiânicas, quanto à proposição desses projetos em toda parte. Mas, retomando o argumento da necessidade, parece impensável que se desconfie dessa condição que os projetos carregam.

Os arranjos que tornam possível a proliferação cada vez mais intensa desses projetos nos últimos 20 anos constituem parte dessa condição de necessidade e são estes arranjos que podem nos demonstrar uma “história” dessa necessidade a ponto de não dela suspeitarmos. Desta maneira, como desconfiar da necessidade desses projetos sociais esportivos?

Da necessidade à contingência

Dobradinha moderna que sustenta muito do que se pode considerar pensável e também muito do impensável. No deslocamento de um (necessário) ao outro (contingente),

⁶¹**Art. 217** - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, reguladas em lei.

§ 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL, 1988).

parece surgir um caminho diferente a ser perseguido na problematização desses projetos e a diferença pode, muito bem, partir de uma pergunta bastante simples como: Quem necessita de projetos sociais esportivos?

Tal caminho passa, por exemplo, pela discussão do que se considera os direitos dos homens, mas, também, pela reivindicação foucaultiana de que seria mais apropriado tratarmos de “direitos dos governados”. Passa também por um deslocamento da necessidade para a contingência, pois o necessário está vinculado ao verdadeiro, ou melhor, os processos que produzem a necessidade são imanentes aos processos de produção de verdade que, como produções revestem-se de caráter construído e não natural. Suspeitar do caráter de necessidade dos PSE está implicado em uma atitude de desnaturalização do “social”, por exemplo. Afinal, não é toda sociedade que é alvo desses projetos, ainda que se trate de toda ela quando estes são propostos. Explico. Ainda que o público alvo desses projetos seja constituído por parcela da sociedade – segmento –, é toda sociedade que se visa afetar com suas intervenções programadas. Os direitos “a menos” de uns produzem efeitos em toda a sociedade, constituindo um estado de risco a que todos são submetidos. É desta maneira que o acesso a direitos “a menos”, por alguns, transforma-se em “problema social” de todos. É desta maneira, entre outras, que pode se configurar um estado de necessidade em relação a esses PSE.

Do direito à necessidade transpõe-se com uma facilidade assustadora. Ainda que a constituição dos direitos dos homens tenha um pouco desta função: produzida uma verdade quase antropológica, passa-se a tratá-la como necessária; isto não quer dizer que não se possa duvidar de assertivas como essas que vinculam “boas intenções” e verdades antropológicas, direitos humanos e “garantias constitucionais”.

Deter-me-ei a partir daqui, um pouco, no caráter contingente de determinado acontecimento como a proliferação dos PSE, exercitando o deslocamento que penso ser importante – da necessidade para a contingência – quando pensamos tais acontecimentos.

Os termos necessidade e contingência são utilizados na filosofia com diferentes significados. Apreendemos aqui, de forma simplificada e dicionarizada, significados que atribuem à necessidade ou ao necessário, e à contingência ou ao contingente determinados sentidos úteis a este ensaio. Assim, vinculados ao verbete *necessário* (ABBAGNANO, 2007) aparecem as seguintes acepções:

O que não pode não ser; ou o que não pode ser. Esta é a definição nominal tradicional que constitui uma das noções mais uniforme e firmemente estabelecidas na tradição filosófica. Segundo essa definição, “o que não pode ser” é o *impossível*, que é o contrário oposto de necessário, sendo também necessário, assim como o preto, que é a cor oposta do branco, também é cor. (P. 703)

A definição leibniziana dessa necessidade como “aquilo cujo oposto é impossível”, ou “aquilo cujo oposto é contraditório”. (P. 705)

A diferença entre o absolutamente necessário e o hipoteticamente necessário é que o primeiro exclui a contingência e o segundo não. (P. 705)

Como apenas convenções lingüísticas de outra natureza podem limitar convenientemente a gama de possibilidades a que uma proposição faz referência, está claro que esse conceito de necessidade é inteiramente reduzível a convenção. (P. 707)

No mesmo dicionário (Ibidem), aparece o verbete *contingente*, nos seguintes termos:

Na tradição escolástica, e sobretudo por influência da filosofia árabe, o termo contingente passou a ter significado específico, diferente do que se entende por “possível”; passou a significar aquilo que, embora sendo possível “em si”, isto é, em seu conceito, pode ser necessário *em relação a outra coisa*, ou seja, àquilo que o faz ser. [Por exemplo], um acontecimento qualquer do mundo é contingente no sentido de que: [1º)] considerado de *per si*, poderia verificar-se ou não; [2º)] verifica-se necessariamente pela sua causa. Deste ponto de vista, enquanto o possível não só não é necessário em si, mas tampouco é necessariamente determinado a ser, o contingente é o possível que pode ser necessariamente determinado e, portanto, pode ser necessário. (...) Essa noção não se alterou substancialmente em toda a filosofia escolástica nem na filosofia moderna, que, no entanto, utiliza-a muito menos. S. Tomás, que define o contingente como possível, isto é, como “o que pode ser ou não ser”, reconhece que nele já podem ser encontrados elementos de necessidade. (P. 200)

Na filosofia contemporânea, sobretudo na francesa a partir da obra de Boutroux, *A contingência das leis da natureza* (1874), o termo contingente passou a ser sinônimo de “não-determinado”, isto é, de livre e imprevisível; designa especialmente o que de livre, nesse sentido, se encontra ou age no mundo natural. Bérgeon adota esse termo no mesmo sentido: “O papel da contingência é importante na evolução. Contingente, o mais das vezes, são as formas adotadas, ou melhor, inventadas. Contingente, relativamente a obstáculos encontrados em tal lugar e em tal momento, é a dissociação da tendência primordial em diversas tendências complementares que produzem linhas divergentes de evolução. Contingente são as paradas e os retornos” (*Évol. Créatr, 11ª Ed., p. 277, 1911*). (P. 201)

Necessidade e contingência vinculam-se a “ideias” diferentes. A necessidade mantém uma relação estreita com a verdade, ou melhor, com regimes de verdade que podem transformar justamente o acidental, o acaso, em necessário e, desta forma, determinando o

impensável sobre os acontecimentos. Aliás, o pensável, o impensável e o necessário de um acontecimento têm relação direta, por sua vez, com um projeto teleonômico que é o reconhecimento de um projeto fundamental, organizando tantos outros projetos. (MONOD, 1976). Já a contingência, está relacionada à liberdade:

Contingência identifica-se com liberdade e ambas se opõem a necessidade; ao passo que a possibilidade, segundo Bergson, é só a imagem que a realidade, em sua autocriação contingente, isto é, “imprevisível e nova, projeta de si mesma em seu próprio passado” (*La pensée ET Le mouvant*, p. 128).

No jogo destes significados, movimenta-se o pensamento nesta tese, entre verdade e liberdade, as várias possibilidades de se pensar acontecimentos como os PSE que se apresentam como “necessários” e, por consequência, “inevitáveis”. Investir na contingência deste acontecimento tem a pretensão de diferenciar a forma um tanto passiva com que muitas vezes é abordada a necessidade desses projetos.

Como pensar os PSE como contingentes ao pensarmos o presente? Como abandonar, por suspeita, o terreno da necessidade, quando analisamos os PSE? Como e por que colocar a contingência no lugar da necessidade em relação a esses projetos. No lugar de direitos do homem, Foucault (2008) fala-nos dos direitos dos governados, e este deslocamento que o autor opera em relação aos direitos do homem pode nos ajudar a operar outro deslocamento no sentido da necessidade para a contingência.

O problema atual do que chamamos direitos do homem: bastaria ver onde, em que país, como, sob que forma são reivindicados, para ver que, de vez em quando, trata-se de fato da questão jurídica dos direitos do homem e, no outro caso, trata-se dessa outra coisa que é, em relação à governamentalidade, a afirmação ou a reivindicação da independência dos governados. (FOUCAULT, 2008, p. 57-58).

Desta forma, deveríamos tratar dos direitos dos governados, quando nos referimos anteriormente à noção de direitos “a menos” e não de direitos humanos ou fundamentais, quando nos referimos à carta constitucional, pois os direitos constitucionais deveriam referir-se a todos os indivíduos do social. Segmentar o “social”, dirigindo os PSE a uma parte deste que se julga portador de direitos “a menos”, é mais um mecanismo estratégico de governo das populações.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 5 ed., 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MONOD, Jacques. *O acaso e a necessidade*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 3 ed., 1976.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Projetos Sociais
Esportivos:
vulnerabilização e
governo

Texto 05

Texto submetido à Revista Movimento – ESEF/UFRGS e publicado no v. 17, n. 03, p. 115-132, jul/set de 2011.

Este texto dedica-se aos projetos sociais esportivos em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS. Partindo de interrogações sobre o “social” destes projetos, são abordadas algumas de suas dimensões como: a responsabilização da sociedade e do indivíduo, as possibilidades de intervenção em educação não-formal e o processo de segmentação de uma população de indivíduos nominados como vulneráveis – vulnerabilização. Tais dimensões, neste estudo, constituem estes projetos sociais como estratégias e tecnologias de governamento dessas populações.

Ementa:

Entre paradoxos;
Invenção e morte do
“social”;
Responsabilizações;
Segmentação dos
seres vivos –
produção de
populações de
vulneráveis –
vulnerabilização;
Educar e governar.

Este é o momento em que vivemos. Cada um com suas incertezas, algumas promessas não cumpridas e a quase impossibilidade de elaboração de outras. Não que nos seja proibido o empreendimento de elaborar promessas ou buscar certezas, mas as contingências, de certa maneira, apontam para seu impedimento. A grande promessa moderna de, pela escolarização plena da população, construir um estado de clareza pela racionalidade, de vidas livres e emancipadas e de espírito crítico, não se cumpriu, mesmo que se tenha dado alargado crédito temporal⁶² para sua consecução. Somos efeito de um modelo de escolarização moderno e, ao mesmo tempo, elaboramos criticamente a sua falácia.

Entre paradoxos

Este momento é paradoxal, não pela impossibilidade de optarmos por uma ou alternativa, mas por estarmos assistindo à falência de um projeto que, ao mesmo tempo em que nele vivemos, por ele somos afetados e nele intervimos. Tal falência não está relacionada apenas ao projeto educacional moderno – onde a escola ocupa lugar central – mas, principalmente, ao lugar que a ciência e o modelo científico ocupam na modernidade.

Com suas promessas de acesso à “realidade tal como ela realmente é”, “a” ciência moderna opera com certezas comprováveis – cientificamente – em um tempo em que estas certezas carecem de outros tipos de comprovação. É, neste tempo, que é o nosso, que emergem – ou são inventadas – outras possibilidades de educar e intervir pedagogicamente em lugares e tempos não escolares.

Neste texto, trata-se dos projetos sociais – especialmente os esportivos⁶³ – que se multiplicam⁶⁴ e se constituem em intervenções contemporâneas. Tem-se assistido, desde o

⁶² Se considerarmos, com Michel Foucault, que se pode datar, em torno do final do século XVIII e início do século XIX, o momento em que passamos da episteme clássica à moderna e que aí se dá a emergência – ou invenção – da escola moderna, já poderíamos, se isto fosse possível, estar presenciando o cumprimento pleno de seu projeto – o projeto moderno de sociedade. Sobre esta temática, no entanto, Veiga-Neto (2000, p. 205) considera que não se trata de dar crédito temporal à escola, mas de uma insatisfação com “aquilo que o Iluminismo proclamou sobre ela, aquilo que a Modernidade inventou que ela deveria ser.”

⁶³ Considerando que o material empírico em estudo são os projetos sociais esportivos, indico que, neste artigo, não discutiremos especificamente o tema esporte, mas que este serve como delimitador da análise aqui empreendida, já que, mesmo que este texto aponte para uma discussão que poderia atingir os projetos sociais em geral, não é de qualquer projeto que tratamos.

⁶⁴ Este texto baseia-se nos dados acumulados a partir de um mapeamento dos projetos sociais esportivos que tenham funcionado no período da pesquisa de doutoramento (2008-2011) ou que ainda se encontrem em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS. Além destes, foram considerados os editais de financiamento de projetos, que, juntos, constituem o *corpus* empírico da pesquisa. Somadas estas condições, tomamos para análise os editais da Petrobras (Programa Comunidades) e 27 projetos que são: “Segundo Tempo” (SMTEL/PMRG), “Bairros em movimento” (SMTEL/PMRG), “Verão Cassino” (SMTEL/PMRG), “Punhos

início dos anos 90 do século passado, uma ampliação na oferta desses projetos⁶⁵ com promessas parecidas com aquelas atribuídas à escolarização, sendo que aqui se observa um acento na produção da “cidadania” como um direito natural⁶⁶. Em torno desses “projetos”, os sociais, desenvolve-se este texto. A motivação para isto decorre de certa desconfiança relacionada aos seus modos de funcionamento, principalmente, com o fato de dirigirem-se a crianças e adolescentes considerados ou posicionados em situação de vulnerabilidade social⁶⁷.

Podemos posicionar esses projetos como parte de um estado paradoxal ou como constituidor de diferentes outros paradoxos. Isto porque, de um lado, são propostos e produzidos a partir de “categorias” modernas como emancipação, evolução, transformação e libertação, o que os coloca no paradoxo da modernidade. De outro, esses mesmos projetos podem instaurar mecanismos de vulnerabilização dos indivíduos justamente quando se propõem a contribuir com a minimização de um estado de vulnerabilidade, o que estabelece um novo paradoxo.

Neste sentido, cabe, quase em forma de apêndice, uma descrição geral dos projetos que ajude a localizar e demonstrar em que nos apoiamos para chegar a pensar o que aqui está exposto. Analisar os projetos sociais esportivos e dedicar-se aos seus funcionamentos é consequência da proliferação dos mesmos, constituída como problema de pesquisa, ou seja, nunca estivemos preocupados em descrevê-los naquilo que “realmente” os caracteriza, mas procurar neles o que os ativa simultaneamente, sem que para isso exista, ou seja necessária, uma orquestração (do Estado, por exemplo).

da Esperança”, “Semear”, “Núcleo Jovem do Esporte”, “Futsal”, “Basquete de Rua”, “Semente Olímpica - Investimento Social”, “Siri Patola”, “Mais Educação” (SMEC/PMRG), “Atleta do Futuro” (SESI), “Rio Grande Rumo às Olimpíadas” (SCRG), “Praticando Esporte e Estudando” (SCRG), “Campeões Olímpicos e Campeões na Vida” (SCRG), “Você pode ser um Campeão Olímpico de Vôlei” (SCRG), “Educando pelo Esporte” (SCRG), “Fertilizando Talentos” (YARA do BRASIL), “Formando Craques” (QUIP), “Craque Cidadão”, “Pró-Jovem” (SMEC/PMRG), “Retrato Falado”, “Hip-Hop: Ser em Movimento” (ESCOLA ASSIS BRASIL), “Integração” (SMEC/PMRG), “Segundo Tempo” (IF-RS), “Elos de Amor”, “Movimentação” (SMTEL/PMRG). Constam neste texto apenas vinte e sete (27) projetos, já que, quando este foi publicado, este era o número de projetos mapeados.

⁶⁵ Em “*Cidadãos não vão ao paraíso*”, Zaluar (1994) analisa projetos desenvolvidos na década de 80, criticando seu funcionamento a partir da redução da “carência ou desigualdade ao plano material” e dos “direitos de cidadania aos direitos sociais”. Ainda que, em suas análises, a autora não demonstre desconfiança em relação ao papel que o esporte cumpre nestes projetos, esta obra é um marco na problematização dos projetos sociais esportivos e que, de certa maneira, identifica com certo ineditismo a proliferação desses projetos na sociedade brasileira.

⁶⁶ Reconhece-se aqui que o fato de haver necessidade de garantias na forma da lei, além de colocar em suspeita a naturalidade do que seja cidadão-cidadania, também não garante o acesso a sua plenitude.

⁶⁷ Em sua maioria, os projetos sociais que compõem o *corpus* de análise assemelham-se neste sentido: são dirigidos aos indivíduos socialmente vulneráveis.

Para isto, tomamos por projetos sociais aqueles que se autoneciam desta forma, que indiquem reivindicar tal *status* ou que apresentem “características” semelhantes aos anteriores, mas não utilizem nem reivindicuem tal denominação. Interessados que somos nas diferentes dimensões e manifestações esportivas, delimitamos, desta forma, nossas análises dos projetos sociais esportivos em funcionamento na cidade do Rio Grande –RS, ainda que, muito do que neste texto é abordado, possa ser estendido a projetos sociais que se utilizam de outros “veículos”⁶⁸, que não o esporte, para atingir seus objetivos. Sobre as finalidades que projetos vinculados ao esporte como esses visam atingir, indicamos, como exemplo, artigos analisando as relações que têm se estabelecido entre esporte e cidadania (MELO, 2004 e 2005) e entre esporte e inclusão social (VIANNA e LOVISOLO, 2009).

Sendo assim, os vinte e sete (27)⁶⁹ projetos mapeados podem ser distribuídos: pela iniciativa de sua proposição; pelos objetivos que visam atingir; pelo público-alvo a que se destinam; pelo local de funcionamento. Entretanto, sejam os projetos que tenham como fim o próprio desenvolvimento do esporte, seja os que tomam o esporte como meio para outros fins, é ao “social” que remetem com as vinculações que estabelecem com o “desenvolvimento” da cidadania, a “garantia” de direitos sociais, a inclusão e a exclusão social, entre outros.

Sobre isto nos debruçamos a partir de agora. Quiséramos que se tratasse de ficções o que os caminhos de pesquisa nos demonstram, mas se nos achamos entre paradoxos, com certeza, não pretendemos resolvê-los, mas, sim, entender um pouco a maneira como são produzidos e como chegamos até os mesmos. Para isto, de início, questionamos sobre *o social* desses projetos, para, a partir daí, pensar os processos de responsabilização dos indivíduos e da sociedade, bem como o processo de segmentação e vulnerabilização⁷⁰ de determinadas parcelas da população.

⁶⁸ Destacamos que nos projetos “Atleta do Futuro” (SESI), “MovimentAção” (SMTEL/PMRG) e “Núcleo Jovem do Esporte”, o esporte não é tomado como veículo ou meio para outros fins. Neles, o objetivo é o próprio esporte, sua massificação e a garantia de acesso as suas práticas enquanto direito social.

⁶⁹ Conforme anuncio no texto *Operação cartográfica: movimentos de pesquisa* (Texto 03 desta tese), no momento em que o mapeamento foi suspenso, haviam vinte e nove (29) projetos sociais esportivos identificados. Neste texto, aqui e na nota de rodapé três 64, estão registrados vinte e sete (27) projetos já que este era o número de projetos mapeados na época em que este texto foi escrito e submetido à publicação. Sendo assim, este dado foi mantido conforme consta na sua publicação.

⁷⁰ O que indicamos como sendo um processo de vulnerabilização está implicado, principalmente, com a forma como os projetos tomados para análise constituem uma população de vulneráveis e “alcançam” efetivamente esta população. Na nossa pesquisa, estamos interessados na maneira como são convocados, selecionados e cadastrados os indivíduos identificados na população alvo desses projetos. Logo, o termo vulnerabilização, enquanto componente central da tese deste artigo está muito mais ligado ao processo de

Invenção e morte do social

Partindo das análises que Foucault (2006, 2008a, 2008b) desenvolveu sobre uma arte de governo típica da modernidade – razão política que denomina racionalidade de governo liberal – a sociedade não pode mais ser vista como possuindo uma natureza governável, mas, pelo contrário, como uma invenção de governo. O governo, por sua vez, passa a não ser visto como vinculado unicamente ao Estado, assim como a denominada sociedade civil não mais pode ser reduzida ao que não é estatal em uma sociedade. Simplesmente porque as margens entre Estado e sociedade encontram-se borradas quando se trata de governo; por exemplo, quando a atuação de entidades não governamentais exerce, em alguns segmentos, o papel que seria do Estado, ou quando é passada ao próprio indivíduo esta atribuição.

Neste sentido, o neoliberalismo⁷¹ deve ser tomado como algo diferente de uma sombra que se debruça sobre a sociedade, algo diferente de um ideário – razão de Estado – que vincula governo e Estado. Foucault (2006) fala de uma governamentalização do Estado moderno, quando este assume a responsabilidade de governar, gerindo não só as populações, mas cada indivíduo singularmente. Os projetos sociais, nesta perspectiva, não devem ser tomados como emanando unicamente do Estado (governo) e dirigidas às populações (governadas), mas como práticas que visam ao autogoverno⁷² dos indivíduos e governo das populações.

Apoiado nas análises de Michel Foucault, Burchell (1996) caracteriza a invenção e a montagem de uma arte liberal de governar, na qual:

a sociedade civil era, para o liberalismo primitivo, uma espécie de conceito crítico, um instrumento de crítica. Esboçava o correlativo ou esquema para uma possível arte liberal de governo. No decorrer do século dezenove, e por todo o século atual, ela foi fundamentalmente refundida no que alguns chamam o social, ou apenas sociedade, por todas aquelas técnicas governamentais que associamos ao Estado do bem-estar. Hoje,

identificação e constituição de uma população, do que de um processo de colocação destes indivíduos numa condição vulnerável. Além disto, na análise dos documentos dos projetos sociais, encontram-se, ainda que em abundância, usos diferenciados para o termo vulnerável, que consistem, para exemplificar, em: estar “sujeito a riscos” e possuir “necessidades e direitos” básicos não atendidos. Desta maneira, parece ser mais importante o uso do termo do que a definição do significado que lhe é atribuído nestes projetos.

⁷¹ Rose (1996) refere-se ao neoliberalismo como “democracia liberal avançada”.

⁷² Veiga-Neto (2005, p. 19) propõe que se utilize, em língua portuguesa, o vocábulo *governamento*, substituindo *governo*, “nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar.” Esta sugestão está associada aos usos que têm sido feitos em língua portuguesa sobre as artes de governar, principalmente as análises foucaultianas, em que as práticas de governo não se restringem às práticas de Estado.

sob a influência do que chamamos neoliberalismo, estamos testemunhando tentativas de mais uma vez transformá-la e habilitá-la para funcionar autonomamente, reformando seu modelo de ação característico (BURCHELL, 1996, p. 28)⁷³.

Nestes termos, o neoliberalismo afirma que o que chamamos "sociedade", então, é uma invenção de governo e, na verdade, não existe. E mais, o que chamamos de sociedade é um mecanismo governamental que “tem se tornado um obstáculo econômica e socialmente oneroso ao desempenho econômico do qual ele depende e leva inexoravelmente a um crescimento incontrolável do Estado. Há um sentido claro de que o neoliberalismo é anti-sociedade exatamente quando se opõe ao governo exorbitante” (BURCHELL, 1996, p. 27).

Quando políticas neoliberais afirmam que os projetos sociais, enquanto práticas deliberadas de governo devem ocorrer sob responsabilidade da sociedade civil, é porque esta é tornada, ao mesmo tempo, objeto e objetivo do governo. Assim, além de uma autorresponsabilização da sociedade e dos indivíduos, passando por uma desoneração do Estado, produz-se o que Burchell (1996) denomina “autonomização da sociedade”. Esta se dá “através da invenção e proliferação de novos modelos de ação quase econômicos, para a conduta independente de suas atividades”. Produz-se, desta maneira, um empresariamento de todas as formas de conduta, ou melhor, “a organização de uma cultura empresarial [...] para a conduta de organizações até agora vistas como não econômicas, para a conduta de governo e para a conduta dos próprios indivíduos”. O social passa a ser administrado, em termos de governo, como uma empresa e, no nível individual, constitui-se num correlato disto que podemos denominar “empresariamento de si mesmo”.

É neste sentido que os investimentos de governo não incidem somente sobre os indivíduos, mas também, de forma maciça, sobre a população. Tudo que se pode saber sobre determinada população é produtivo em termos de governo sobre os outros. Não somente os dados de uma população interessam, mas, inclusive, a determinação de quem a compõe é alvo destes investimentos. Assim, são mapeadas populações cuja constituição tem relação estreita com o tipo de investimento que se pode propor sobre elas; como exemplo disto, pode-se utilizar a constituição de uma população de vulneráveis, simultaneamente objetivo e objeto dos projetos sociais esportivos.

⁷³ Todos os fragmentos de texto extraídos de Burchell (1996) estão neste texto citados a partir de tradução livre do inglês.

A importância de se conhecer tudo que for possível sobre determinada população não é uma novidade. A cumplicidade demonstrada por Foucault entre a invenção das ciências estatísticas e as racionalidades modernas de governo aponta para isto. O que é novo é o tratamento do social a partir de indicadores empresariais como: cálculo de riscos, retorno de investimentos, indicadores de resultados, avaliação quantitativa, metas de produtividade, etc. Tais indicadores aparecem em editais⁷⁴ de seleção para financiamento de projetos sociais, na elaboração e na avaliação da pertinência dos mesmos que são endereçados a determinadas comunidades que se constituem, entre outros fatores, a partir destes indicadores.

Se, de maneira rápida, discorre-se sobre a invenção do social ou da sociedade como uma maneira diferente de situar (situar) este terreno, Rose (2007), por sua vez, fala-nos da morte do social – o que não equivale às teses de morte ou fim da sociedade – ou de estratégias não sociais e de uma reconfiguração do território de governo. Para falar da morte do social, o autor identifica um deslizamento da noção de sociedade como algo a ser governado como tal, para a noção de comunidade em que os pertencimentos aparecem menos borrados e a atividade dos indivíduos parece estar mais próxima de suas necessidades. Neste deslizamento, o que aparece é justamente a atividade do indivíduo nas questões de governo. Isto não quer dizer que o termo comunidade seja novidade no pensamento político; a novidade fica por conta do fato deste ter-se tornado governamental. Trata-se, então, do “governo através da comunidade”.

No hay duda de que una serie de otros cambios locales en el vocabulário em sitios diversos contribuyó al surgimiento de la comunidad como um antídoto alternativo válido o, incluso, como la cura de los males para los que *lo social* no tuvo respuesta –es más, para los males propios de *lo social*. (ROSE, 2007, p.119) [...] Sin embargo, la influencia de “lo social” sobre nuestra imaginación política se está debilitando. [...] Mientras nuestras autoridades políticas, profesionales, morales y culturales todavía hablan felizmente sobre la “sociedad”, su significado y la preeminência ética de este término está bajo cuestionamento: “la sociedad” es percibida como desintegrada en una variedad de comunidades éticas y culturales, con lealtades incompatibles y obligaciones inmensurables. (ROSE, 2007, p.146)

A(s) comunidade(s), em termos de governo, passa(m) a constituir, para as necessidades locais, o que a(s) população(ões) constitui(em) para a sociedade em geral.

⁷⁴ Editais da Petrobras e de seleção de projetos do Ministério do Esporte, como SEGUNDO TEMPO e PELC, são exemplares da utilização destes indicadores, relacionados não só para justificá-los, mas também como critérios de seleção das propostas a serem apresentadas.

Como se trata de governar cada indivíduo, as lealdades a que este está vinculado, ou melhor, que o vinculam a outros tantos, constituem o que poderíamos denominar “populações menores”, que precisam ser conhecidas, descritas, medidas, para fins de governo. Assim não somente o Estado, mas cada indivíduo e as comunidades a que mantém algum tipo de pertencimento são responsabilizados.

Devemos considerar, em uma discussão sobre comunidade, as advertências de Bauman (2003). Este autor ajuda-nos a pensar o deslocamento da noção de “todo social” para comunidade, seja em termos identitários de pertencimento ou de configurações espaciais que buscam segurança. Não é difícil identificarmos este deslocamento, tanto no fato de indivíduos pertencerem, ao mesmo tempo, a diferentes comunidades (comunidades identitárias), como em comunidades geográfica e fisicamente fechadas em torno de si mesmas, de maneira a “garantir” um pouco de segurança (condomínios fechados, por exemplo). Aí, não é mais o bairro, a cidade, a nação que configuram um “todo social” que nos organiza e deve ser governado, mas, sim, comunidades que aproximam os indivíduos por seus interesses, de maneira menos dependente de categorias como nacionalidade, por exemplo.

Responsabilizações

Entre a responsabilização da sociedade e do Estado pelo governo das populações e esta reivindicação contemporânea de que o sujeito seja ativo no seu próprio governo, identifica-se outra situação paradoxal em que se manifesta a desintegração do social, que Nikolas Rose (2007) diagnostica.

De um lado, a sociedade civil é comumente caracterizada como “aquilo” que não faz parte do Estado. Esta pode ser considerada como espaço “de exercício da civilidade”, “da cidadania”, “de participação”, propício à “emancipação social” e ao “desenvolvimento da autonomia”. Entre os defensores do termo “sociedade civil”, nesta perspectiva, apresentam-se várias interpretações:

desde aqueles que utilizam o termo como processo de privatização, implicando a expansão do mercado e a limitação do Estado, até liberais da corrente humanista, que atribuem como espaço da sociedade civil o processo de aprofundamento da participação comunitária em projetos públicos, aumentando a performance do governo e sua aceitação pública. Outros advogam como sinônimo de civilidade. Recentemente observa-se, no ocidente, o crescimento da interpretação da sociedade civil como aperfeiçoamento dos processos deliberativos democráticos, para criar mais espaço público. (GOHN, 2005, p.62)

Entretanto, é comum depararmos-nos com análises e interpretações que colocam em oposição Estado e sociedade civil, o que pode escamotear as relações de poder heterogêneas que se desenvolvem entre ambos e no interior de cada qual. Não menos comum é o anúncio e a utilização de termos como cidadania, emancipação, conscientização, participação, democratização, operando como representação unívoca de uma situação apoiada na realidade e referentes, eles mesmos, a interpretações “verdadeiras”, acordadas e muito bem definidas.

De outro lado, o Estado investe na sociedade e no indivíduo no sentido de responsabilizá-los. Se Foucault (2006) localiza, a partir do século XVI, um processo de governamentalização do Estado ou estatização das formas de governo, em que a preocupação não é mais com o território, mas, sim, com as coisas a governar, pode-se anunciar, atualmente, um processo de desgovernamentalização do Estado, acompanhando o que Rose (2007) indica como sendo a morte do social. No entanto, isto não significa que o Estado abra mão de governar. O que Rose (2007) evoca com “desgovernamentalização do Estado” são arranjos nas estratégias e técnicas de governo que respondam principalmente às críticas dirigidas a uma racionalidade segundo a qual o Estado “governa demais”.

Isto se explica porque o governo dos indivíduos, antes designado ao chefe de família e principalmente aos soberanos, passa a ser tarefa do Estado, que assume a responsabilidade de conduzir as condutas dos indivíduos para melhor gerir as populações. O Estado foi governamentalizado, desenvolvendo e aprimorando, a partir de então, tecnologias de governo não mais dos súditos, mas dos indivíduos que compõem as populações. Desta maneira, pode-se trabalhar com a hipótese de que os investimentos de diferentes ordens, feitos na área social, via sociedade civil, têm acarretado certa desgovernamentalização do Estado com transferência de responsabilidades para a própria sociedade civil. Pode-se dizer que, entre as ações que se organizam a partir desta matriz, localizam-se os projetos sociais propostos por variadas iniciativas e dirigidos a determinados indivíduos.

Neste sentido, o que se denomina responsabilidade social⁷⁵ apresenta-se como possibilidade de proposição e desenvolvimento de ações sociais por parte de empresas

⁷⁵ Expressão atualmente em evidência, que mantém relações principalmente com as corporações empresariais, daí existir, também, a expressão Responsabilidade Social Corporativa. Entre alguns dos

privadas, muitas vezes, vinculadas à melhoria da sua imagem, pelo envolvimento delas em programas ou projetos sociais. Com a proposição de uma Lei de Responsabilidade Social, em tramitação no espaço legislativo nacional, anuncia-se a regulamentação de uma desresponsabilização do Estado em relação ao controle e à minimização de impactos à sociedade. Iniciativas como esta demonstram este “jogo” estratégico no qual estão envolvidos o Estado, o que tem sido denominado sociedade civil e os indivíduos⁷⁶ que compõem as populações ou comunidades. Em termos de governo, estas estratégias de responsabilização do social podem ser inscritas em dispositivos biopolíticos.

Tais dispositivos foram descritos e analisados por Foucault desde os desenvolvimentos sobre o biopoder⁷⁷, a partir de *Vigiar e Punir* e, principalmente, das páginas finais da *História da Sexualidade I*, até os desdobramentos publicados em língua portuguesa⁷⁸ no *Nascimento da Biopolítica*. É certo afirmar que muito aconteceu desde as análises empreendidas por Foucault; por isto, o que se vislumbra é a montagem de um quadro analítico pelo qual se possa fazer passar este acontecimento, que é a proliferação da oferta de projetos sociais esportivos na contemporaneidade, levando em conta os desdobramentos dos dispositivos biopolíticos.

Segmentação dos seres vivos – produção de populações de vulneráveis – vulnerabilização

Nos projetos sociais analisados, pelo menos na maioria deles, crianças e adolescentes, ditos em situação de vulnerabilidade social ou risco social, são colocados como alvo de ações de governmentação. Como se existisse um estado, ou situação estável e muito bem definida, reconhecidos como referentes às expressões “vulnerável” e “em risco” ou “de risco”. Nesta pesquisa, pretende-se inverter a noção que dirige ações programadas a indivíduos localizados em situação de vulnerabilidade, para a tese de que os discursos posicionam, constituem os sujeitos vulneráveis, ou seja, transformam indivíduos alvo de

projetos que compõem nosso *corpus* investigativo, os seguintes correspondem a este tipo de característica: *Fertilizando Talentos* (Yara do Brasil) e *Formando Craques* (Quip).

⁷⁶ Autores como Elias (1994) e Castel (2010) argumentam que vivemos contemporaneamente em uma sociedade dos indivíduos, ou de indivíduos, suspeitando inclusive (o segundo), que não restaria mais do que apenas indivíduos.

⁷⁷ Trata-se de um poder que se exerce agora sobre a vida de uma população diferentemente, ainda que neste se apoie, do poder disciplinar que visa o corpo do indivíduo. Um poder que não mais “faz morrer”, mas, sim, “faz viver”.

⁷⁸ A publicação recente (2008), em língua portuguesa, dos Cursos do *Collège de France*, ministrados por Michel Foucault, nos anos 1977/1978 e 1978/1979, facilitou o acesso aos seus últimos desenvolvimentos sobre regulação das populações (FOUCAULT, 2008b) e dispositivos biopolíticos de governo (FOUCAULT, 2008a), possibilitando análises revigoradas sobre estas temáticas.

determinadas políticas e programas sociais em sujeitos posicionados num Estado que se afasta da normalidade. Desta forma, tais políticas, programas e projetos funcionam como tecnologias de governo, não necessariamente vinculadas ao Estado, que constituem uma população de vulneráveis para fins de governo, ou seja, “para se governar uma população é necessário isolá-la como um setor da realidade, identificar certas características e processos próprios dela, fazer com que seus traços se tornem observáveis, dizíveis, escrevíveis, explicá-los de acordo com certos esquemas explicativos. (ROSE, 1998, p. 36-37)

Antes de se constituírem como população ou comunidade, os vulneráveis são infames, estão por acaso dispersos. Só “aparecem por um instante à luz” (VEIGA-NETO, 1995, p. 19), quando capturados por programas ou projetos sociais. A este processo de captura e segmentação dos seres vivos em “populações menores” ou comunidades denominamos vulnerabilização.

As discussões acerca de estados ou situações de vulnerabilidade social⁷⁹ são datadas e localizadas no final do século XX. A partir delas, nesta pesquisa, trabalha-se com a tese de que muito mais do que se dirigir a um referente (individual ou populacional) em estado de vulnerabilidade, os projetos sociais vulnerabilizam cada indivíduo que é convocado, selecionado e cadastrado para o desenvolvimento de suas ações. Desta maneira, indivíduos passam a ser identificados e “contabilizados” como constituindo uma população ou comunidade (ROSE, 2007) de vulneráveis.

Educar e governar

Por fim, o empreendimento que visamos é pensar os projetos sociais como, ao mesmo tempo, técnica e estratégia, já que educar e governar parecem ser o que movimenta a proliferação desses projetos. Por isto, tomá-los como “coisas” em termos de educação e de governo.

Neste sentido, a análise destas “coisas” diz respeito à educação, porque desloca, da escola, alguns mecanismos de correção e salvação do humano que deveria existir em cada um de nós e porque se apropriou do pedagógico no que este tem de promessa e prescrição para alcançar resultados “seguros”. O que se manifesta nas intervenções fora⁸⁰ da escola

⁷⁹ Encontra-se, em Silva (2008), discussão acerca do conceito vulnerabilidade social: de como se chegou a esta expressão e a que se refere em termos linguísticos.

⁸⁰ Assim, podemos afirmar que se trata de educação não formal, considerando autores como Gohn (2008), Park e Fernandes (2005), Park, Fernandes e Carnicel (2007), Simson, Park e Fernandes (2001) e Trilla,

carrega consigo muito do projeto moderno pedagógico vinculado e construído a partir desta. Logo, talvez seja mais apropriado, quando nos referirmos ao educativo dos projetos sociais, tomá-los como “coisas” de educação não escolar, mesmo considerando novas polêmicas que tal posicionamento pode causar.

Os projetos sociais, além de serem coisa de educação, são de governo. Um governo em que se correlacionam e combinam técnicas e estratégias disciplinares, e outras de ação de um(uns) sobre a ação do(s) outro(s) no governmentamento das condutas dos indivíduos e das populações. Governo ligado a uma razão política de Estado que não mais é controlada somente por este. Neste sentido, as técnicas, ou esta tecnologia de governo, foi desestatizada ou apropriada pela sociedade, onde o Estado ocupa seu espaço. Antes é de um governmentamento muito mais da regulação do que do controle coercitivo, está mais do lado da normalização biopolítica do que da normação⁸¹ disciplinar.

Isto fica demonstrado, para esta pesquisa, nas diferentes “origens” dos projetos sociais, produzida a partir de uma topografia que encontra e localiza os indivíduos no espaço⁸² e uma cartografia que mapeia os estados ou situações de vida⁸³ destes indivíduos. Governmentamento, vulnerabilização e educação não escolar produzem, mapeiam, posicionam indivíduos como vulneráveis e desta maneira estratificam ou segmentam uma população de vulneráveis que “necessitam” ser retirados desta condição. Para governar, vulnerabiliza-se. O esporte, a dança, a música e outras manifestações culturais têm sido apropriadas como meio para estes fins.

Proyectos Sociales Deportivos: Vulnerablización y Gobierno

RESUMEN: Este texto analiza los proyectos sociales y deportivos en funcionamiento en la ciudad de Rio Grande-RS. Partiendo de interrogaciones sobre el “social” de estos proyectos, son abordadas algunas de sus dimensiones como: la responsabilidad de la sociedad y del individuo, las posibilidades de intervención en educación no formal, y el proceso de segmentación de una población de individuos nombrados como vulnerables – “vulnerablización”. Tales dimensiones, en este estudio, constituyen estos proyectos sociales como estrategias y tecnologías de governmentamento de estas poblaciones.

Palabras claves: Proyectos de Inversión Social .Deporte.Vulnerabilidad Social . Programas de Gobierno

Ghanem e Arantes (2008), que trabalham com a divisão de educação formal, não formal e informal para designar o âmbito e a maneira onde e como funciona.

⁸¹ Michel Foucault (2008b) estabelece esta distinção, associando *normação*, mais ao exercício do poder disciplinar, e *normalização*, mais aos processos de subjetivação em relação às normas.

⁸² Nas periferias, nos arredores, nas margens urbanas do desenvolvimento.

⁸³ Em risco, pobres, sem moradia, sem renda, sem educação etc.

Social Sportive Projects: Vulnerabilization and Government

ABSTRACT: This text analyzed the social sportive projects in action in the city of Rio Grande-RS. Starting from interrogations about the “social aspect” of these projects, we approach some of their dimensions like: the society and the individual responsabilization, the possibilities of intervention in non-formal education, and the segmentation process of a population of individuals named as vulnerable – “vulnerabilization”. Such dimensions, in this study, constitute these social projects as strategies and technologies of government of these populations.

Keywords: Social Investment Projects . Sports. Social Vulnerability Government Programs

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURCHELL, Graham. Liberal government and techniques of the self. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. *Foucault and political reason: Liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: Chicago University Press, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Coleção Ditos e Escritos, , 2006. v.4

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, M.. Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento. *Movimento (ESEF/UFRGS)*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 105-122, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2836/1449>>. Acesso em: 17 Ago. 2011.

MELO, M.. A Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. *Movimento (ESEF/UFRGS)*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 89-106, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2884/1498>>. Acesso em: 17 Jun. 2011.

PARK, Margareth; FERNANDES, Renata Sieiro (Org.). *Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas: UNICAMP/CMU; HOLAMBRA, São Paulo: Editora Setembro, 2005.

PARK, Margareth; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo (Orgs.). *Palavras-chave em educação não-formal*. Campinas: UNICAMP/CMU; HOLAMBRA, São Paulo: Editora Setembro, 2007.

ROSE, Nikolas. Governing “advanced liberal democracies”. In: BARRY, A.; OSBORNE, T.; ROSE, Nikolas. *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago, Chicago University, 1996. p. 37-64.

ROSE, Nikolas. ¿La muerte de lo social?: Re-configuración del territorio de gobierno. *Rev. argent. sociol.*, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 113-152, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-32482007000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 17 Jun. 2011.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.30-45.

SILVA, Maurício Roberto da. *Esporte, educação, estado e sociedade*. Chapecó: Argos, 2007.

SILVA, Rose Méri Santos da. *O discurso da vulnerabilidade social e os processos de constituição dos sujeitos “asematizáveis”*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, FURG, Rio Grande, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; PARK, Margareth; FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs.). *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas: Unicamp/ Centro de Memória, 2001.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria Amorim. *Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, G. e PORTOCARRERO, V. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 179-217.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NAETO, Alfredo. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 13-34.

VIANNA, J., LOVISOLO, H.. Projetos de Inclusão Social através do esporte: notas sobre a avaliação. *Movimento (ESEF/UFRGS)*, Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 145-162, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/5190/5583>>. Acesso em: 17 Jun. 2011.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

Os projetos
sociais
esportivos e o
paradoxo da
vulnerabilidade
e do “social”

Texto 06

Neste texto, trato, em termos de paradoxos, os modos de aparição e ativação das noções/expressões vulnerabilidade e “social”. Os projetos sociais esportivos se propõem a funcionar a partir de elementos como estes, entretanto, as “condições” ou “situações” consideradas vulneráveis são tomadas por esses projetos de forma homogeneizadora e reduzem o “social” de toda a sociedade a segmentos desta.

Ementa:

A vulnerabilidade e o “social” nos PSE; Os modos de aparição das noções/expressões vulnerabilidade e “social”; Usos e abusos da vulnerabilidade e do “social”; Os vulneráveis: segmento do “social” – o “social” não é toda sociedade; Vulnerabilização e segmentação do “social”, eis o paradoxo.

Neste texto, retomo, com mais vagar, alguns elementos já anunciados em outras partes da tese⁸⁴. Entre estes elementos, destaco uma discussão dos usos abundantes que os projetos sociais mapeados fazem das noções de “vulnerabilidade” e do adjetivo “social” que é, por estes projetos, “colado” a esta noção como também é às expressões inclusão, transformação, integração.

Assim, dedico-me a precisar estas noções a partir do uso que faço delas para pensar os PSE e, após demonstrar o que defino, ora como “modos de aparição”, ora como “ativações” nos projetos. Isto tudo para retomar o que identifico como central nesta tese: que esses projetos mais do que se dirigirem aos indivíduos em estado/área/situação/grau de vulnerabilidade “social”, funcionam para vulnerabilizá-los, ou seja, nomeá-los, identificá-los, estratificá-los, segmentá-los como vulneráveis. Por isto, pensar vulnerabilização como um processo correlato à proposição e os funcionamentos destes projetos.

Em relação ao “social”, que estes projetos “ativam” a todo o momento, é possível tratá-lo em termos de paradoxo, se o concebermos, em primeiro lugar, como uma invenção e, em segundo lugar, constatarmos, pelo que nos demonstram os documentos dos projetos e as entrevistas realizadas com seus proponentes, que o “social” não se refere a toda a sociedade, mas àquela, parte desta que é alvo de suas intervenções, que é vulnerável, que merece ser atendida, que deve ser atingida. Trata-se, então, de um “social” parcial, segmentado, produzido por esses projetos e que parece facilmente aceito desta maneira.

Se tomar o que Larrosa (2004) nos indica, em relação à tarefa do ensaísta, posso dizer que o ponto de partida deste texto não se localiza em um marco zero da escrita. Sua localização no corpo da tese é justamente no meio. Não por que está entre o início e o fim da mesma, mas porque, em termos de pensamento-escrita, nos encontramos sempre no meio. Sendo assim, ensaiar sobre a proliferação dos PSE implica tomar o que esses nos indicam em suas formulações e decidir sobre tais indicações, que caminhos tomar. No entanto, se me dedico agora (no meio) a escrever sobre isto ou aquilo, não quero dizer que tais *insights* não me acompanham já há algum tempo, no pensamento-escrita. Reconheço que as decisões a serem tomadas não dependem somente da vontade de quem ensaia, mas, talvez, muito mais dos movimentos do pensamento. Foi assim que, tomando os diferentes

⁸⁴ Especialmente no Texto 05: *Projetos Sociais Esportivos: Vulnerabilização e Governo*.

usos das noções⁸⁵ de vulnerabilidade e do “social”, que é feito por esses projetos, foi possível pensá-los como constituindo um estado paradoxal e dedicar-me a pensá-los desta maneira.

A vulnerabilidade e o “social” nos PSE

No bojo desta pesquisa, ao colocar em funcionamento uma operação que nomeiei de cartográfica⁸⁶, mapeei, em Rio Grande-RS, vinte e nove (29) projetos sociais esportivos nos anos 2009 a 2011. Este dado, além de demonstrar a proliferação de iniciativas desse tipo na cidade, aponta, em termos quantitativos, o quanto tem sido utilizado contemporaneamente a noção de vulnerabilidade para justificar empreendimentos como os projetos sociais, já que, desses projetos mapeados, vários lançam mão desta noção em seus documentos. Desconfiar do seu uso simplificado e, ao mesmo tempo, considerar que, ainda que não seja “ativado” como uma noção definida pelos proponentes dos projetos, constitui-se produtivamente como referindo-se a uma “realidade” (estado/situação/grau/área). A isto dedicar-me-ei neste texto. Daí decorrem algumas perguntas que visam problematizar aquilo que parece ser tomado como já pensado, já dito e, assim, aceito sem maiores problemas. Que sentidos são “ativados” pelos textos dos projetos mapeados para referir-se à vulnerabilidade? O que é o “social” dos PSE? Como esses projetos visam atingir ou se encontram com os “vulneráveis”? Ou seja, como esses projetos visam funcionar numa condição diagnosticada por mim como paradoxal?

Apresento logo o que, para mim, constitui-se em paradoxo. Tem-se nos documentos dos projetos mapeados, noções que visam adjetivar, qualificar, nomear, identificar o que venha a ser a população-alvo desses projetos, assim como estas também são usadas/aparecem para enumerar os objetivos ou missão de tais projetos. Aparecem termos que remetem para diferentes usos da expressão vulnerabilidade, ou seja, o público-alvo dos PSE deverá, segundo os planos dos projetos, ser constituído por indivíduos vulneráveis. Primeiro paradoxo: quem se autoneia, se identifica, se representa por esta palavra – vulnerável? Quem diz para si mesmo e para os outros: “eu sou um vulnerável” e, a partir disso, candidata-se a compor o público dos PSE? Não são os PSE que identificam

⁸⁵ Preferi utilizar expressões como noção e termo a conceito, porque nos documentos da maioria dos projetos vulnerabilidade, social e vulnerabilidade social não são abordados no nível conceitual. Aliás, apesar destes constituírem conceitos, uma vez que introduzem uma perspectiva analítica, parece que, nos documentos esses não são apropriados em quanto tal, uma vez que, em muitos deles, não é explicitado seu significado.

⁸⁶ No *Texto 02: Mapeando os projetos sociais esportivos a partir de uma cartografia rizomática*, que compõe o corpo desta tese, caracterizo a operação cartográfica a qual me refiro aqui.

determinados indivíduos da sociedade, nomeando-os como vulneráveis, pela(s) condição(ões) em que se encontram ou que correm o risco de serem colocados? Neste sentido, os PSE são mecanismos, entre outros, que vulnerabilizam aqueles indivíduos que visam atender/atingir. Os PSE, que afirmam visar os indivíduos vulneráveis da sociedade, submetem-nos paradoxalmente a um processo de *vulnerabilização*.

Segundo paradoxo: não é qualquer vulnerabilidade que é evocada pela maioria desses projetos. Vulnerabilidade “social” é o problema/estado/condição a ser combatido pelos mesmos. Não se trata somente de “descobrir”, ou melhor, constituir indivíduos como vulneráveis; ao “se encontrar”, “colocar a mão sobre”, identificar os vulneráveis. Correlato aos registros de inscrição dos candidatos, dos selecionados, dos cadastrados, constitui-se uma população de vulneráveis, que não é mais um público, como quando ainda eram alvo. Os vulneráveis “sociais” não detêm só uma vulnerabilidade individual ou pessoal, que os sujeita a condições de direitos “a menos” e os situa numa “região” de risco, de provável risco, de probabilidade de vir colocar alguém em risco. A expressão vulnerabilidade “social” remete à noção de que é a sociedade o que está em risco. Assim, esta população que os PSE constituem para intervir sobre ela, não equivale quantitativamente ao “social”, mas a parte do mesmo. Os PSE colocam em curso uma *segmentação da sociedade* para intervenção, mas o risco maior parece estar sempre ao lado da sociedade. Assim, diferentes sentidos de vulnerabilidade e diferentes sentidos de “social” aparecem nos projetos ou são “ativados” pelos mesmos.

Vulnerabilização e segmentação da sociedade são efeitos paradoxais do funcionamento desses projetos, e desta maneira, dois paradoxos podem ser identificados se tomarmos seus funcionamentos em suas singularidades. No primeiro, a constituição de um indivíduo(s) vulnerável(eis) e, no segundo, a segmentação da sociedade/do “social”, constituindo, demarcando, uma população de vulneráveis. Entretanto, pode ser considerado um único paradoxo, se tomarmos a forma como estão conectados, implicados e como são “ativadas”, as duas operações no funcionamento dos projetos. Como se os indivíduos a quem os PSE se dirigem, ou visam atender, portassem certa virtualidade⁸⁷ que

⁸⁷ Michel Foucault utiliza em dois sentidos a noção de virtualidade. Num destes, quando aborda a noção de periculosidade, afirma que “o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam” (FOUCAULT, 1996, p. 85). Em outro, tratando das lutas que põem em questão o sistema geral de poder, indica que “o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível” (FOUCAULT, 1988, p. 136). O uso que é feito, neste texto, carrega um pouco de cada

só ganharia contornos de realidade quando registrados junto aos mesmos, donde vulnerabilidade não é algo que se possa “usar”, fazer aparecer, sem que seja necessário descrevê-la naquilo que a caracteriza em cada caso. O que farei, então, é descrever como isto se explicita nos PSE mapeados.

Os modos de aparição das noções/expressões vulnerabilidade e “social”

Já indiquei como paradoxal a maneira como se dá esta equação: de um lado, os projetos que visam atingir os indivíduos que são considerados em estado/situação ou estão sujeitos à vulnerabilidade; de outro, os indivíduos que não se nomeiam como vulneráveis apesar de serem alvo daqueles projetos e de se “enquadrarem” em algumas das situações previstas por esta noção. A equação se resolve somente se estabeleço uma equivalência entre a noção vulnerabilidade e um estado que pode ser reconhecido pelos indivíduos como representando determinada(s) “realidade(s)” e expresso por este termo. Com isto, quero afirmar a quase impossibilidade da noção e do termo vulnerabilidade nomear realidades tão heterogêneas como as em que os indivíduos se encontram. Isto porque o termo vulnerabilidade tem sido utilizado para referir as situações de perigo, insegurança, fome, risco de morte, defasagens em termos de saúde, educação; enfim, àquilo que nos acostumamos colocar sob o “guarda-chuva” do risco “social”, da indignidade humana ou da não garantia de atendimento de direitos⁸⁸.

Considerando que as noções vulnerabilidade e “social” e, com maior incidência, vulnerabilidade “social”, aparecem na maioria dos projetos mapeados, em destaque abaixo, demonstro literalmente a maneira como estas são “ativadas” nos PSE:

O Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB, situadas em capitais, regiões metropolitanas e territórios marcados por situações de vulnerabilidade social, que requerem a convergência prioritária de políticas públicas. (MAIS EDUCAÇÃO, p. 6)

Promover projetos que atuem como facilitadores na conscientização individual e coletiva de adolescentes em situação de vulnerabilidade social (...) (PROJOVEM, 2008).

O público-alvo deste Projeto são as crianças e adolescentes do BGV [Bairro Getúlio Vargas], de 05 a 18 anos, que se encontram em risco social, devido à falta de opções de lazer e ocupação no seu dia a dia, o que os coloca numa posição de vulnerabilidade e exposição ao tráfico de drogas e à criminalidade. [...] O Projeto Craque Cidadão é uma ferramenta a serviço da segurança pública (...) (PROJETO CRAQUE CIDADÃO - BGV)

um destes sentidos, ou seja, refere-se ao que está por vir tanto em termos de perigos prováveis como de potencialidades de vida.

⁸⁸ Tenho utilizado ao longo desta tese, a expressão direitos “a menos” para referir uma “condição” como esta em que direitos preconizados não são garantidos.

Procurar evidenciar bons exemplos, distanciando-os assim de drogas entre outros problemas sociais. (PROJETO SEMEAR, 2009)

O programa atua no sentido prioritário de amenizar a exposição dos alunos da rede pública municipal de ensino a situações de risco social, promovendo a melhora na qualidade de vida pela representação de novas demandas de forma positiva, fundamentando referenciais que se expressam através de valores cidadãos com vistas a diminuir a violência nas escolas. [...] O projeto atuará no contraturno, cujas atividades têm mostrado extremamente positivas aos alunos. O primeiro grande benefício, é que elas evitam as crianças e adolescentes fiquem desocupados, estando assim mais suscetíveis a situações de vulnerabilidade. [...] contribuindo para a formação integral e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, pessoais, interpessoais e culturais, bem como colaborando para a mobilização, envolvimento e comprometimento da comunidade escolar na inclusão social, na tentativa de amenizar a exposição a fatores de risco social. (PROJETO INTEGRAÇÃO)

“A situação de carência deles é realmente grande, não só financeira, não só a falta de alimento, de um certo conforto, mas de perspectiva também (...)” (PROJETO FERTILIZANDO TALENTOS, P. 14 – Fala de uma colaboradora)

“(...) pretende diminuir a vulnerabilidade social de crianças e jovens provenientes do bairro, envolvendo também as famílias, que são as responsáveis diretas pela melhor formação dos mesmos.” [...] “Este projeto visa beneficiar oitenta crianças e adolescentes, entre meninos e meninas, moradores do bairro Santa Tereza, na faixa etária dos 09 aos 17 anos, que encontram-se em situações de risco como pobreza, fome, prostituição, drogas, falta de moradia e outros.” (PROJETO SIRI-PATOLA, 2008)

“Contribuir para a formação do cidadão crítico e participativo, por meio do processo educativo do esporte, favorecendo o desenvolvimento de comunidades de baixa renda.” (PROJETO NÚCLEOS JOVEM DE ESPORTE, 2009)

“(...) a vulnerabilidade social das famílias com seus filhos desamparados e sendo alvo das drogas, prostituição, crime e outros riscos; (...)” [...] “Este trabalho visa diminuir a vulnerabilidade social de crianças e jovens residentes no bairro Santa Teresa e Vila Mangueira, e estabelecer um elo de ligação entre o desenvolvimento sócio-afetivo, a violência social, o papel dos pais e os professores no processo de socialização de crianças com o propósito de auxiliar e orientar as crianças e jovens que encontram-se em situações de risco.” [...] “sessenta crianças e adolescentes, entre meninos e meninas, moradores do bairro Santa Tereza e Vila Mangueira, na faixa etária dos 09 aos 13 anos que encontram-se em situações de risco como pobreza, fome, prostituição, drogas, falta de moradia e outros.” (PROJETO FORMANDO CRAQUES, 2009)

“A implementação do projeto não se justifica com a ideia de formação de novos craques do esporte, mas sim, ampliar o acesso ao esporte como uma política social de desenvolvimento pessoal.” [...] “Difundir a prática de esportes e atividades de lazer, contribuindo para a conscientização e manutenção dessas práticas em benefício da saúde e melhoramento da qualidade de vida, bem como da transformação social.” [...] “prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.” (PROJETO INTEGRAÇÃO, 2011)

“(...) afastar os alunos dos problemas que os rodeiam, como a criminalidade, violência, e principalmente das drogas, as quais estão muito perto do meio em que vivem até mesmo dentro de suas famílias.” (PROJETO PUNHOS DA ESPERANÇA)

“A proposta visa minimizar o paradoxo existente entre a prática de esporte e lazer e a condição peculiar da comunidade policarenciada, proporcionando um intercâmbio de culturas corporais dos valores das diferenças econômicas entre os diversos grupos sociais de cada bairro.” [...] “atender aos direitos da comunidade rio-grandina relativos ao esporte e lazer, buscando também a solução das questões sociais pertinentes a cada bairro e ao município.” (PROJETO SEGUNDO TEMPO-SMTEL/PMRG)

“Este projeto tem a visão do esporte como inclusão social, conforme preconiza a lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, no seu artigo 3º parágrafo II. A sociedade vem sofrendo violência no seu dia a dia com carências básicas de jovens e adolescentes. Julgamos apenas que o poder de políticas isoladas não consegue dar conta de tantas situações de risco, especialmente quando se trata do menor e de suas necessidades.” (PROJETO BASQUETE DE RUA)

“Visando a superação do estado de vulnerabilidade, o resgate social e pessoal destas crianças e adolescentes, bem como a forma de garantia dos direitos, proteção, promoção, desenvolvimento e socialização, a Escola de Orientação Profissional Assis Brasil tem como proposta utilizar a cultura Hip Hop como forma de reação aos conflitos sociais e à violência sofrida pelas classes menos favorecidas da sociedade urbana.” [...] “o Hip Hop tem servido como ferramenta de integração social e mesmo de ressocialização de crianças e adolescentes das periferias, no sentido de romper com esta realidade e é uma abordagem atrativa para o público que pretendemos atingir.” [...] “Inscrever e selecionar 20 crianças e adolescentes para as oficinas, conforme o grau de vulnerabilidade social.” [...] “Evitar que o uso indevido de drogas se instale dentro das famílias já vulnerabilizadas;” [...] “Pretende-se atender 20 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou pessoal que moram nos bairros de entorno da Instituição e que mantenham contato direto ou indireto com drogas.” (PROJETO HIP HOP: SER EM MOVIMENTO, 2009)

“o projeto se autodenomina social pelo fato de buscar atender a crianças e jovens de ambos os sexos em situação de risco ou vulnerabilidade social, visto que o mesmo se apresenta próximo de uma das localidades mais necessitadas da cidade (Bairro Getúlio Vargas).” [...] “O objetivo geral do projeto está na massificação do esporte, ou seja, esporte para todos, junto com isso a apresentação do esporte aos atendidos, além da ocupação do tempo ocioso dos mesmos com a união do desporto e o lazer, bem como o distanciamento da vulnerabilidade.” (PROJETO SEMENTE OLÍMPICA – INVESTIMENTO SOCIAL)

Usos e abusos da vulnerabilidade e do “social”

Operar com a noção de paradoxo dentro dos PSE é produtivo, porque permite, diante de diferentes usos e sentidos para as expressões “vulnerabilidade” e “social”, que não se busque qual o sentido ou significado mais adequado, coerente, correto para abordar heterogeneidades como área, grau, estado, situação, condição e variações disto que podem ser enumeradas como inclusão e integração social, comunidades carentes e policarenciadas e como outras traduzidas em “questões” ou “problemas sociais”, mas que dizem respeito à culpabilização ou criminalização de uma parcela ou segmento da população que, coincidentemente, residem em determinadas áreas previstas⁸⁹, ou encontram-se em condições como desemprego, pobreza absoluta, violência, drogadição, criminalidade etc e estão a um passo de serem consideradas, em seu conjunto, como violentas e criminosas (criminalização da pobreza), logo: perigosas.

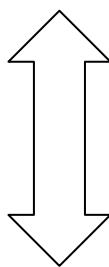
⁸⁹ As “áreas censitárias” como critério de implantação dos núcleos do Projeto Segundo Tempo/SMTEL/PMRG (2011) é um exemplo disto.

Existem mecanismos causais que explicam e disseminam tais explicações, a partir da vinculação entre esses elementos, ou seja, nestes mecanismos, por exemplo, residir em determinada área da cidade significa ser miserável, perigoso, policarenciado, ser posicionado em condição ou situação de risco e vulnerabilidade, ser considerado portador de determinado grau de vulnerabilidade. Mecanismos explicativos como este remetem a certezas do tipo: é lá naqueles bairros que encontramos os vulneráveis que pretendemos “salvar”, e parece que pouquíssimos desconfiam desta vinculação simplificada, que, para mim, se estabelece entre geografia e causas contingentes.

A produtividade de pensar em termos de paradoxo está, no caso dos PSE mapeados, em não aceitar de pronto que: a) existam estes “vulneráveis” necessários do atendimento ou dos benefícios que esses projetos prometem e que, por sua dispersão, podem ser considerados virtuais; b) existam regiões ou áreas geográficas, territoriais, que justifiquem por si só algum tipo de intervenção, quando, por exemplo, se escolhe onde atuará determinado projeto e, desta forma, definimos toda uma concentração de indivíduos como vulneráveis; c) se lide com “social” em termos de problemas ou questões dadas, o que pode tornar evidente que o adjetivo “social” cabe para se referir a populações-problema para a sociedade. Tomar esta vinculação entre PSE e vulnerabilidade social como paradoxal contribui para que não se tome por dado um modo de pensar que reduz o “social” ao seguinte esquema:

ARGUMENTOS/PRINCÍPIOS

PROJETOS>visam atender, atingir, favorecer, beneficiar os indivíduos em estado, situação, condição, área de vulnerabilidade social e individual>PÚBLICO ALVO>os vulneráveis sociais, excluídos, necessários de direitos, carentes e policarenciados>OBJETIVOS DOS PROJETOS>minimizar estas condições e os riscos.



CONSEQUÊNCIAS

PROJETOS>divulgam, selecionam, cadastram, “produzem” indivíduos que são considerados vulneráveis>CONSTITUEM> uma população de vulneráveis para intervenção>DEFINEM> o que “é” o “social” dos PSE.

Um esquema como o esboçado acima restringe em muito os modos de pensar intervenções como os PSE. Ao produzir tal redução, se estabelece uma história baseada numa linearidade inescapável (FARGE, 2011), a não ser por desvio, resistência ou afastamento da medida comum. Desta maneira, os indivíduos não são mais uma virtualidade ou conjunto de virtualidades, já foram atingidos, têm nome e outros dados pessoais registrados, prontos para uso, acompanhamento e controle. De noções vagas e abrangentes como área, estado, situação, grau, quando colocados em funcionamento, os projetos produzem uma “realidade” palpável, gerível, modificável. De uma virtualidade envolta em probabilidades, agora se têm indivíduos “de carne e osso” para “reciclar”, “transformar”, “modificar”, porque são estes os termos que aparecem nos documentos dos projetos. Assim, mesmo quando não associados a indivíduos, mas a determinadas condições ou situações, logo que selecionam seus “candidatos”, esses projetos têm ao seu alcance aquilo que constitui os “perigos sociais”, há muito tempo “identificados” em nossa sociedade: os pobres, os miseráveis, os vagabundos; todos estes, os quais estou tratando como portadores de direitos “a menos”.

Os vulneráveis: segmento do “social” - o “social” dos PSE não é toda a sociedade

Como anuncio em outro texto sobre os PSE⁹⁰, é da vida que se trata, ou melhor, é de “fazer viver” o mais próximo possível do normal. É de normalização da vida que se trata quando nos deparamos com modos biopolíticos de intervenção e planificação sobre a vida dos outros. Afinal, é disto que se trata o tempo todo nos projetos. Mas que vida é esta que merece, ao mesmo tempo, ser “cuidada”, mas “atingida”; atendida, mas regulada; favorecida, mas controlada? É a vida de uns e de outros, mas não de todos. O vulnerável individual só merece um “guardião” quando o “social” está em risco ou manifeste-se uma probabilidade de risco. O segmento de vulneráveis, embora os indivíduos que o compõem não se equivalham em termos das “intempéries” a que estão sujeitos, é reunido em cadastros, numeráveis, conhecidos, identificáveis para ser mais fácil classificá-los, categorizá-los e geri-los, regulá-los, quando for necessário (TRAVERSINI; SAMUEL,

⁹⁰ *Texto 08: Normalização e “fazer viver” nos PSE.*

2009). Os programas assistenciais, como o *Bolsa Família*, fazem exatamente isto: anunciam o “direito”, como vantagem; para isto, cadastram os “favorecidos”, distribuem as “benesses”, recadastram permanentemente, tornam à distribuição. Assim, os que “necessitam” não se encontram mais dispersos. Têm encontro marcado nos dias de atividades dos projetos, no dia da pesagem do Bolsa Família, no dia de receber o auxílio “defeso”, desde que estejam cadastrados e, para isto, de certa maneira, comprovem a necessidade de algum tipo de “proteção”. As intervenções que operam com noções como “favorecidos”, “atendidos” ou “beneficiários”, quando conectadas às missões de “alcançar” o vulnerável e “montar” uma população para agir, visam executar uma tecnologia de imunização dos perigos.

Perigosas são as condições de vida dos vulneráveis ou daqueles que precisam ser incluídos, protegidos, porque foram de algum modo excluídos; perigosos são os próprios vulneráveis, quando não têm condições de “se virar por conta própria”; perigosas são as áreas, regiões, territórios, onde costumam ser “depositados” estes vulneráveis; perigosa é a iminência de encontro com um destes que, por estar exposto, em risco, “me expõe, me arrisca”. A gestão destes perigos, ou riscos se preferirem, que ora é da ordem individual, ora coletiva (“social”), desloca-se, então, para a noção de “atingidos” para se referir àqueles que são o alvo dos PSE. Alvo de intervenções que visam protegê-los destes perigos, mas que também visam proteger a toda a sociedade dos perigos que estes podem lhe impor.

Robert Castel (1998) referiu-se à constituição de uma “sociedade cadastrada”, na qual os indivíduos (não os dos PSE, é óbvio, mas aqueles que deveriam ser assimilados pela assistência social na metade do século XIV), que até então compunham uma “mendicância válida ganha, então, uma nova dimensão.”

Desde há muito tempo existiam necessitados, indigentes, inaptos, carentes e até mesmo indesejáveis de todos os tipos. De agora em diante, vai ser preciso contar com indivíduos que ocupam, na sociedade, a posição de *supranumerários*: não têm nenhum lugar determinado na estrutura social nem em seu sistema de distribuição das posições reconhecidas, nem sequer o que faz dos indigentes assistidos uma clientela integrada. Não por uma identidade de condição, é claro, mas por uma homologia de posição. (CASTEL, 1998, p. 95-96)

Os “cadastrados” pelos PSE, um pouco como os “cadastrados” descritos por Castel, estão dispersos por aí até poderem ser nominados desta maneira. Enquanto não são atingidos pelos projetos, sabe-se que existem, mas são uma virtualidade: compõem algo

que se chama de “social”, mas que de fato é um segmento deste. Poderia pensar em uma sociedade segmentada, esta em que o “social” é uma parte dela. Sociedade e “social”, desta maneira, não se equivalem.

Os trabalhos sociológicos têm se encarregado de colocar o “social” em termos de “questão” ou problema, de abordar ou tentar fazer um desenho dos fatores que estabelecem a questão social ou os problemas sociais, mas poucos dedicam-se aos deslocamentos que produzem novos contingentes do “social”, como o faz Castel (1998). A maneira como valoriza a produção da mendicância, da vagabundagem, dos supranumerários, das proteções e das desafiliações, por exemplo, levaram-me a pensar os PSE como um mecanismo de cadastramento e, desta maneira, de segmentação do “social”, quando identifica, nomeia e cadastra os vulneráveis. Aí, já não se pode mais falar em virtualidade nem em inclusão; nem em termos de indivíduo, nem de população. Os vulneráveis estão agora cadastrados, localizados e constituem uma população ou um segmento disso que nos acostumamos chamar de “social”.

Vulnerabilização e segmentação “social”, eis o paradoxo

Um paradoxo não se explica, não se demonstra; no máximo, o descrevemos. Pensar os PSE em termos de paradoxo é tomá-los no seguinte sentido: os PSE visam atingir, como público alvo, em sua maioria, crianças e adolescentes em “situação de vulnerabilidade social”>>> os vulneráveis estão dispersos em toda a sociedade e, muitas vezes, não se nominam desta maneira>>> os PSE quando selecionam/escolhem os participantes de suas atividades, atribuem vulnerabilidade a indivíduos, a partir de critérios constituidores de uma população: “local” onde vivem (com “grau” baixo de IDH), “condições” sócio econômicas (alimentação, moradia, saúde, educação, segurança), “situações” de direitos “a menos”>>> os PSE constituem uma tecnologia composta de técnicas e mecanismos que operam basicamente de duas maneiras: constituindo “populações menores” de vulneráveis e segmentando aquilo a que nos acostumamos chamar de sociedade, através do “social” que constituem.

Referências

- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se, na escrita e na vida. *Educação e realidade*, Porto Alegre, n, 29 (1), p. 27- 43, jan./jun. 2004.

TRAVERSINI, Clarice; SAMUEL, Edmundo López Bello. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 34 (2), p. 135-152, mai./ago. 2009.

Esporte e
segurança em
uma
“sociedade de
projetos”

Texto 07

Trata-se aqui da estreita ligação que vem sendo estabelecida entre esporte e segurança na proposição de projetos sociais esportivos. Em uma espécie de diagnóstico do presente, consequente com a operação cartográfica de mapeamento dos projetos, descrevemos o que denominamos “condições políticas produtivas” observadas no estado e região para que se fortaleça o tipo de ligação indicada – esporte-segurança. Tal vinculação é evocada como justificativa para ações que visam reduzir a criminalidade e a violência, sendo constatada na maioria dos projetos sociais esportivos já analisados e em funcionamento na cidade, mas não, com a ênfase na intersetorialidade proposta pelo PELC-PRONASCI. Por isto, descrevemos este último, a partir do que consta no sítio do Ministério do Esporte, para, logo a seguir, problematizar o que vem se constituindo, para nós, como uma “sociedade de projetos”, em que este tipo de vinculação, entre outras, é estabelecida.

Ementa:

Condições políticas produtivas; A parceria PELC/PRONASCI; Uma “sociedade de projetos”?

Neste texto, é apresentado um trabalho de diagnóstico. Não como uma futurologia que pretenda prever o que vai acontecer nos próximos tempos, mas como exercício que pode diagnosticar, na atualidade, uma série de condições políticas produtivas que parecem apontar para novos encaminhamentos no que diz respeito às políticas públicas de esporte, lazer e segurança no Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente, na região denominada metade sul do RS.

Tal região vem sendo alvo de investimentos maciços nos últimos anos e configura-se na atualidade, explicitamente, como uma “zona de interesse” para o desenvolvimento⁹¹ estadual e nacional. Concomitantemente a este processo, começam a ser propostos “projetos sociais”, que pretendem dar conta da minimização de um estado de abandono em que a região se encontrava, em termos de políticas sociais. Pode-se então afirmar que a maioria desses projetos têm se justificado em torno de duas “missões”: minimizar a condição de vulnerabilidade e risco social em que grande parte da população é posicionada; e mitigar os impactos de diferentes ordens que estes novos investimentos e empreendimentos podem produzir (e com certeza produzem) na cidade e região. Parte desses “projetos sociais” tem sido estimulada e proposta pelas empresas que aqui estão se instalando. Outra parte tem sua proposição partindo de iniciativas governamentais e individuais.

Mas a proliferação deste tipo de projeto –o social– não é exclusividade desta cidade ou região; estes têm sido propostos em grande quantidade na maioria dos centros urbanos de média e grande concentração populacional no Brasil, tamanha a ênfase que é colocada sobre este tipo de iniciativa e tamanho o estímulo que vem sendo alardeado, pela mídia e pelo Estado, para que a população seja “atendida” em suas “necessidades” e “direitos”, através desse tipo de ação.

⁹¹ A cidade do Rio Grande-RS possui um dos maiores portos marítimos em movimentação de cargas do país. Este fato justifica, em parte, a atenção que a região tem recebido nos últimos tempos. Pelo contato que estabelecem com o mar, a cidade e a região caracterizam-se como “corredor de exportação e importação” de produtos do Brasil e da América Latina, caracterizando-se pelo enorme fluxo de pessoas, seja temporário, como os relativos à própria atividade marítima de embarque e desembarque, seja de maior duração, como o relativo àquelas pessoas que se estabelecem na cidade para grandes empreendimentos, como ocorreu no passado para a construção do “Porto Novo” e tem ocorrido atualmente em torno de uma política de construção naval para a região.

Em uma pesquisa⁹² desenvolvida, apoiada numa operação de mapeamento cartográfico e preocupada com esta proliferação, constatou-se que a maioria dos projetos em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS estabelece ligação entre o uso do esporte e a minimização da criminalidade e violência, ou seja, vincula esporte e segurança, dois dos “direitos sociais” demandados pela população. Com isto, pretende-se dizer que: a) não parece haver dúvida que a disponibilização do esporte como uma das atividades desses projetos e como direito de cada um possa cumprir com esta função; b) não parece haver resistência por parte da sociedade sobre o fato de que estas questões (segurança e outros direitos sociais) sejam tratadas e enfrentadas a partir de projetos advindos em sua maioria de iniciativas individuais ou institucionais e não do próprio Estado; c) parece, a partir destas constatações, estar se constituindo o que mais adiante denomino como “sociedade de projetos” em que se pode situar tanto as ações de programas governamentais como de outros projetos nominados de sociais esportivos.

Paralelamente a estas considerações, estão apresentados mais abaixo os Programas PELC⁹³ e PRONASCI⁹⁴, que pretendem se estabelecer como “políticas de Estado” e que, embora não estejam em funcionamento na cidade, são exemplares⁹⁵ na maneira como indicam, dentro de diversificadas ações e de forma conveniada, o tratamento da questão da segurança. Desta maneira, pretende-se, neste texto, no bojo da operação de diagnóstico, discutir este tipo de vinculação. Para isto, foram identificadas algumas condições políticas produtivas, quase evidências, que permitem tomar-se como certa a disseminação de intervenções promovidas por esta parceria –PELC/PRONASCI– por todo estado do Rio Grande do Sul, especialmente na região em que se localiza a cidade do Rio Grande.

⁹² Trata-se da pesquisa financiada pelo Ministério do Esporte/Rede CEDES, intitulada *Projetos Sociais Esportivos e a Produção de uma Política Pública de Esporte*, desenvolvida pelo Núcleo FURG, em Rio Grande – RS.

⁹³ Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC/Ministério do Esporte.

⁹⁴ Programa Nacional de Segurança e Cidadania – PRONASCI/Ministério da Justiça.

⁹⁵ Damico (2011) analisou determinadas formas de governo da juventude em políticas de segurança pública em duas regiões periféricas escolhidas como *locus* de pesquisa: o bairro Guajuviras na cidade de Canoas-RS e a cidade de *Grigny Centre*, na região metropolitana de Paris (França). Em suas análises sobre o “território da paz” brasileiro, o Pronasci se evidencia como política pública de segurança que “se caracteriza como uma tecnologia de governo. Organiza atividades de modo a (tentar) regular a diversidade da vida juvenil”(P.08). Muito do que aqui está ensaiado foi ativado pela leitura dessa tese.

Condições políticas produtivas

O que foi denominado como condições políticas produtivas não são pistas que inevitavelmente possam conduzir a efeitos inescapáveis, mas sim, anúncios públicos que remetem a um “modo de fazer as coisas” em termos de políticas públicas. Sendo assim, as condições descritas a seguir são tomadas no nível do que é dito, por isto enunciações, sem que para isto seja necessário julgá-las em termos de coerência com promessas feitas por candidatos ou partidos políticos e demandas advindas da sociedade. Pelo contrário, a descrição que apresentada nesta parte do texto tem por objetivo demonstrar um pouco do caminho percorrido para chegar a problematizar, no presente, as relações que estão se estabelecendo entre esporte e segurança. Vamos a elas:

1. Como brevemente anunciado na introdução deste texto, tem-se na cidade do Rio Grande-RS, assim como na maioria das cidades médias e grandes do nosso país, um conjunto de fatores que têm, por um lado, produzido senão um estado pelo menos uma sensação de insegurança na população, associada a altos níveis de criminalidade e violência, números alarmantes de drogadição, exclusão de parte desta população dos postos de trabalho e acesso a bens de direito; enfim, diferentes abordagens ensaiam explicações para este estado de insegurança. De outro lado, assiste-se a isto, quando não se está implicado com as mesmas, iniciativas de diferentes níveis e origens que, através de projetos⁹⁶ ditos “sociais”, dirigem-se a segmentos da população com o objetivo de minimizar este estado ou sensação de insegurança.

2. Constata-se que, na cidade, muito pouco há de políticas públicas para o desenvolvimento do esporte e do lazer, mesmo considerando que a ausência de uma política municipal de esporte e lazer possa ser tomada como “a” política para o setor. Neste sentido, recentemente foi eleito um deputado estadual, pela cidade do Rio Grande, com a promessa de investir no esporte como meio de inserção social. Abaixo está transcrito parte de uma matéria que circulou em um jornal da cidade em que o deputado promete:

lutar pelo desenvolvimento regional, especialmente da Metade Sul do Estado, e pelo desenvolvimento do esporte e lazer como forma de inclusão social e combate à drogadição. [...] Defende o desenvolvimento econômico gerado pelo Pólo Naval junto a uma contrapartida de benefícios sociais. [...] Quanto ao foco no esporte e no lazer, anuncia que vai fomentar o debate sobre o papel dos setores para a inclusão social. ‘É

⁹⁶ Para este estudo, interessam especificamente os projetos sociais esportivos, já que é a partir desses que formulamos algumas das constatações, atenção e argumentação.

importante, neste sentido, a valorização dos pequenos clubes que existem na maioria dos nossos municípios. Eles podem ser uma via muito importante para a inclusão de jovens através do esporte e uma alternativa para turno invertido da escola, contribuindo com espaço para atividades que combatem a drogadição'. [Jornal Agora, 03 jan. 2011].

3. Tem-se, desde o início deste ano, um novo governo estadual, que assumiu sob a premissa de implementar no Rio Grande do Sul uma política para a área da segurança alinhada/inspirada no PRONASCI – Ministério da Justiça, o qual teve como um dos mentores, no nível nacional, o governador eleito. Mais do que isto, já existiam convênios entre o Governo Federal (PRONASCI/Ministério da Justiça) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que foram renovados no início deste ano, bem como diretrizes divulgadas pela imprensa para a elaboração de política semelhante ao PRONASCI, no nível estadual, que será aqui denominada PROESCI⁹⁷ e terá objetivos semelhantes ao do nível ministerial. Associado a este programa estadual foram elencadas 12 (doze) cidades consideradas prioritárias para a implementação de ações relacionadas ao programa em elaboração. Entre estas está a cidade do Rio Grande.

4. Existem no estado do Rio Grande do Sul, quatro cidades atendidas (Alvorada, Canoas, Guaíba e São Leopoldo) por núcleos do PRONASCI. Dentro destes, funcionam, como uma das ações do programa, os projetos PELC/PRONASCI, que estabelecem uma vinculação entre esporte e segurança, nos termos do primeiro ser um veículo para potencializar o segundo. Ou melhor, tal vinculação pode ser tomada como uma das estratégias dentro do Programa para enfrentamento da criminalidade nas comunidades.

Não há interesse, neste texto, de demonstrar se estas condições políticas são consequências da eleição de um deputado estadual da região e do governador do estado, mas buscar, inicialmente, como estão se arranjando, no nível de diagnóstico, estas condições e as soluções prometidas para minimizar impactos vinculados ao desenvolvimento previstos como certos. Constatar a possibilidade de arranjos regionais e locais para a implantação do PELC/PRONASCI ou PROESCI na metade sul faz parte da configuração de uma situação onde a necessidade de políticas públicas que atendam diferentes questões sociais vem sendo respondida pelo estímulo e proposição de projetos e

⁹⁷ Quando elaboramos este texto, ainda não havia sido o aprovado Programa Estadual de Segurança e Cidadania – PROESCI, mas havia indicações sobre seu conteúdo através de matéria jornalística [Jornal Agora, 13 abr. 2011] intitulada “Proesci é apresentado para o governador Tarso Genro.”

aquilo que os caracteriza. A ênfase colocada por nós sobre as ações do PELC/PRONASCI justifica-se pela maneira como nesta parceria/convênio está caracterizada a vinculação entre estímulo à prática de esportes e uma visada minimização dos níveis de sensação de insegurança. A seguir, está descrito, de maneira sintetizada, os propósitos dos Programas PELC e PRONASCI.

A parceria PELC/PRONASCI⁹⁸

O PELC é um programa do tipo finalístico, criado em 2003, implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), do Ministério do Esporte (ME). Seus objetivos são “ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social” e “contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas.”⁹⁹ Nos seguintes trechos pode-se identificar, objetivamente, as pretensões deste programa:

além de proporcionar a prática de atividades físicas, jogos e brincadeiras, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos. [...] A principal justificativa para a consolidação do PELC é a conscientização dos parceiros a respeito da importância do investimento nas políticas públicas de esporte e lazer, no sentido de contribuir para que estas avancem do atual estágio de política de um governo para a dimensão mais ampla de política de estado.

Em visita recente ao portal do Ministério do Esporte, constatou-se que “o problema gerador que ainda hoje justifica a sua [PELC] existência é a desigualdade de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população brasileira.”

Já o PRONASCI¹⁰⁰ desenvolvido pelo Ministério da Justiça. É composto por 94 ações ou projetos que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade e sua principal meta é o enfrentamento da criminalidade no país. Segundo o próprio programa:

⁹⁸ Embora atuem hoje de forma conveniada/parceira, PELC e PRONASCI são programas localizados em ministérios diferentes e que apenas em 2009 passaram a atuar de forma integrada. Nesta parte do texto, caracterizamos os programas, apoiados em passagens retiradas dos sítios oficiais dos mesmos.

⁹⁹ Todos os fragmentos relacionados ao PELC, aqui citados, foram extraídos do portal <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/>. Acesso em: 25 mai. 2011.

¹⁰⁰ Todos os fragmentos relacionados ao PRONASCI, aqui citados, foram extraídos do portal <http://www.portal.mj.gov.br/sndel/pronasci/>. Acesso em: 25 mai. 2011.

O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. [...] Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. [...] Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar. [...] Até 2012, o Pronasci será estendido a todas as unidades federativas, ainda que de forma parcial.

Os dois programas preveem a busca de “parcerias com outros Programas estruturantes da Política Social do Governo Federal, buscando aprimorar o controle social e a intersetorialidade” (PELC) e a celebração de “convênios, contratos, acordos e consórcios com estados, municípios, organizações não governamentais e organismos internacionais” (PRONASCI), para ampliar e garantir a realização de suas ações. Assim, entre outras ações gerais implementadas, a partir de 2009, o PELC foi integrado ao PRONASCI em forma de projeto e hoje opera a partir das seguintes diretrizes:

valorização da diversidade dos sujeitos, dos grupos e das culturas; intergeracionalidade; auto-organização dos sujeitos e grupos; trabalho coletivo e gestão participativa; intersetorialidade; ludicidade; ação educativa crítica e criativa para formação de valores; promoção da cultura da paz (segurança, superação de violências, convivência ética); territorialidade.

Como programa previsto no portal do ME ou como projeto/ação que compõe o PRONASCI, o que se percebe em relação ao PELC são alterações que indicam um movimento na direção das políticas de segurança. Neste sentido, observa-se, em suas diretrizes, a inclusão de itens como “ação educativa crítica e criativa para formação de valores; promoção da cultura da paz (segurança, superação de violências, convivência ética); territorialidade”, que antes não apareciam e que caracterizam o modo de atuação do PELC quando associado ao PRONASCI. Os argumentos que parecem estar aí embutidos para estas alterações são a intersetorialidade e a racionalização de alocação orçamentária. O primeiro destes já está pautado na condução das políticas públicas por parte do governo, ainda que de difícil efetivação. Já o segundo, que não deixa de manter relação com o primeiro, diz respeito à aplicação de recursos que acarretam a ampliação das ações de um ministério (ME), sem que seu orçamento seja ampliado para isto, uma vez que o custeio das atividades do PELC/PRONASCI é bancado pelo Ministério da Justiça. Neste sentido,

está previsto que, “para o desenvolvimento do Programa [PRONASCI], o governo federal investirá R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012.”

Uma das consequências disto parece ser a colocação de um programa (PELC) a serviço de outro (PRONASCI), o que a princípio não é repudiável. Mas, quando se caracteriza uma espécie de submissão de um programa a outro pode-se obter “desvios” do foco e dos objetivos de programas distintos, podendo colocá-los em conflito ou subserviência.

A maneira como está prevista a atuação do PELC, quando em parceria com o PRONASCI, pode ser demonstrada na transcrição de um subitem da ação programática que estabelece o funcionamento dos NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - PELC (ação programática 26670001) nos seguintes termos:

PRONASCI/PELC, para jovens entre 15 e 24 anos, suas famílias e comunidades, que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças, violências e exclusão social a que estão submetidas, com vista à melhoria da qualidade de vida e resgate da auto-estima. São previstas atividades específicas para esta faixa etária como oficina de skate, hip hop, música (de acordo com a cultura local), danças, grafiteagem, *le parcu*, cinema, teatro, etc. e eventos de esporte recreativo e de lazer organizados coletivamente como: mostras, passeios ciclísticos, festivais, encontros temáticos, sessões de cinema e outros.

Parece que nesta parceria são assumidos funções ou efeitos esperados de polícia¹⁰¹, não previstos inicialmente para o programa (PELC). Mas este tipo de movimento não é exclusividade do PELC/PRONASCI. Se, nesta parceria, as articulações são explicitadas de forma evidente, nos projetos sociais esportivos, mapeados pela pesquisa, a vinculação entre esporte e segurança aparece de maneiras variadas, ainda que não de forma tão articulada como no exemplo dos programas descritos. São exemplos disto anúncios como os que se seguem, diretamente ligados aos objetivos destes projetos e que demonstra o quanto também estão “encharcados” deste tipo de vinculação: “afastamento do aluno de drogas e condutas ilícitas [...] devido aos altos índices de violência e criminalidade no bairro” (PROJETO SEMEAR); “O Projeto Craque Cidadão é uma ferramenta a serviço da segurança pública” (PROJETO CRAQUE CIDADÃO); “anteriormente denominado Segurança nas Escolas, foi criado devido à necessidade de reduzir a violência nas escolas” (PROJETO INTEGRAÇÃO).

¹⁰¹ O termo polícia refere-se ao sentido moderno, que Foucault (2008, p. 475) atribuiu ao “instrumento pelo qual se impedirá que certo número de desordens se produza.”

Quando e onde implementados, os programas (PELC/PRONASCI, ou PROESCI?) funcionam através de projetos propostos a partir do Estado e compõem uma rede, um tecido junto a outros projetos, como os mapeados por esta pesquisa. Ocupam pontos em um mapa. Constituem mapas. E se, neste texto, são colocados em evidência os programas PELC/PRONASCI e PROESCI, não é para conferir-lhes maior importância, mas para demonstrar de maneira evidente a articulação do uso do esporte como promessa de segurança (ou paz), quando se efetivam em projetos que são colocados em funcionamento.

Uma “sociedade de projetos”?

Pode-se encontrar, publicado nas produções de Michel Foucault, análises sobre a constituição de: “sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 1987), “sociedade de normalização” (FOUCAULT, 1999), “sociedade de segurança” (FOUCAULT, 2008), “sociedade de controle”¹⁰² (DELEUZE, 1992), que acompanham, nas descrições elaboradas por este autor, deslocamentos nas artes de governar, desde o que ele aponta como a emergência dos Estados modernos. Encontra-se, em outros autores ao longo das últimas décadas, referências à “sociedade dos indivíduos” (ELIAS, 1994), “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1987), “sociedade individualizada” e “sociedade de consumo” (BAUMAN, 2008), em que são descritos mecanismos através dos quais cada vez mais somos individualizados e outros (não exatamente isolados destes) pelos quais tudo vem sendo espetacularizado, consumido e mercantilizado desde o século passado, inclusive e principalmente, a vida. Pode-se dizer que, em suas elaborações, estes autores realizam um diagnóstico de seu tempo. Indicar aqui de forma muito rápida estas “sociedades” está implicado em trabalhar com a noção de que um tipo de sociedade não substitui ou é plenamente substituído por outro e que tecnologias, estratégias, técnicas sobrepõem-se, arranjam-se de diferentes maneiras em distintos espaços e tempos.

De outro lado, ao que neste texto está denominando por “sociedade de projetos”, não é outra coisa senão um exercício em termos de hipótese para futura análise. Talvez não passe de um ensaio sobre o modo que vivemos, somos interpelados, intervimos contemporaneamente. Especialmente, em relação ao modo como mecanismos e estratégias são colocados em funcionamento para, “pedagogicamente”, salvarem os outros ou, ao modo como todos somos atingidos. São estas diferentes maneiras de tentar resolver os

¹⁰² “Sociedade de controle” corresponde às reflexões do filósofo Gilles Deleuze sobre o trabalho de Michel Foucault; por isto, aparece aqui, elencado junto às análises deste último.

“problemas sociais” que têm se configurado como projetos – projetos sociais, que servem como referência ao que é denominado “sociedade de projetos”, por equivalerem a um tempo em que este tipo de intervenção tem sido bastante acionado.

Estes projetos estão em toda parte. O formato dos projetos sociais enquanto estratégia de ação sobre “problemas sociais” têm proliferado imensamente no Brasil, desde a década de noventa. É praticamente impossível agir, atualmente, sem que se tenha para isto “elaborado” um projeto de ação. Em relação a este modo de agir, pode-se dizer que se aplica uma “pedagogia de projetos” que organiza e, ao mesmo tempo, justifica as ações como aceitáveis. Os projetos sociais esportivos estão entre estas estratégias correlatas a mecanismos de ação sobre os outros, de governo, hipoteticamente por vários motivos. Explanar os motivos apontados por diferentes autores para explicar este fenômeno extrapola os objetivos deste texto, mas o que interessa é chamar a atenção para o caráter desses projetos em relação ao que pode torná-los atrativos e os faz serem ativados.

Neste sentido, em relação a esses projetos, pode-se destacar aspectos como: a) podem, ou não, fazer parte de um plano ou programa que os englobe, podendo estes ser de iniciativa individual, por exemplo; b) a maioria dos projetos que mapeamos não exige grande aparato burocrático para sua formulação e aprovação, salvo aqueles vinculados a programas governamentais ou concorrentes em editais de distribuição de recursos; c) os projetos atuam durante determinado período (na sua maioria um ano), não representando responsabilização permanente para a instância que o propõe e financia; d) os projetos encurtam o tempo e a distância entre o reconhecimento de uma demanda social e a proposição de uma ação, diferentemente, por exemplo, das condições necessárias para a formulação de uma política pública focal; e) os projetos têm um custo estimado que define as condições da ação e sem que se perca o controle de gastos, ainda que se discuta bastante, em relação a este tema, a eficiência e eficácia dos mesmos. Estes são motivos suficientes para que os projetos figurem como uma opção considerável em termos de custo-benefício para o tratamento de demandas sociais e governamentais, ainda mais se considerarmos que as “leis” do mercado cada vez mais funcionam como condição para justificar a pertinência de investimentos de qualquer ordem.

Enfim, pode-se dizer que se trata de garantias de direitos dos homens via intersectorialidade e racionalização da locação orçamentária? De técnicas, mecanismos e estratégias de segurança? Ou tratar-se-ia dos direitos dos governados, no sentido de uma

soberania que se exerce em nome da espécie, da população, da sociedade? Quais as implicações destes questionamentos em relação aos “problemas” que esses “programas” visam resolver ou minimizar e as demandas “reais” de uma população?

Este tipo de questionamento, no último parágrafo de um texto, não se configura numa “boa” maneira de concluí-lo, mas sim de indicar sua continuidade para explorações que não se esgotam. O tema da vinculação entre esporte e segurança é uma questão de política da vida de uma população que parece paradoxalmente omitir suas fundações no mesmo ponto em que explicita suas intenções. Ou seja, em nome de atender demandas da população por “direitos” à segurança e à prática esportiva e de lazer, estabelecem-se medidas policialescas em nome da promoção da segurança e da paz. Esta foi a linha de problematização (o eixo de pensamento) operado neste texto: desconfiar dos arranjos que programas e projetos como estes colocam em funcionamento.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- DAMICO, José Geraldo Soares. *Juventudes governadas: dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em Grigny Centre (França)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. *Projeto Integração*. 2009.
- PROJETO SEMEAR, Rio Grande, 2009.
- PROJETO CRAQUE CIDADÃO, Rio Grande, 2009.

“Fazer viver” e
normalização
nos projetos
sociais
esportivos
(para tentar
não concluir)

Texto 08

Este texto pretende, ainda que se localize na porção final da tese, não assumir tom conclusivo, mas, sim, registrar aquilo que foi tomado de Michel Foucault como “chave para pensar” os ensaios.

Ementa:

Chaves para pensar;
Era do biopoder?;
“Fazer viver” e
normalização; Modos
de intervir nos PSE;
A invenção de uma
população; Inclusão
“social”;
Considerações
provisórias... para me
arriscar mais um
pouco.

Este texto inscreve-se em uma pesquisa¹⁰³ que visou mapear e pensar os projetos sociais esportivos (PSE) em funcionamento na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul. Início por esta localização para indicar que os movimentos produzidos na própria pesquisa tornaram-se possíveis, a partir das problematizações decorrentes do contato com o que se pode denominar biopoder e biopolítica foucaultiana¹⁰⁴. O movimento a que me refiro está implicado com a forte característica que Michel Foucault imprime em suas análises, qual seja, a de perseguir e produzir deslocamentos sobre as temáticas¹⁰⁵ a que se dedicou.

Quanto aos movimentos o que constituiu o conjunto da tese, pode-se considerar que um caminho a ser percorrido dentro do arcabouço foucaultiano teria sido tomar a governamentalidade como grade de inteligibilidade para pensar esses projetos. Entretanto, o investimento deu-se de um modo mais delimitado, que foi tomar a “dobradinha biopoder/biopolítica¹⁰⁶ (indissociável da governamentalidade) não como grade, mas sim como “chave para pensar” a proliferação desses projetos. Chave no sentido de ferramenta, que serviu para disparar o estopim do pensamento e para construir “objetos”, “problemas”, “hipóteses”. Como uma chave que se pega da prateleira para “manusear”, transformar o ler, o pensar, o escrever. Chave que produziu efeitos imediatos na superfície das coisas. Chaves que têm seus lugares definidos, mas que podem ser misturadas, conforme o percurso dos funcionamentos. Chaves que fizeram funcionar o que e que chaves são estas?

Chaves para pensar

Com esta pergunta, quero dizer que não tratarei aqui, na parte terminal de um empreendimento, de expor um “referencial teórico”, mas que, do mesmo modo como as noções são produzidas pelos autores de determinada maneira e não de outra, assim ocorreu com o objeto e problema desta pesquisa. Assim, este texto visa, a partir de duas noções implicadas no biopoder/biopolítica foucaultiano – “fazer viver” e normalização – pensar

¹⁰³ *Projetos Sociais Esportivos e a produção de uma Política Pública de Esporte*, pesquisa financiada pela Rede CEDES/Ministério do Esporte e vinculada ao Observatório de Políticas públicas da Cultura Corporal – OCUCO/FURG. Tal pesquisa constitui parte de meu doutoramento no PPG Educação em Ciências: química da vida e saúde

¹⁰⁴ Aqui é importante considerar nota feita por Gadelha (2009, p.83), apoiado em Edgardo Castro, em que chama a atenção para o fato de que “o termo ‘biopolítica’ tem uma história que antecede a Foucault, não sendo ele propriamente o seu inventor”.

¹⁰⁵ Ainda que Foucault (1995) tenha afirmado, em determinado momento de sua produção que o tema que perseguiu o tempo todo tenha sido como nos tornamos o que somos.

¹⁰⁶ Sobre a diferenciação entre biopolítica e biopoder pode ser consultado *Biopoder e biopolítica nos projetos sociais esportivos – a invenção de uma população para regulação e governo*, (HECKTHEUER; SILVA, 2010). Partes desse texto foram utilizadas nesta parte da tese.

sobre os modos de intervir, que são delineados nos documentos dos editais e projetos mapeados.

Talvez se trate de duas coisas: uma “chave” que produziu maneiras de pensar e escrever os PSE, que desencadeou o pensamento fazendo-o passar pela “grade” biopoder/biopolítica, mas, no entanto, jamais com um *status* de método, o que, aliás, seria operar um certo “desbeijamento” no uso das ferramentas foucaultianas; e, outra “chave” que, a partir desta, identifica um duplo investimento colocado em funcionamento por esses projetos – “fazer viver” esses indivíduos posicionados em populações “menores” e investimentos de normalização desses indivíduos, caracterizados pelas formas de intervenção previstas nos projetos. Isto significa investir na vida, de modo que esta se desloque muito mais em direção à norma do que à lei.

A proliferação de PSE foi tomada como acontecimento, que comporta e integra estratégias e técnicas na constituição de políticas da vida, ou seja, modos de viver, de construir cada vida, o que, no caso desta tese, está concentrado naquilo que planejam os documentos dos projetos. Assim, pensei esses projetos em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS naquilo que eles se propõem de intervenção sobre a vida dos outros. Para isto, tomei os projetos lá onde eles são ainda planificações, onde indicam o que pretendem e como pretendem intervir, considerando que, desde já, são funcionamentos e produzem efeitos. Esses projetos, apoiados em processos de normalização, produzem efeitos de controle, mas também de resistência e produção de outras formas de vida, espaço onde a biopolítica pode ser tomada como mecanismo na contemporaneidade, mas, também, como possibilidade de potência de vida¹⁰⁷.

Em relação ao projeto de pesquisa inicial¹⁰⁸, que tinha por objetivo mapear e analisar os PSE em funcionamento na cidade, um dos deslocamentos realizados foi passar a considerar não somente os projetos, mas, também, editais que visam colocar projetos sociais em funcionamento. Caracterizo como movimento em relação às intenções iniciais que previam dedicar-se apenas aos projetos, por considerar que os mesmos já estão em

¹⁰⁷ Pistas destas possibilidades apareceram quando, ao manusear os documentos e as entrevistas realizadas durante o mapeamento destes projetos, deparei-me com os objetivos desses projetos, com o público ao qual se dirigem e com a preocupação dos proponentes em relação à rotatividade na participação e no abandono das atividades pelos participantes. Isto pode indicar que os indivíduos, que constituem a população ou público-alvo desses projetos, escapam, de alguma maneira, destas estratégias e técnicas de controle de suas vidas, parecendo negarem-se a ser governados.

¹⁰⁸ O que nomeio de projeto de pesquisa inicial corresponde ao projeto de ingresso no PPGEC e alguns deslocamentos já operados no texto de qualificação, apresentado à banca.

funcionamento quando existem condições que os tornem possíveis. Assim sendo, quando são lançados editais de modo concorrencial, visando contemplar com investimentos os PSE, pode-se dizer que de alguma maneira já estão se constituindo modos de funcionamento que pretendem atingir os indivíduos visados por intervenções como estas. Nestes editais, assim como nos projetos, está fixado quem deve ser atingido em termos de população alvo, faixa etária, sexo, entre outros indicadores. Resumidamente, significa tomar a proliferação de propostas de PSE como problema, desde onde esses ainda são intenções, mas já são projetos.

O que pode haver de relação entre um movimento, detectado na pesquisa, e os movimentos/deslocamentos produzidos por Foucault em suas pesquisas? A relação está justamente nos efeitos que as “lições” de Foucault produziram nesta pesquisa. Foi a experiência de constituir a biopolítica foucaultiana como uma “chave” para pensar os PSE, o que tornou possível problematizar de maneira diferenciada sua proliferação, tanto na maneira de encarar o que sejam seus funcionamentos como no trato dos elementos/temas ativados por esses projetos.

Assim é que, neste texto, considero a produção de Michel Foucault acerca de biopoder e biopolítica, não com caráter revisional, que seria muito pretensioso de minha parte e inadequadamente tardio em relação ao corpo da tese, mas com um olhar determinado pelas problematizações construídas e pelo que os materiais que constituíram o *corpus* da investigação – os documentos dos projetos e dos editais – indicaram e demonstram. Faço isto para demonstrar minimamente como se constituiu tal chave que disparou possibilidades de pensamento em torno da vida dos indivíduos que esses projetos visam “atingir”.

Pode-se afirmar que este é um ensaio interessado em biopoder e biopolítica, visando atender necessidades da pesquisa. Por que escrever um texto destes? Certamente não é para explicar Foucault para os outros, senão para reconhecê-lo como luz sobre os PSE. Luz a serviço dos meus interesses de pesquisa, que me levaram a buscar o que neles há de biopolítico, de biopoder. Mas o que há de biopolítico nestas intervenções? Esta pergunta adquire sentido quando se pensa os projetos, estas intervenções contemporâneas, como produtoras não só de controle e regulação da vida, mas também como âmbito de produção de outras formas de vida. Os objetivos explicitados nos documentos dos projetos encaminharam-me para isto.

Neste sentido, aceitando as “provocações” que Michel Foucault lança sobre a temática do governo da vida e das populações, neste texto, problematizo os PSE mapeados como mecanismo de gestão das populações no sentido positivo da vida. Logo, não foi a qualquer projeto social que me dediquei, nem a qualquer população. Especificamente, tratei de projetos sociais que utilizam o esporte como meio, visando atingir seus objetivos, e que se dirigem aos indivíduos em vulnerabilidade¹⁰⁹ “social” e em situação ou estado de risco. Assim, dedico-me a dois objetivos presentes nos documentos dos projetos, precisamente: a “promoção” da inclusão social e a minimização de um “estado” de vulnerabilidade “social”. Para fins de organização deste texto, tais objetivos serão tratados de modo diferente. O primeiro, inclusão social, será abordado como elemento de “desejo” manifesto nos projetos; e o segundo, tratado numa condição especial¹¹⁰, já que, ainda que se apresente vinculado a um objetivo, será abordado em termos de seus efeitos a partir da constituição de uma população para intervenção – a população de “vulneráveis”.

A inclusão “social” e a “vulnerabilidade social”, extraídos dos documentos que organizam e visam colocar tais projetos em funcionamento, expressam, em parte, o que Veiga-Neto (2001) afirma caracterizar uma “vontade de ordem”, sonho e, ao mesmo tempo, condição da Modernidade. De outra parte, caracterizam a constituição de uma população para fins de regulação e governo que é a população dos “vulneráveis”, esta que deve ser conhecida, estimada, regulada, controlada, pelos riscos que pode produzir a seus integrantes, mas principalmente à sociedade. Logo, dupla situação de risco: o risco a que estão colocados enquanto indivíduos, pela sua condição ou estado de vulnerabilidade; e o estado de risco em que a sociedade é colocada em termos de perturbação de uma ordem desejada.

Nestes termos, o risco maior é o de produção da desordem, enquanto o principal objetivo desses projetos parece ser uma tentativa de ordenamento de uma população que está dispersa e, em certo sentido, “desconhecida”. Este sentido, por sua vez, também se

¹⁰⁹ O tratamento atribuído ao tema “vulnerabilidade social” não é unânime nos projetos sociais a que me refiro. Por isto não me dedicarei, neste texto, em definir o que significa vulnerabilidade, mas sim utilizar esta expressão como forma de nominar determinado estrato de indivíduos, o que torna possível me referir mais adiante a uma população de vulneráveis.

¹¹⁰ Nenhum dos projetos analisados explicita, enquanto objetivo, a constituição de uma população para intervenção; no entanto, constatei que a maioria deles prevê como público-alvo indivíduos em situação/estado de risco ou vulnerabilidade. Colocar esta constatação quase em equiparação aos objetivos explicitados nestes projetos não representa um “desejo de interpretação”, mas a identificação e introdução da constituição de uma população como uma estratégia biopolítica, diretamente implicada com os objetivos dos projetos.

duplica: primeiro, pela necessidade destes indivíduos perceberem-se e serem numerados, mensurados, localizados como vulneráveis; segundo, pode-se dizer que mais do que se dirigirem aos indivíduos vulneráveis, esses projetos “vulnerabilizam” parcela da população.

Em todo o caso, é sobre a vida de cada um, as vidas do coletivo de vulneráveis, a vida do corpo da população, sobre a qual visam intervir estes projetos. Não é este o centro das problematizações que Foucault apresenta em termos biopolíticos? Como agimos sobre a conduta dos outros, visando fazê-los viver? Não é o ingresso da vida na política que caracteriza uma nova forma de poder que Foucault denomina biopoder? Pode-se, então, falar em “contexto biopolítico”¹¹¹, ao se referir a intervenções estratégicas como os PSE que se trata. Logo, pensar esses projetos a partir da perspectiva da biopolítica foucaultiana compreendeu tratá-los como estratégias-técnicas-mecanismos¹¹² que visam encarregar-se de gerir a vida dessa população – “fazer viver” –; significa pensar em funcionamentos de uma “era” que o filósofo anuncia aberta – “era de um bio-poder” (FOUCAULT, 1988, P. 132) – era de normalização.

Era do biopoder?

Em *História da Sexualidade I - A vontade de saber*, Foucault (1988, p. 131-132) anuncia: “Abre-se, assim, a era de um ‘bio-poder’.” O autor refere-se ao desenvolvimento rápido de uma nova forma de poder caracterizado pela explosão de “técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações.” É em relação ao poder soberano que se identifica esta “nova” forma de poder. De um poder simbolizado pela potência da morte, este agora – o bio-poder – caracteriza-se pela “administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”.

A problemática do biopoder¹¹³ está desde sua introdução implicada com o termo biopolítica, o que pode suscitar algumas confusões sobre o uso destes termos a partir de Foucault. Quando este autor anuncia a abertura da “era do bio-poder” separa por um hífen

¹¹¹ Utilização a partir do uso que Pál Pelbart (2009) faz desta expressão em seus ensaios de biopolítica.

¹¹² Se utilizo noções tão diferentes nesta forma aditiva, ligando-as por um hífen, não é por querer produzir equivalência, mas, sim, para indicar o modo como operam de forma articulada nas proposições dos PSE.

¹¹³ Michel Senellart expõe, na Situação dos Cursos de *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2008), que Foucault teria introduzido a problemática do biopoder em 1976 no Curso no *Collège de France*, denominado *Em defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 1999), publicado na França em 1997 e também no livro *História da Sexualidade I - A vontade de saber* (FOUCAULT, 1988), publicado na França em 1976. Mas há que se considerar que a mesma problemática implicada com outra – a da biopolítica – já havia sido introduzida pelo filósofo em uma conferência proferida no Rio de Janeiro, em 1973, e publicada em 1974 nos *Cadernos da PUC-Rio*, nº 16 (FOUCAULT, 1996).

as partes desta relação – vida e poder. Da mesma forma com o termo bio-política, nas primeiras aparições deste termo, nas traduções em língua portuguesa, as partes vida e política aparecem separados – bio-política. No meu ponto de vista, isto indica um uso inicial por parte do autor, de termos que ainda não havia ganho toda a produtividade que mais adiante o próprio filósofo demonstrou. E mais, termos que problematizaram e, até os dias de hoje, problematizam diferentes temáticas, demonstrando sua produtividade para além da morte do autor.

Com isto, arrisco dizer que a alteração na grafia dos termos bio-poder/biopoder e bio-política/biopolítica, efetuada pelo autor e mantida pelos tradutores para a língua portuguesa, pode indicar uma implicação cada vez maior entre as partes poder-vida-política em suas análises. Além deste, corro outro risco: o de afirmar que ainda está aberta¹¹⁴ a era em que o poder investe sobre a vida incessantemente – a era do biopoder. É da vida que se trata o tempo inteiro!

Porém, ainda que se considere a ênfase nos processos biológicos, marcadamente acentuada por Foucault nos séculos XVIII e XIX, vinculados à formação da biopolítica, deve-se também acrescentar contemporaneamente que o poder se exerce ainda sobre os corpos e que é sempre uma questão dos corpos,

mas doravante será muito mais a dimensão incorporal que estará em jogo. As sociedades de controle se investem da memória mental, mais que da memória corporal (ao contrário das sociedades disciplinares). O homem-espírito – que, segundo Foucault, só é objeto do biopoder no limite – passa daqui em diante para o primeiro plano. (LAZZARATO, 2006, p. 84-85)

No Brasil, as discussões do contexto biopolítico ainda estão muito vinculadas às questões da saúde, mesmo considerando haver uma ampliação destas produções no que diz respeito ao que seja saúde e suas múltiplas abordagens, e que significativos trabalhos têm sido produzidos nas áreas da educação e da psicologia, por exemplo. Isto, em certo sentido, vincula a discussão biopolítica contemporânea ao “biológico” das populações. Ampliar estas produções em termos biopolíticos, significa operar análises que problematizem o que está acontecendo, significa ampliar este contexto biopolítico, ampliando “o social” para além dos recortes analíticos pautadas pelos limites biológicos da saúde dos indivíduos. Reivindicar tal ampliação não significa, no entanto, querer dizer que tais recortes não são

¹¹⁴ Nikolas Rose e Paul Rabinow defendem esta tese no artigo *O conceito de biopoder hoje* (2006), em que apresentam de que maneira, a partir de seus estudos, vivemos, ainda, na era do biopoder.

importantes, mas, sim, que a análise dos contextos biopolíticos não é, e não deve ser, restrita aos seus aspectos biológicos.

Assim, mesmo quando os projetos sociais lançam mão de atividades físicas como o esporte no desenvolvimento de suas intervenções, mesmo que estas tenham sido historicamente atreladas à melhoria das condições gerais de saúde, pensar esses projetos em termos biopolíticos não pode ser reduzido à temática da saúde dos indivíduos e das populações. Até porque a temática da saúde é apenas um dos aspectos que compõem a configuração de um estado de vulnerabilidade e risco sociais, tão enfocadas pelos proponentes de tais projetos.

“Fazer viver” e normalização

Ao abordar os mecanismos de funcionamento do poder no que identifica como *biopoder*, Michel Foucault demonstrou o quanto as disciplinas e a biopolítica articulam-se sem sobreporem-se nos investimentos sobre a vida da população, e assume que é de mecanismos de normalização que se trata nas duas diferentes tecnologias de poder. Ainda que, em *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2008), o autor distinga precisamente a relação da norma com a disciplina (normação), da relação da norma com o dispositivo biopolítico de segurança (normalização), combinados, disciplina e mecanismos de regulação operam contemporaneamente.

Se retomarmos a hipótese de que a era do biopoder, aberta por Michel Foucault perdura ainda hoje, pode-se afirmar que “sociedade de normalização” e “sociedade de projetos” sobrepõem-se e até confundem-se. Os elementos “fazer viver” e normalização, que servem de título a este texto, são centrais para ativar, implicadamente, a biopolítica e o biopoder foucaultianos como chave para pensar os PSE.

Pensar os projetos em termos de “fazer viver” significa negar-se a pensar no público-alvo destas intervenções como constituído de indivíduos largados à morte, abandonados para morrer numa “política do acaso”, em que tanto faz viver ou morrer, ou melhor, em que são deixados morrer ou é causada sua morte¹¹⁵. Esses projetos ativam um poder que se

¹¹⁵ Foucault (1988) identifica que, durante muito tempo, “um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e de morte” (p. 127) Mas que, “a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder. O ‘confisco’ tendeu a não se mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos. Essa morte, que se

desenvolveu a partir do século XVII e que “se exerce positivamente sobre a vida” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

Não é necessário insistir, também, sobre a proliferação das tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência. (P.135)

Os PSE estão implicados nestas tecnologias e demonstram centrar-se na vida quando assumem “qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero” (p. 135). Em seus documentos propõem-se intervir deste modo, caracterizando um poder que tem a tarefa de se “encarregar da vida”.

Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. Por referência às sociedades que conhecemos até o século XVIII, nós entramos em uma fase de regressão jurídica; as Constituições escritas no mundo inteiro a partir da Revolução francesa, os Códigos redigidos e reformados, toda uma atividade legislativa permanente e ruidosa não devem iludir-nos: são formas que tornam aceitável um poder essencialmente normalizador. (P. 136)

Nos PSE, trata-se, acima de tudo, da vida, de “fazer-viver” e de práticas de normalização. Na esteira de Foucault (2008, p. 74), quando afirma que

há, intrinsecamente a todo imperativo da lei, algo que poderíamos chamar de uma normatividade, mas que essa normatividade intrínseca à lei, fundadora da lei, não pode de maneira nenhuma ser confundida com o que tentamos identificar aqui sob o nome de procedimentos, processos, técnicas de normalização,

Ewald (1993) demonstrou como a norma prescinde da lei e o quanto desta se diferencia nos processos de normalização. Para ele, a norma nos mecanismos biopolíticos de segurança atua pela produção de uma medida comum que é variável, possibilitando uma valorização diferencial sempre em relação a ela, ao contrário da lei que fixa uma essência, correta, verdadeira, a partir da qual pode-se considerar uma conduta legal ou ilegal. Neste caso, ou se está na/com a lei, ou fora dela.

A norma, além de ser variável, não admite um exterior, um fora da norma; tudo está na norma, em relação à norma; e mesmo que se afaste de uma média estatística que a define, não é fora dela que se posiciona e sim relativamente a ela. Esta noção ajuda bastante a entender como se define o público-alvo nos projetos mapeados. Esses não se dirigem a uma multiplicidade (população) indiscriminadamente; pelo contrário, é uma

fundamentava no direito do soberano se defender ou pedir que o defendessem, vai aparecer como o simples reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la.” (Idem, p. 128)

população constituída de indivíduos que se localizam nas margens de uma medida comum que esses projetos visam “alcançar/atingir”.

Desta maneira, a que visam esses projetos senão deslocar esses indivíduos em direção a tal medida comum? Os objetivos explicitados nos projetos estão relacionados a este processo: intervir sobre uma multiplicidade que se situa afastada, desviada, da média que é variável, sempre relativa e nunca rígida, mas que por isto constitui uma população. O que chamamos de sociedade de normalização são esses investimentos, que visam o tempo todo deslocar o que é heterogêneo e “heterotópico” em direção à norma.

Modos de intervir nos PSE

Diferentemente das campanhas publicitárias dirigidas a um público, que têm como objetivo e resultado a formação da opinião, os projetos sociais, como mecanismos biopolíticos, dependem de uma população. Com isto quero dizer que a biopolítica inaugura modos de gerir as populações em que se apoia, mas não equivale aos investimentos sobre o corpo individual das disciplinas.

Nos funcionamentos dos PSE, de alguma forma, o poder disciplinar faz valer seus efeitos, mas não se trata mais de instituições fechadas, com arquiteturas que isolam, repartem, classificam, distribuem os indivíduos. Os efeitos esperados são no nível da população e não do indivíduo. Nas instituições disciplinares como prisões, fábricas, escolas, conventos, o exame,

combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de decomposição ótima das aptidões”. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente. (FOUCAULT, 1987, p. 171)

Com o duplo deslocamento que esses projetos operam contemporaneamente - primeiro, de localização, ao intervirem em espaços outros que não somente aqueles familiares às disciplinas; segundo, de nível, do indivíduo para a população- as funções disciplinares são, ao mesmo tempo, mantidas e atualizadas, uma vez que agora é sobre o corpo da população que se espera os maiores e melhores resultados. O esporte como estratégia que compõe o funcionamento dos PSE, cumpre com parte das funções disciplinares, uma vez que se dirige ao corpo individual através de sinais, do controle do tempo, dos gestos, da repartição e distribuição das forças etc. Nisso ele não detém

exclusividade, pois estas funções podem ser cumpridas nos projetos sociais por outros veículos como a dança, a música, a pintura, a escultura e as artes.

A invenção de uma população

Considerando, especialmente, o “contexto biopolítico” como possibilidade analítica produzida por Michel Foucault, pode-se tomar os PSE como estratégia de governo, principalmente quando contribuem efetivamente para a formação e identificação de uma população a ser governada – a população de vulneráveis¹¹⁶. Como é possível que se possa fazer tal afirmação e de que maneira isto se dá, são os aspectos que agora tentarei demonstrar.

Tratar da constituição de uma população, tomando-a como uma invenção, significa considerar seu caráter não natural, ou seja, os vulneráveis, indivíduos nominados como sujeitos em risco ou em situação de risco, não existiram desde sempre categorizados, estigmatizados, rotulados desta maneira. Existiram e existem condições que os tornam possíveis, sendo que muitas vezes os próprios indivíduos não sabem, não reconhecem, não representam a si mesmos como vulneráveis. Os PSE em questão, da maneira como estabelecem seu público-alvo, como selecionam os integrantes/participantes das atividades dos projetos, como cadastram esses indivíduos e registram as informações sobre eles, em termos de governo da vida, cumprem com esta função de constituir uma população – os vulneráveis – tornando, em certo sentido, muito difícil diferenciar se mais fortemente se dirigem a esses indivíduos ou os inventam em termos de população. No primeiro caso, em termos de análise, esses projetos consideram que os vulneráveis estiveram sempre aí, que são dados pela sociedade e que se trata, agora, através dos projetos, de “melhorar” suas condições de vida e diminuir os riscos a que estão submetidos e, ao mesmo tempo, submetem a sociedade. No segundo caso, significa, ao contrário, que essa população, constituída de vulneráveis, agora público alvo dos PSE, é uma invenção que precisa ser quantificada, conhecida, mensurada¹¹⁷, para fins de regulação e governo.

¹¹⁶ Como a maioria dos projetos sociais esportivos que tenho mapeados referem-se aos indivíduos em vulnerabilidade social como sendo o público-alvo de suas intervenções, considero que a população que se constitui através dos registros, principalmente dos cadastros desses projetos, é uma população de vulneráveis. Com isto, não estou, de maneira alguma, pretendendo criar uma categoria de indivíduos, para verificar se realmente se encontram nesta condição ou não, mas sim tratá-los em termos de uma população agora localizada e conhecida.

¹¹⁷ Em outra pesquisa, Traversini e Samuel (2009) destacaram, em relação a um programa de alfabetização, a importância que assume no funcionamento de tal programa, a articulação entre a numeração, a mensuração e

Inclusão “social”

A invenção de uma população a partir da identificação de indivíduos que necessitam de assistência, atenção, cuidado, está nos projetos aqui em análise sob o “guarda-chuva” de um grande projeto de inclusão social. Isto está dito nas formulações, pretensões e objetivos de alguns projetos analisados. Neles, parece não haver dúvidas sobre o que significa incluir, quem deve ser incluído e, muito menos, sobre o caráter social desta inclusão. Abordar intervenções que visam a inclusão de indivíduos na escola, no mercado de trabalho, na sociedade etc, a partir de uma análise biopolítica, pode ampliar este contexto – biopolítico – para isto que tem sido denominado de social, no qual os processos vitais biológicos estão incluídos, mas não assumem exclusividade na análise. Neste sentido, por exemplo, as

políticas de “inclusão na escola” devem ser entendidas justamente no registro da biopolítica e dessas representações e metanarrativas que ajudam a sustentar o estado-nação. Por um lado, as teorizações acerca da biopolítica nos permitem compreender a “vontade de inclusão” e as práticas correlatas – da maneira como estão sendo propostas e executadas atualmente, e, em especial no que diz respeito às (assim chamadas) “pessoas com necessidades especiais” – como uma forma de controle sobre a vida e de gerenciamento da população.”(VEIGA-NETO, 2006, p. 100) [grifos do autor]

O autor aqui referenciado aborda, de maneira específica, a inclusão escolar dos “anormais” e o faz indicando que a “*inclusão* pode ser vista como o primeiro passo numa operação de ordenamento” (VEIGA-NETO, 2001, p. 26) [grifo do autor] e conseqüentemente de uma “vontade de ordem” familiar às estratégias biopolíticas. Tal indicação faz-me pensar que isto não se dá unicamente relacionado à inclusão escolar, mas que se pode tomar esta maneira de abordar a inclusão em contextos não escolares. Refiro-me à ênfase atribuída à inclusão social pela maioria dos projetos sociais (não somente os esportivos), considerando que alguns desses projetos não funcionam em espaços e âmbitos escolares. É preciso considerar também que, no caso dos PSE, constata-se com frequência que a comprovação de matrícula e rendimento escolares são condicionantes ao ingresso e à permanência nesses projetos.

Em alguns casos, pode-se afirmar que o que é nominado pelos projetos de inclusão social pode se reduzir à inclusão escolar relacionada à conquista de direitos. Em outros, o que é nominado por inclusão social inclui o acesso à escola, mas não se reduz a isto, como é o caso dos projetos que visam à inserção futura no mercado de trabalho e à “garantia” de

a auditoria, para que a estatística se coloque como tecnologia para governar. Seria interessante desenvolver análise semelhante em relação aos mecanismos em funcionamento nos projetos sociais.

outros “direitos” como segurança, moradia, renda, saúde etc. Neste ponto, seria preciso investir a análise na direção de interrogar pelo “social” da inclusão social, dos direitos sociais e dos próprios projetos sociais, uma vez que, da maneira como são apontados nos projetos analisados, demonstram um caráter completamente naturalizado, enquanto existem abordagens na literatura tratando justamente da invenção do social¹¹⁸ como atributo natural, que se refere a um “todo social” ou à sociedade.

Em termos biopolíticos, em relação às ações que visam à inclusão como efeito de uma vontade de ordenamento típica do estado moderno, pode-se tomar os “anormais” dos processos de inclusão escolar e os “vulneráveis” dos projetos sociais como objetos-alvos em dois sentidos: num primeiro, que vincula esses indivíduos à desordem – naturalizando suas condições de exclusão; e, um segundo, que os toma como alvo estratégico de regulação e controle, donde se visa incluir para melhor conhecer e governar. Ambos os sentidos atribuídos contêm uma estratégia de governo da vida de cada um e de constituição de um estrato populacional para fins de regulação que se efetivam nestas vontades “de inclusão” e “de ordem”.

Além disto, o vulnerável está relacionado à noção de periculosidade (FOUCAULT, 1996), sendo visto e tomado como aquele que possui virtualidades capazes de oferecer risco a si e a sociedade. Por isto, em nome da sociedade, é necessário que se localize esses indivíduos, que os tornemos numeráveis, por que é enquanto indivíduo que é interpelado, ainda que seja para a constituição de uma população para fins de regulação e governo, pois é como indivíduo que efetivamente se constitui uma população. Este é um fenômeno paradoxal do ponto de vista dos mecanismos de regulação e controle dessa população: o vulnerável como alvo e ao mesmo tempo como produção.

A formulação da hipótese da constituição de uma população de vulneráveis não serve para que, numa operação subsequente, seja verificada, comprovada ou refutada, mas, sim, para que seja possível ensaiar sobre os PSE. Principalmente a partir da seguinte indagação: o que há de biopolítico nisso (nos PSE)? Até onde o uso do esporte, ou das modalidades esportivas pode ser aceito tranquilamente como veículo para a salvação dos indivíduos vulneráveis? Até onde este uso do esporte não é uma atualização, um reaparecimento de funções atribuídas ao esporte como disciplinamento – disciplinas do indivíduo – e controle

¹¹⁸ Nikolas Rose, em diferentes textos e momentos, aborda a invenção do social e a morte do social. Respectivamente em Rose (1996) e Rose (2007).

social – biopolítica da população. Ainda que formule tais questões, não é o esporte o alvo de meu interesse, mas sim o seu uso como técnica para investimentos biopolíticos sobre a vida e maneiras de viver.

Considerações provisórias... para se arriscar mais um pouco

Os três elementos, tomados para este texto, do *corpus* de pesquisa sobre os PSE não são os únicos, mas pode-se dizer, até agora, que são os que mantêm implicação direta com a problematização política da vida. Vida que não se restringe aos aspectos biológicos, mas que destes é inalienável. Por isto, investir não só no conceito, mas principalmente na capacidade analítica da ferramenta biopoder/biopolítica que nos é fornecida por Michel Foucault, amplia a capacidade de pensar sobre esporte e sociedade.

Para isto, uma operação interessante parece ser a busca pelo sentido da vida e do “social” presente nos PSE. Isto porque, em alguns momentos, os mesmos confundem-se nos documentos de tais projetos, por exemplo, quando se coloca no mesmo plano a saúde individual e a coletiva. Ao mesmo tempo, a maneira como a vida aparece nos projetos sugere aproximações com discussões que estão acontecendo em termos biopolíticos, que apontam para a vida como “sobrevida” (sobrevivência). Isto permite que se compreenda um pouco o que está acontecendo no nosso tempo em torno desses projetos sociais que declaradamente dedicam-se ao governo político da vida (vida individual e vida da sociedade). Mas isto seria abrir, neste lugar do texto, um outro empreendimento. Portanto, aponto-o, neste momento, apenas como uma indicação.

Neste sentido, conluo com Rose e Rabinow (2006, p. 54), quando indicam que o conceito de biopoder “utilizado de maneira precisa, relacionado a investigações empíricas e sujeito ao desenvolvimento inventivo, certamente teria lugar como uma parte chave em um conjunto de ferramentas analíticas adequado para o diagnóstico do que Gilles Deleuze (1989) denominou de ‘futuro próximo’”.

*

...nem sei se ainda é de PSE que trato ou esses também tornaram-se apenas um delimitador, um “álibi” para falar do governo da vida, do vivo, do presente que, apoiado e correlato dos saberes biológicos que se dedicam a prolongar a vida, investem em

mecanismos preventivos, reguladores, gerenciais, sociais, que visam agir sobre as condutas de maneira que o risco “das vidas”¹¹⁹ seja diminuído. Mas não é qualquer risco nem o risco de qualquer um. Parece que as condutas a serem prevenidas, conhecidas, numeradas e corrigidas são aquelas dos que, ao se encontrarem em uma situação ou estado de vulnerabilidade “social”, colocam em risco a vida da sociedade.

Parece haver um deslocamento do peso desses investimentos para um segmento da sociedade que passa a ser qualificado com o adjetivo “social”. O “social” dos projetos sociais dirige-se aos indivíduos que por sua maneira de viver, são identificados porque colocam em risco aqueles que não se encontram nesse estado, dando a impressão de que não existem vulneráveis sociais no outro lado da moeda. Um lado da moeda coloca o outro em estado de alerta sobre riscos. Riscos em que esses indivíduos teriam sua vida (e não sobrevivência) ameaçada biologicamente, psicologicamente, socialmente (se é que se pode fazer tais distinções).

Se me arrisquei a seguir um pensamento nômade como o de Foucault, é porque acredito, como já anunciado neste texto, que suas análises compõem um quadro que uso para pensar os PSE. Se a biopolítica foucaultiana nunca cessou de deslocar sua ênfase – do biológico para o social¹²⁰, dos saberes para as artes de governar, do corpo para a população – por outro lado nunca fixou seu ponto de vista – no indivíduo, nas instituições, no Estado ou na sociedade.

Neste sentido, ao visitar a oficina foucaultiana, pude encontrar peças, ferramentas, utensílios, acessórios etc, que me possibilitaram montar um quadro para que possibilitasse pensar e escrever coisas, talvez, ainda não pensadas e ditas sobre os PSE – porque este foi meu objetivo, e aí me arrisco novamente –; dizer coisas que provavelmente Foucault nunca diria, mas que, por este quadro montado por mim de maneira interessada pode me ajudar a pensar e dizer. Talvez, acima de tudo, tenha tomado a biopolítica que Foucault localiza em um quadro de análise –da governamentalidade– como chave para detonar e tornar possível meu pensamento.

Foi assim que ensaiei alguns vislumbres: suspeitar do “social” desses PSE; duvidar do caráter pedagógico de suas intenções; e buscar pelo que há de biopolítico nas suas propostas. É assim, também, que posso afirmar que esses PSE são mais uma estratégia

¹¹⁹ Já que não é só da vida dos vulneráveis que se trata, a sociedade toda está em risco.

¹²⁰ *A extensão social da norma* (FOUCAULT, 2011, p. 394-398).

biopolítica. Isto porque funcionam a partir da constituição de uma população –os vulneráveis–; operam a partir de mecanismos de normalização –em relação a normas de conduta “normais”–; hierarquizam e segregam determinado segmento da sociedade, ou seja, segmentam os que estão em risco ou colocam a sociedade em risco; nomeiam, numeram, cadastram, para regular e governar; são iniciativas do Estado, mas também são iniciativas individuais e institucionais; enfim, são funcionamentos dúplicos/duais e ao mesmo tempo simultâneos. No entanto, se estão aqui e lá, nem por isto, se encerram sempre paradoxais.

“Fazer viver”¹²¹ (PSE) contra “deixar morrer” (os vulneráveis)? O fato de haver uma dedicação crescente à proposição dos PSE é porque se pretende “fazer viver” esses indivíduos que compõem uma população; enquanto, deixar morrer, equivale a nada fazer contra a “vulnerabilidade” ou contra as “condições” vulneráveis em que determinada população é posicionada. De outra parte, ser posicionado como vulnerável é sempre em relação a uma medida comum, ou seja, esses projetos, ao visarem “fazer viver” de outro modo os indivíduos dessas populações (pretendendo retirar ou minimizar o “grau” ou “nível” de vulnerabilidade), pretendem deslocar suas vidas em direção a esta média. Não fazê-lo, ou não atingir esses indivíduos vulneráveis, não incluindo-os, pode significar deixá-los morrer no sentido que Foucault atribuiu ao deslocamento operado da soberania ao biopoder.

Então, com esses projetos, parece que não se faz outra coisa senão calcular uma medida comum, de vulnerabilidade possível, já que parece não existir posição completamente livre de certo “risco” de vulnerabilidade; feito isto, posicionam-se os indivíduos a partir de homogêneos critérios heterogêneos, para fazê-los viver de modo que sejam considerados normais em relação aquela medida comum que, no entanto, é sempre móvel.

Assim, “fazer viver” e normalização, tomados como chaves para pensar este texto, parecem corresponder à grandes “missões” que movem estes projetos. Pensar outras formas de vida e de homem que não sejam unicamente aquelas planejadas pelos “projetistas” de plantão permanece sendo o grande desafio para o pensamento.

¹²¹ Em relação ao caráter biopolítico do biopoder descrito por Michel Foucault em *História da Sexualidade I*.

Referências

- DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif? *Michel Foucault, philosophe*. Paris: Editions de Seuil, 1989.
- EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Vega, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 13. ed., 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In.: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcantara; SILVA, Méri Rosane Santos da. Biopoder e biopolítica nos projetos sociais esportivos – a invenção de uma população para regulação e governo. In: HENNING, Paula Correa; GARRÉ, Bárbara Hees; LUVIELMO, Marisa de Mello (orgs.). *Biopolítica e governamentalidade: modos de fazer e gerenciar a educação contemporânea*. Rio Grande: FURG, 2010. 127p. ISBN: 978-85-7566-162-8.
- LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PÁL PELBART, Peter. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. *Revista de Ciências Sociais*, n. 24, p. 27-57, 2006.
- ROSE, Nikolas. Governing “advanced liberal democracies”. In: Barry, A.; Osborne, T.; Rose, N. *Foucault and political reason; liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago, Chicago University Press, p. 37-64, 1996.
- ROSE, Nikolas. ¿La muerte de lo social? Re-configuración Del território de gobierno. *Rev. Argent. Sociol.* Buenos Aires v.5, n.8, jan./jun. 2007.
- TRAVERSINI, Clarice; SAMUEL, Edmundo López Bello. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 34 (2), p. 135-152, mai./ago. 2009.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para excluir. *Pro-posições*, Campinas, v. 12, n. 2-3 (35-36), jul./nov. 2001.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Biopolítica, Estado Moderno e inclusão na escola. *Cadernos IHU em formação*, São Leopoldo, ano 2, n. 7, p.98-101. 2006.

ANEXOS

ANEXO 01

Sobre meios utilizados e “metodologias” extraídos dos documentos dos projetos mapeados (Quadro 03)

PROJETOS	MEIO/VEÍCULO/MODALID ADES	“METODOLOGIAS”
PPE	<p>“isso tudo através do esporte.”</p> <p>“Ministrando além do esporte, a disciplina a ser seguida dentro e fora dos ringues, fazê-los entender conceitos básicos de disciplina, educação, e do comportamento e respeito perante o próximo.”</p>	<p>“As aulas são ministradas por instrutores devidamente cientes e comprometidos dos objetivos do projeto, de segunda a sexta-feira [...] eles tem aulas de recreação, de técnicas de boxe, atividade física</p>
OS	Esporte	<p>“As atividades são planejadas e realizadas todos os sábados no Ginásio Poliesportivo da FURG – Carreiros.”</p>
PI	Oficinas de Dança, Artes visuais, Teatro, Capoeira e Desportos (futebol, vôlei, corrida de rua, ginástica artística, basquete, judô)	<p>“O projeto atuará no contraturno, cujas atividades têm se mostrado extremamente positivas aos alunos. [...] essas atividades obedecem a uma rotina flexível e prazerosa, onde são propostas atividades físicas, recreativas, pré-desportivas e socializadoras com vistas a diminuir a exposição de crianças e adolescentes a situações de risco social, além de contribuir com a formação escolar, profissional, de cultura e cidadania dos estudantes.”</p>
PFT	<p>Futebol de Campo</p> <p>Participação em Torneio Internacional na Noruega: “Norway Cup”</p>	<p>“Os 20 jovens [...] realizam avaliações médicas e odontológicas, recebem dieta especial e cestas básicas para suas famílias, que são visitadas individualmente, são uniformizados e transportados pela equipe coordenadora do projeto, que também se responsabiliza por averiguar junto às escolas o rendimento escolar, comportamento e comprometimento dos garotos. Além do treinamento físico e desportivo, necessário para um bom desempenho no torneio internacional, eles passam a ter aulas de inglês, duas vezes por semana, recebem orientação psicológica, em workshop também aberto aos pais, e aulas de Boas Maneiras.”</p>
PVC	<p>Jogos de mesa (Xadrez, Dama e Dominó)</p> <p>Saúde nas avenidas (Tenda</p>	<p>“30 mesas com 60 pessoas jogando em um mesmo horário; poderá ser dividida 15 mesas na Avenida Atlântica e 15</p>

	disposta na avenida com profissionais da saúde para avaliar IMC e pressão arterial)	mesas na Avenida Rio Grande” “Com horários que também atendam aos trabalhadores industriais, sendo desenvolvido atividades no final de tarde até anoitecer.”
PSP		“Dentro de uma metodologia em rede de cooperação, propõem-se desenvolver esporte e arte-educação as crianças e jovens com acompanhamento pedagógico, psicológico e nutricional, estendendo aos pais ou cuidadores estratégias de coresponsabilidade.” “aulas práticas de futebol de campo, oficinas de arte-educação, palestras educativas, filmes, competições esportivas, atividades culturais e de lazer, higiene pessoal e alimentação, que serão oferecidas no período oposto ao escolar”
PNJE	Esporte educacional	
PFC		
PRF*	“O desporto utilizado para prática é o futebol e todas as variações, futsal, futebol sete e de areia”	“a metodologia de trabalho funciona como uma escola de formação de jogadores, no início acontece uma conversa com grupo, debatendo pontos como a importância de estar bem na escola, seguir as regras sociais para o bom andamento das relações humanas, posteriormente é feito um alongamento seguido de um aquecimento, prolongando-se para o treinamento dos fundamentos até que começa o treino com bola.”
PSOIS**	“são oferecidas [...] técnicas básicas do futsal, basquetebol, Ginástica artística, e danças (jazz, balé e Hip Hop)”	
PF	Futsal	“a metodologia de trabalho está focalizada como uma escola de formação de atletas, com treinamento físico, após técnico ou tático e depois treino com bola.”
PHH	“através do universo Hip Hop (dança, música, esporte, expressão escrita e artística)” [...] “desenvolver a cultura Hip Hop nas quatro esferas dança, música, o basquete de rua e expressão escrita e artística (Grafite).”	“Na Oficina Humano Cidadã se trabalhará Educação para a Paz e temas que fortaleçam a cidadania, os valores humanos, a convivência familiar e comunitária saudável e a prevenção ao uso de drogas, pois como é reconhecido, a melhor defesa contra as drogas é a

		informação.”
		“por 9 meses [...] a partir de oficinas da cultura Hip Hop, trabalhar a prevenção ao uso abusivo de drogas e a educação para a Paz.”
PME		
PBR	“aproveitamento do tempo livre das crianças jovens e adultos de forma mais saudável, através do Basquete e do Futsal.”	
PST1		
PST2*		
PECST IF-RS		
PPJOVEMA		
PBM		
PMA	<p>“O projeto será desenvolvido dentro de três grandes áreas:</p> <p>Iniciação Esportiva – Futsal, Vôlei, Basquete, Handebol e Atletismo (masculino e feminino), Futebol e Palestras</p> <p>Lazer e recreação – tenda da alegria, Jogos na rua, Artes circenses, Dança e Capoeira</p> <p>Qualidade de Vida – Caminhada saudável e Ginástica para todos.”</p>	
PCC	<p>“O futebol é o esporte prioritário da parceria, não impedindo, no entanto, que sejam desenvolvidas outras atividades esportivas”</p> <p>(TERMO DE PARCERIA em PROJETO ESPORTIVO SOCIAL)</p>	
PSAF	<p>Diferentes modalidades esportivas</p> <p>“São proporcionadas cinco fases de desenvolvimento, nomeadas: multiesportiva – 6, 7 e 8 anos; iniciação pré-esportiva – 9 e 10 anos; Esportes 1 – 11 e 12 anos; Esportes 2 – 13 e 14 anos; Esportes 3 – 15, 16 e 17 anos</p>	<p>Permanente;</p> <p>“metodologia própria do SESI, compreendendo uma sequência de ensino cientificamente desenvolvida que considera as múltiplas possibilidades do esporte, a participação como um princípio (inclusão), a especialização em idade adequada, a diversificação de modalidades e o jogo como um recurso pedagógico importante.”</p>
PPEE****	Futebol	“Os meninos educandos recebem

“por meio de uma visão da prática esportiva dentro de um processo diferenciado de educação.”

“ação social que atende meninos e meninas de 07 a 17 anos, no turno inverso ao da escola, no mínimo quatro vezes por semana, desenvolvendo atividades esportivas (o futebol, o futsal e o voleibol) e culturais”

aulas/treino de futebol de segundas a sextas-feiras, das 14:00h às 18:00h, no Centro Esportivo da FUNSERG, e separados em suas respectivas categorias: juvenil (16-17 anos), infantil (14-15 anos), mirim (12-13 anos) e pré-mirim (10-11 anos).

Nestas atividades, os jovens participam de aquecimentos lúdicos, treinamento e familiarização do esporte com atividades desenvolvidas com bolas e demais aparatos relacionados ao esporte. De forma que possam desenvolver a formação de caráter e o desenvolvimento de valores, bem como aumentar a consciência da importância do ensino, [...] Contudo, são realizados, no contra turno escolar, treinos físicos, técnicos e táticos, além de participações em jogos e torneios, para estimular a disciplina, o companheirismo, a coletividade e a solidariedade; e por que não, melhorar a capacidade técnica, o desempenho e rendimento do educando a fim de capacitá-los a se tornar um cidadão/cidadã socialmente incluído.

As sessões são lecionadas/orientadas por profissionais de Educação Física devidamente credenciados junto ao respectivo Conselho Regional que, além de comandarem os treinamentos, fomentam o diálogo e a participação ativa dos educandos em discussões e análises nos períodos pré e pós-aulas, a fim de assegurarem a qualidade no ensino através de “feedback” dado pelos alunos.”

PRGRO***

“vê na prática esportiva uma ferramenta para minimizar os problemas de exclusão social de crianças e adolescentes de baixa renda, das periferias, das escolas públicas, de toda a cidade de RIO GRANDE e região, bem como de portadores de necessidades especiais.”

“Todos os tipos de treinamentos dos jovens atletas do voleibol, atletismo, atletismo paraolímpico e demais modalidades de quadra, serão realizadas neste centro de treinamento, e não é possível conseguir uma geração de atletas

	de alto nível, se houver negligência com o trabalho da criança e portadores de necessidades especiais”	
PCOCV***	“atividade esportiva na modalidade atletismo, através do desporto de rendimento”	<p>“visa criar uma ilha de excelência no extremo sul do País, haja vista, que a sua prática, tanto nas provas de pista como de campo, não tem sido difundidas nas escolas e nem nos diversos clubes esportivos espalhados pelo Brasil.”</p> <p>“transformar RIO GRANDE num pólo disseminador de conhecimentos para o ensino do atletismo, através da capacitação e formação de técnicos, treinadores, preparadores físicos, auxiliares e estagiários com qualidade, além de ser um grande formador de atletas. Pretende ainda, com a ampliação das vagas nas equipes de base, absorver os potenciais da região.”</p>
PCOV***	<p>“Utilizar o ensino da prática esportiva modalidade voleibol, através do desporto de rendimento, como um meio de contribuir com o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social de crianças de baixa renda da cidade de RIO GRANDE e região, promovendo autoconfiança e possibilitando um futuro onde o potencial é a chave do sucesso.”</p> <p>“vê na prática esportiva uma ferramenta para minimizar os problemas de exclusão social de crianças e adolescentes de baixa renda, das periferias, das escolas públicas, de toda a cidade de RIO GRANDE e região. Trata-se de uma proposta que utiliza o esporte como uma forma de ensinar, canalizar energias, desenvolver mentes ágeis e corpos fortes, tirar da ociosidade e da falta de objetivos, oferecendo a prática do esporte à crianças e adolescentes dos bairros carentes de RIO GRANDE. Em consequência disso, utilizar o esporte de rendimento, em consonância com os preceitos da saúde e</p>	

qualidade de vida, contribuindo com o desenvolvimento físico, emocional e intelectual dessas crianças e adolescentes, promovendo a autoconfiança, estimulando um comportamento ético social e descortinando a possibilidade de um futuro onde seu potencial é a fórmula do sucesso.”

PEE

“podemos dizer que o Projeto é realizado por meio de práticas esportivas e atividades sócio-educativas.”

Obs.: Ainda que não seja mencionado formalmente o futebol é a modalidade utilizada já que são mencionados torneios municipais

“As práticas esportivas são compostas por treinamentos físicos adequados a idade de maturação dos adolescentes, treinos táticos e desenvolvimento da técnica aplicada ao futebol, bem como a participação em jogos e torneios que vão além das fronteiras da cidade e os levam a conhecer novos municípios. Acreditamos ser possível, por meio das sessões de treinamento, uma maior socialização dos adolescentes participantes, além de momentos de reflexão educacional orientada pelos professores do projeto.

As atividades sócio-educativas dizem respeito a alguns cursos que os adolescentes participam nos quais aprendem valores, direitos e deveres que contribuem na formação dos mesmos enquanto cidadãos. Dessa forma, acreditamos que, além de contribuir na educação, o Educando pelo Esporte fomenta a inserção futura dos adolescentes no mercado de trabalho, na socialização do educando numa sociedade quiçá desconhecida por ele, além de influenciar diretamente no rendimento escolar.”

PPL* (Projeto Papa-léguas)**PRGA (Dena)**

“atividades artística, físicas, recreativas, pré-desportivas e socializadoras”

“Duas vezes por semana, estão sendo realizadas oficinas, de dança, artes visuais, teatro, atividade física, coral e palestras educacionais.

Além das oficinas, são proporcionadas ações sociais, campeonatos, festivais, integrando todos os participantes e convidando a sociedade a participar.”

Total: 29 Projetos

Projetos mapeados em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS no período da elaboração da Tese/pesquisa (2008-2011)

**Projetos sem material documental coletado*

***Escolinha de Iniciação Desportiva Semente Olímpica que a partir de 2010 transformou-se em semente Olímpica Investimento Social.*

****Conjunto de projetos vinculados ao Sport Clube Rio Grande.*

ANEXO 02

Sobre questões/problemas “sociais”, “missão” dos projetos mapeados e temas ativados por estes (Quadro 04)

PROJETOS	QUESTÃO/PROBLEMA “SOCIAL”	“MISSÃO” DO PROJETO (Justificativa)	TEMAS ATIVADOS (Discurso)
PPE		“com o intuito de tirar crianças carentes das ruas [...] A Integração Social, e o Molde de um cidadão melhor, então essa é a nossa principal missão!”	
OS	<p>“drogas e outros problemas sociais”</p> <p>“Devido aos altos índices de violência e criminalidade ocorridos no bairro Castelo Branco”</p>		<p>“equilíbrio entre corpo e mente”, ética e cidadania”,</p> <p>“amizade e respeito ao próximo”,</p>
PI	<p>“Com a implementação dos investimentos na zona portuária, antevemos em considerável aumento na população escolar cada vez mais vulnerável à drogadição, principalmente ao crack, fato este aliado, muitas vezes, à desagregação familiar, falta de consolidação de valores essenciais à convivência saudável, valorização da vida e respeito ao próximo.”</p>		<p>“O primeiro grande benefício, é que elas evitam que as crianças e adolescentes fiquem desocupados, estando assim mais suscetíveis a situações de vulnerabilidade.”</p> <p>“</p>
PFT	<p>“A situação de carência deles é realmente grande, não só financeira, não só a falta de alimento, de um certo conforto, mas de perspectiva também.”</p>	<p>“utilizar o esporte como fator de promoção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida de jovens participantes, o que se dá através de um processo de vários meses, do qual o torneio é apenas uma pequena porção.”</p> <p>“assume um papel que vai muito além do</p>	

		projeto social/esportivo, ela realmente cria condições para a criança acreditar em si mesma e crescer.”	
PVC	“necessita-se explorar o Balneário Cassino [...] proporcionar mais espaços para a prática de esporte e lazer,”		Lazer Turismo Entretenimento
PSP	“evasão escolar, violência doméstica, drogas, prostituição e falta de perspectiva.”	“O intuito é resgatar a integridade e a dignidade de crianças e jovens, tornando-os seguros e autônomos, características essenciais para que os afastem de representações como: baixa-estima, baixa-sociabilidade, baixa-eficiência e dependência, que são fatores de risco para agressividade, uso de drogas e problemas comportamentais.”	“a vulnerabilidade social da famílias com seus filhos desamparados e sendo alvo das drogas prostituição, crime e outros riscos.”
PNJE		“Contribuir para a formação do cidadão crítico e participativo, por meio do processo educativo do esporte, favorecendo o desenvolvimento de comunidades de baixa renda.”	Inclusão Construção Coletiva Diversidade Educação Integral Autonomia Protagonismo Cidadania Ação Comunitária
PFC			
PRF*	“O projeto se denomina social pelo fato de trabalhar com o público mais necessitado do bairro, ou seja, aqueles que não possuem condições financeiras para participar de instituições privadas de lazer ou práticas esportivas,”	Formação de jogadores de futebol	“a única regra para participar do projeto social é que o participante deve estar matriculado na escola e mantendo assiduidade.”
PSOIS**			

PF		
PHH	“conflitos sociais e a violência sofrida pelas classes menos favorecidas da sociedade urbana”	“superação do estado de vulnerabilidade, o resgate social e pessoal destas crianças e adolescentes, bem como a forma de garantia dos direitos, proteção, promoção, desenvolvimento e socialização”
PME		
PBR	Violência Drogas Situações de risco	“As crianças e os jovens necessitam de cuidados que lhes proporcionem sobreviver, estudar, recrear-se e ocupar o tempo livre com atividades e pessoas capazes de lhes ensinar valores e de conceder a auto-estima.” “retirada da ociosidade de nossas crianças e jovens que não estiverem contempladas em programas de apoio.”
PST1		
PST2*		
PECST IF-RS		
PPJOVEMA		
PBM		“estaremos proporcionando as comunidades carentes a vivência de alternativas para a construção da cidadania.”
PMA		
PCC		
PSAF	“enfrentamento das problemáticas sociais.”	Contribuir “da melhor forma possível, para o desenvolvimento esportivo sustentável no Brasil.” “Diante do advento das Olimpíadas no rio de
		“esporte para além do esporte”. Comprometimento com a formação educacional e a qualidade de vida de crianças e jovens.”

		Janeiro em 2016.”	“cidadania” como: “algo que se exerce”, “deveres e direitos do cidadão”, “como expressão”,
PPEE***	Trabalho Infantil Evasão e repetência escolar Vulnerabilidade Social e pessoal Tráfico/Drogas Violência Furto Risco Social Inserção Social	“manter os jovens na escola e contribuir para o seu progresso escolar, que se refletirá também no progresso da nação”	“utilizar o tempo ocioso dos jovens para a realização de atividades esportivas e culturais, contribuindo desta forma para a erradicação do trabalho infantil, para a diminuição da evasão e repetência escolar.” Portadores de Deficiências Afrodescendentes Comunidades Tradicionais Gêneros
PRGRO***	“Ocorre que o uso de drogas entre crianças e adolescentes na cidade de Rio Grande alcançou níveis antes só estimados para as capitais de Estado, alarmando as autoridades, pessoas de bem e principalmente pais que perdem o sono ao verem seus filhos entregues à toda sorte de vício.”	“Com o intuito de diminuir a incidência de crimes e uso de drogas, a FUNSERG já iniciou alguns programas na sede do Clube” “Trata-se de uma proposta que utiliza o esporte como uma forma de ensinar, canalizar energias, desenvolver mentes ágeis e corpos fortes, tirar da ociosidade e da falta de objetivos, oferecendo a prática do esporte à crianças e adolescentes dos bairros carentes de RIO GRANDE e portadores de necessidades especiais.”	“iniciar trabalhos que possam dar sonho e esperança para jovens de regiões de extrema pobreza da cidade, que vivem em contínua situação de risco social e vulnerabilidade.” Portadores de necessidades especiais
PCOCV***	Drogas Obesidade Ociosidade Mortalidade infantil	“- Propiciar ascensão e inclusão social de crianças e adolescentes de 07 à 19 anos, e portadores de necessidades especiais,	“Utilizar a prática do esporte como ferramenta de aglutinação de crianças e adolescentes de bairros carentes e

Criminalidade	através da atividade física;	portadores de necessidades especiais,
Pobreza		no intuito de educar, socializar e multiplicar conceitos de valor, ética e cidadania;
Violência	- Possibilitar a ascensão social de crianças e adolescentes da cidade e região, e portadores de necessidades especiais, através da valorização do talento individual, com a inclusão das mesmas nas equipes de rendimento;”	- Minimizar a falta de oportunidade e ociosidade do público alvo;”
Exclusão Social		Vulnerabilidade
		Risco Social
		Políticas Públicas
		Periferias
		Portadores de necessidades especiais x pessoas com necessidades especiais
		Qualidade de vida

PCOV***

PEE***

PPL* (Projeto Papaléguas)

PRGA (Dena)*	Ociosidade	“O primeiro grande benefício, é que o projeto evita que as crianças e adolescentes fiquem desocupados, estando assim mais suscetíveis a situações de vulnerabilidade.”	Inclusão social
	Vulnerabilidade		Vulnerabilidade
	Risco social		Cidadania
	Drogatização		Melhor Idade
			Portadores de necessidades especiais

Total 29 Projetos

Projetos mapeados em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS no período da elaboração da Tese/pesquisa (2008-2011)

**Projetos sem material documental coletado*

***Escolinha de Iniciação Desportiva Semente Olímpica, que a partir de 2010, transformou-se em semente Olímpica Investimento Social.*

****Conjunto de projetos vinculados ao Sport Clube Rio Grande.*